



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

ENEIDA DAMASCENO BORGES DE SÁ

**A VOZ DE ISRAEL:
REDES DE PODER DE UMA ELITE JUDAICA NA AMAZÔNIA (1918-1923)**

Macapá/AP
2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

ENEIDA DAMASCENO BORGES DE SÁ

A VOZ DE ISRAEL:

REDES DE PODER DE UMA ELITE JUDAICA NA AMAZÔNIA (1918-1923)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amapá (PPGH-UNIFAP), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em História.

Linha de Pesquisa: Poder, Memórias e Representações.

Orientador: Andrius Estevam Noronha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Maria do Carmo Lima Marques – CRB-2 - 989

Sá, Eneida Damasceno Borges de.

A Voz de Israel: redes de poder de uma elite judaica na Amazônia / Eneida Damasceno Borges de Sá. - 2022.

1 recurso eletrônico. 115. folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, História , Macapá, 2022.

Orientador: Andrius Estevam Noronha .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. judeus. 2. Amazônia. 3. elite, comércio. I. Andrius Estevam Noronha, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 933 S111

Eneida Damasceno Borges de Sá. A Voz de Israel: : redes de poder de uma elite judaica na Amazônia . Orientador: Andrius Estevam Noronha . 2022. 115. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

ENEIDA DAMASCENO BORGES DE SÁ

A VOZ DE ISRAEL:

REDES DE PODER DE UMA ELITE JUDAICA NA AMAZÔNIA (1918-1923)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRA EM
HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIFAP

Aprovada em 31 de maio de 2022

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador:

Andrius Estevam Noronha (Prof. Dr., Unifap)



2º Examinador:

Marcos Vinicius de Freitas Reis (Prof. Dr., Unifap)



3º Examinador:

Carlos Eduardo Bartel (Prof. Dr. IFC):



In memoriam a Estelita Oliveira Duarte
(Dona Teka), falecida em 2020, que me
contou as histórias mais fantásticas sobre a
Amazônia.

A todos familiares e amigos que partiram
durante a pandemia Covid 19.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu Grandioso Deus por ter me ajudado em todas as dificuldades, principalmente por ter me dado forças durante um dos piores momentos da nossa história, construir esta pesquisa durante a pandemia do covid-19 foi um dos maiores desafios da minha vida. À minha família que sempre me apoiou, principalmente no decorrer de meus estudos, quero destacar aqui meu pai e minha mãe que tanto lutaram pela minha educação e nunca me deixaram perder a fé, obrigada por todo amor e paciência.

Ao meu esposo Harlem Ramon Gomes de Sá pelo companheirismo a mim dedicado em todos os momentos de alegria e aflição, principalmente, em situações difíceis da realização da pesquisa. Agradeço também a minha sogra Enedina sempre muito amável com suas palavras de força e fé para que eu não desanimasse. A minha filha Isabelle Borges que esteve em diversos momentos ao meu lado durante meus estudos universitários, fomos incansáveis para superar todos os desafios.

Também agradeço aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História/PPGH da UNIFAP pelos momentos de debates e troca de ideias, sabemos a dificuldade para a realização de pesquisas científicas em nosso país, porém, nossa satisfação é contribuir com a história da Amazônia, nossa perseverança e dedicação permitiu que fizéssemos nosso trabalho com êxito. Aos meus amigos Tatyara Brazão, Gedean Ferreira e José Silva que não me deixaram ser vencida pelo cansaço, em momentos de desânimo sempre me apoiaram, obrigada amo vocês.

Ao museu Judaico de São Paulo que se dispôs a conceder informações e documentos valiosíssimos e fundamentais para a conclusão desta pesquisa. Ao meu orientador Andrius Noronha agradeço pela sua dedicação e paciência durante a construção desta pesquisa.

Agradeço ainda aos professores Marcos Freitas e Carlos Bartel, por aceitarem fazer parte da minha banca de mestrado, suas orientações foram primordiais para o desenvolvimento deste estudo.

RESUMO

SÁ, Eneida Damasceno Borges de. *A Voz de Israel: redes de poder de uma elite judaica na Amazônia (1918-1923)*. Macapá.2022. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Amapá.

Diversas comunidades judaicas da Europa e do norte da África imigraram para a Amazônia, fugindo de perseguições antissemitas ou mesmo para fazer fortuna no novo mundo. Esses judeus se sobressaíram no ramo empresarial, comércio informal, gerencia de transportes fluviais e de aviação, vendas de porta em porta e se destacaram em número menor na elite política amazônica. Além de estarem em terras estranhas na condição de estrangeiros algumas comunidades judaicas residentes no país inseriram-se no movimento internacional sionista que tinha como finalidade a criação do Estado Nacional judaico na região Palestina. Em meio a isso, esta pesquisa tem por objetivo realizar um levantamento à cerca da presença destas comunidades judaicas na região amazônica e sua atuação no movimento Sionista. Para isso vamos analisar o jornal Kol Israel, primeiro jornal judaico a circular na Amazônia, no estado do Pará e em regiões interioranas no início do século XX. Através de fontes de jornais, imagens e documentos, capturamos testemunhos fragmentados que constituem a história de uma nação, destacamos esse grupo visto sua trajetória de perseguidos à bem sucedidos em terras brasileiras. A abordagem se inicia em 1918, ano de fundação do jornal Kol Israel, e finaliza em 1923, ano das últimas publicações deste periódico judaico. Ao chegarem por aqui se destacaram como exímios negociadores. Os resultados mostraram que a maioria das comunidades judaicas que se instalaram na região amazônica, são descendentes dos imigrantes que vieram, principalmente, do Marrocos no decorrer do século XIX. Por aqui dominaram o setor econômico se integraram a grupos de elite, participando ativamente de partidos políticos e lojas maçônicas.

Palavras-chave: Judeus; Amazônia; elite; comércio.

ABSTRACT

SÁ, Eneida Damasceno Borges de. *La Voix d'Israel: réseaux de pouvoir d'une elite juive em Amazonie (1918-1923)*. Macapá. 2022. 110 f. Mémoire (Master em histoire) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Amapá.

Plusieurs communautés juives d'Europe et d'Afrique du Nord ont immigré em Amazonie, fuyant les persécutions antisémites ou encore pour faire fortune dans le nouveau monde. Ces Juifs excellaient dans les affaires, le commerce informel, la gestion des transports fluviaux et aériens, le démarchage et étaient moins présents dans l'élite politique amazonienne. Há plus d'être dans des pays étrangers há tant qu'étrangers, certaines communautés juives résidant dans le pays ont rejoint le mouvement sioniste international qui visait à créer l'État national juif dans la région palestinienne. Au milieu de cela, cette recherche vise à mener une enquête sur la présence de ces communautés juives et leur rôle dans le mouvement sioniste. Pour cela, nous analyserons le journal Kol Israel, le premier journal juif à circuler em Amazonie, dans l'état du Pará et dans les régions de l'intérieur au début du XX siècle. À travers des sources de journaux, d'images et de documents, nous capturons des témoignages fragmentés qui constituent l'histoire d'une nation, nous mettons há évidence ce groupe compte tenu de sa trajectoire de persécution à succès sur les terres brésiliennes. La démarche débute em 1918, année de fondation du journal Kol Israel, et se termine há 1923, année des dernières parutions de ce périodique juif. Lorsqu'ils sont arrivés ici, ils se sont imposés comme d'excellents négociateurs. Les résultats ont montré que la plupart des communautés juives qui se sont installées dans la région amazonienne sont des descendants d'immigrants 18espe principalement du Maroc au XIXe siècle. Ici, ils dominaient le secteur économique et s'intégraient dans des groupes d'élite, participant activement aux partis politiques et aux loges maçonniques.

Mots-clés: Juifs; Amazone; elite; commerce.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Migração dos sefaraditas no final do século XV	19
Figura 2 - Judeus e árabes no Marrocos do século XIX	21
Figura 3 - Rede escolar da aliança israelita universal	24
Figura 4 - Formação superior Jacob Cohen	25
Figura 5 – Mascate	40
Figura 6 - Casa Leão do Norte	44
Figura 7 - Moysés Zagury	45
Figura 8 - Agência Cruzeiro do Sul.....	45
Figura 9 - comerciante Isaac Menahem Alcolumbre	46
Figura 10 - comitê Ahavat Sion	54
Figura 11 - expediente kol Israel	56
Figura 12 - Sessão fúnebre	61
Figura 13 - Funeral Elias José Salgado	61
Figura 14 – Retrospecto Econômico	62
Figura 15 – Uma administração fecunda	63
Figura 16 – Laurista da velha guarda	63
Figura 17 - Jayme Aben-Athar	65
Figura 18 - As nossas associações	67
Figura 19 - Externato dr. Weizman	68
Figura 20 – Inauguração externato dr. Weizman.....	68
Figura 21 - Donativos para o externato dr. Weizman	69
Figura 22 - Retrospecto econômico a nossa situação	71
Figura 23 - Menassés Bensimon	74
Figura 24 – Israelitas no Pará	76
Figura 25 – Jacob Benchimol	77
Figura 26 – Jayme Benchimol	79
Figura 27 – Elias Roffé	81
Figura 28 – Exames - Luna Obadia e Nissim Aben – Athar	81
Figura 29 – Sinagoga Essel Abraham	85
Figura 30 – Notas sociais –baptizados	86
Figura 31 – Congresso Internacional Sionista	89
Figura 32 – Voz de Israel	92
Figura 33 – Família Rotschild	93

LISTA DE SIGLAS

AIU – Aliança Israelita Universal

CMMJ – Museu Judaico de São Paulo

ACP – Associação Comercial do Pará

PRF – Partido Republicano Federal

ABI – Associação Beneficente Israelita

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRAIT	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE SIGLAS	8
INTRODUÇÃO	11
I. NOVA TERRA DA PROMISSÃO: “JUDEUS NA AMAZÔNIA, IMIGRANTES DO MARROCOS”	17
1.1 Aliança universal israelita: uma ponte para a emigração de judeus marroquinos....	22
1.2 Formação do estado nacional brasileiro e das identidades coletivas judaicas.....	25
II. “CONCEITUADOS COMERCIANTES JUDEUS NA AMAZÔNIA”	35
2.1 “Leão do Norte”: comerciantes judeus na cidade de Macapá	44
III. “A VOZ DE ISRAEL”: NOVAS FONTES SOBRE A COMUNIDADE JUDAICA NA AMAZÔNIA	50
3.1 “Kol Israel”: a voz sionista na Amazônia	52
3.2 “Uma administração fecunda”: relações de poder de uma elite judaica na política amazônica	58
3.3 “Retrospecto econômico”: Economia do Pará na segunda década do século XX	70
3.4 Sinagogas na Amazônia: “espaço religioso e comunitário da comunidade judaica”.82	
3.5 São os judeus uma nação? Movimento sionista na Amazônia	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE	102
ANEXO	103

INTRODUÇÃO

Um dos primeiros registros sobre a presença de judeus no Brasil ocorreu a partir das grandes navegações. A denominação utilizada para esses sujeitos pertencentes a comunidades judaicas europeias era cristão novo, um termo excludente e preconceituoso utilizado para diferenciar os judeus convertidos da figura do cristão velho. Assim, atravessavam o atlântico em direção à nova colônia europeia para fugir das perseguições religiosas. Essa é uma das primeiras imigrações de comunidades judaicas para o Brasil. A segunda imigração, muito mais expressiva, ocorreu no início do século XIX logo após a abertura dos portos ao mercado internacional. Outro fator fundamental para a imigração de judeus para o Brasil e para a Amazônia foi a liberdade religiosa garantida pela constituição imperial de 1824. Além do mais, as mudanças jurídicas que ocorreu no país, no período da formação do estado nacional brasileiro, aumentou a presença de variadas comunidades judaicas no Brasil imperial.

Neste sentido, a presente pesquisa se reporta a um grupo de elite judaica que se fixou na Amazônia, se estabelecendo como grandes empresários de diversos setores econômicos no final do século XIX e início do XX. Trazendo consigo suas tradições e diferenças culturais, e se inserindo nos grupos de poder da elite amazônica. Esses judeus que chegaram ao norte do país para trabalhar como pequenos comerciantes nos chamados regatões e nas casas aviadoras de comercialização da borracha se dividiam em subgrupos por pertencerem a diferentes comunidades judaicas. Judeus de vários países da Europa, Oriente Médio e mais expressivamente do norte africano, deslocaram-se para a região amazônica em busca de riquezas, em alguns casos fugindo de perseguições religiosas e antissemitas, em outros casos apenas para fazer fortuna. Ao chegarem por aqui essas comunidades se destacaram nas atividades econômicas- presentes na figura de regatão e no estabelecimento de grandes empresas comerciais- e em número menos expressivo na elite política amazônica.

Iniciei pesquisas sobre judeus na Amazônia na graduação, realizamos um estudo sobre as principais famílias judaicas que imigraram para a região amazônica a partir do século XIX. Nossa análise destacou a comunidade que imigrou em número menor para a cidade de Macapá, município que pertenceu ao estado Pará até 1943. Foram catalogadas as principais famílias de origem judaica presentes nos mais destacados estabelecimentos comerciais do centro de Macapá e nas lideranças políticas macapaenses. Este estudo resultou na publicação de artigo na revista científica Plurais, intitulado Religião e Política: Imigração judaica para o Estado do Amapá. Dentre os diversos sobrenomes de judeus pesquisados me chamou a atenção a figura de Eliezer Moisés Levy- intendente municipal por duas vezes na cidade de Macapá, nos anos

de 1930, empresário e líder da comunidade judaica na região amazônica. Moisés Eliezer Levy formava o grupo de judeus que foram pioneiros no ativismo a favor do movimento internacional sionista, foi o fundador do jornal Kol Israel, primeiro jornal judaico a circular na Amazônia e em regiões da ilha do Marajó, esse periódico surgiu como representante da comunidade judaica na sociedade amazônica. Eliezer Levy era diretor das principais instituições judaicas da Amazônia, como: Associação Ahavat Sion, Associação Beneficente Israelita e Externato Dr. Weizman, e participou ativamente da criação do grêmio literário Theodor Herzl e a biblioteca Max Nordau.

Após acessar informações escassas sobre o periódico a Voz de Israel, localizei um artigo na revista eletrônica judaica Morashá. O artigo foi escrito por Sergio Daniel Simon, neto do judeu Eliezer Levy, que além de trazer informações inéditas sobre Levy, possibilitou a localização do acervo periódico utilizado nesta pesquisa. As fontes originais do periódico a Voz de Israel estão localizadas atualmente no Arquivo Central do Povo Judeu de Jerusalém (Archion Hamerkazi Shel HaYehudi Yerushalaim), as cópias do jornal judaico, um total de 94 impressos, foram trazidas para o Brasil pelo neto de Eliezer Levy e estão no Centro de Memória judaica de São Paulo-CMMJ. Além dos impressos o Museu comporta um dos maiores acervos sobre as comunidades judaicas do país, e fica localizado no estado de São Paulo em edifício tombado pelo patrimônio municipal.

A partir dessa questão, para estudar a elite judaica amazônica, adotamos o conceito de “campos de poder” do sociólogo Pierre Bourdieu. Para o autor, existe um conjunto de relações de forças objetivas que são impostas a todos os sujeitos e suas interações. Por causa disso, os envolvidos nos campos de poder atuam de forma relacional no espaço social, considerando assim as diversas formas de exercício de poder por meio do capital econômico, cultural e social. Nesse sentido, entendo que a elite judaica amazônica buscou, por meio do jornal Kol Israel, maior apoio para o movimento sionista utilizando-se de seu poder comercial (capital econômico) e poder político-letrado (capital cultural e social).

Sendo assim, o periódico Kol Israel transformou-se em objeto de estudo deste trabalho, constituindo um excelente acervo para pesquisar a elite judaica amazônica, pois foi o primeiro jornal a representar essas comunidades. Desta forma, a análise empreendida se difere da maioria dos estudos realizados sobre judeus na Amazônia, mesmo porque a presente pesquisa realiza um debate sobre os discursos publicados nos artigos do periódico judaico. Essa fonte permite retratar a representação dos espaços de atuação de diversos grupos judaicos com a elite local.

A pesquisa pretende analisar a inserção e a influência da comunidade judaico-marroquina na sociedade amazônica no início do século XX, com base nos artigos do jornal A

Voz de Israel datado de 1918 a 1923. A fonte jornalística possui informações sobre as empresas dos comerciantes judeus localizados no estado do Pará e suas comunidades interioranas, como também sobre o movimento Sionista e Notas sociais dessas famílias judaicas fixadas na Amazônia. Além de outras informações que serão demonstradas no decorrer desta pesquisa. Para analisar os dados do jornal será necessário avaliar qual o significado do periódico para a análise histórica. Desse modo pretendemos responder a seguinte problemática: Como se configurava as redes de poder da comunidade judaica do norte do Brasil através da análise de artigos e propagandas publicados no jornal Kol Israel em inícios do século XX?

Deste modo, a pesquisa tem sua relevância na necessidade de se entender o papel desempenhado e a atuação das comunidades judaicas na elite amazônica nas primeiras décadas do século XX, a partir da análise do jornal A Voz de Israel. Vale também ressaltar o número reduzido de produções historiográficas referentes a presença destas comunidades judaicas no norte do Brasil. A escolha dessa temática foi devido ao fato de que esses judeus tiveram grande influência no setor econômico comparado com outros grupos de estrangeiros que imigraram para a Amazônia no decorrer do século XIX e início do século XX. Para Noronha (2012), essa proposta de exclusão pode aparentar uma discussão que beneficie apenas a memória de um único grupo sob o proveito de interesse privado. No entanto, ressaltamos que essa opção também parte da ideia de proposta metodológica para esse estudo. Assim, justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa com o objetivo de ampliar o debate acadêmico na área da História Social sobre a elite judaica amazônica representada através do jornal Kol Israel.

A hipótese construída tem como norte a presença de uma elite judaica na Amazônia que se destacou como grupo econômico em ascensão e adentrou espaços de poder a partir das atividades comerciais e políticas desenvolvidas por comunidades judaicas dispersas pela Amazônia. As instituições judaicas como: associações, comitês e o jornal A Voz de Israel consolidaram essa elite, além de outros elementos de poder, como as relações políticas desses judeus com os integrantes do partido republicano paraense e com as lojas maçônicas do Pará. A inserção da comunidade judaica marroquina na dinâmica econômica da sociedade amazônica, as condições históricas que levaram esse grupo a migrarem para a Amazônia e os principais eventos que contribuíram para que um expressivo número de judeus marroquinos se deslocasse do seu país de origem para o norte do Brasil também é analisado neste estudo.

O objetivo geral busca exatamente compreender como a sociedade amazônica é retratada pelos judeus no periódico A Voz de Israel, de onde vieram e os motivos que provocaram sua imigração. Como objetivos específicos, este estudo analisa os artigos e propagandas sobre a elite judaica da Amazônia publicados no jornal Kol Israel, qual o

posicionamento do jornal a respeito da sociedade amazônica nos anos de 1918 a 1923, demonstra como os judeus se constituíram em uma elite econômica na Amazônia e tenta compreender os espaços de atuação da elite econômica judaica do norte do Brasil.

O recorte temporal escolhido justifica-se pelo fato de, nesse período, circular o primeiro jornal judaico no estado do Pará, regiões do interior e na ilha do Marajó. A consolidação das associações, comitês, escolas, bibliotecas e clubes judaicos também estão em constante ascensão na região amazônica o que possibilitou compreender como se davam as relações sociais desses judeus a partir dos discursos publicados neste periódico.

Para realizar a análise do jornal judaico a presente pesquisa está distribuída em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado **Nova terra da promessa: “judeus na Amazônia, imigrantes do Marrocos”** foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a imigração de judeus marroquinos para a Amazônia a partir das primeiras décadas do século XIX, enfatizando quais causas religiosas, sociais e políticas impulsionaram a imigração de judeus do Marrocos para a Amazônia, como também a diversidade cultural das comunidades judaicas que se deslocaram para o país. No subcapítulo **1.1- Aliança Universal Israelita- uma ponte para a emigração de judeus marroquinos** demonstrou-se como o surgimento da instituição educacional Aliança Universal Israelita em países da Europa e no norte da África, fundada em meados do século XIX e responsável pela formação profissional e intelectual de judeus marroquinos, foi uma das propulsoras para a imigração desses grupos para a Amazônia. No subcapítulo **1.2- Formação do estado nacional e das identidades coletivas judaicas** foi realizada análise das principais mudanças sociais, culturais e econômicas que ocasionaram o aumento das imigrações judaicas para o Brasil e para a Amazônia que possibilitou a permanência desses judeus no norte do Brasil.

Os principais autores utilizados na construção do capítulo I foram: Samuel Benchimol (2008), um dos percussos de estudos sobre judeus na Amazônia, que possibilitou compreender quais as principais comunidades judaicas que imigraram para a Amazônia em inícios do século XIX, Eva Blay (2008) que realizou pesquisas sobre judeus na Amazônia enfatizando as principais atividades econômicas desenvolvidas por esses grupos na região amazônica em meados do século XIX, Nachman Falbel (2005) que produziu um livro biográfico sobre o judeu David José Perez, um dos mais ativos líderes do movimento sionista no Brasil e na Amazônia. Além do acervo bibliográfica esta pesquisa se utiliza de fontes inéditas sobre a comunidade judaico-marroquina estabelecida no país.

No segundo capítulo intitulado: **“Conceituados comerciantes judeus na Amazônia”** foi realizado um debate sobre o período áureo da economia gomífera como um dos principais

motivos pelo qual imigrantes judeu-marroquinos deslocaram-se para a região amazônica. Em um primeiro momento, ainda no decorrer do XIX, os judeus trabalharam com a comercialização da borracha e no comércio fluvial, regateando nas regiões da ilha do Marajó e interiores, negociando artigos importados e exportados em troca de produtos extrativistas da Amazônia. Autores como Roberto Santos (1980) Barbara Weinstein (1983) e Jonas Heller (2010) foram utilizados neste capítulo para realizar debates sobre a situação econômica, identitária e cultural desses imigrantes judeus, como também suas primeiras atividades comerciais na região amazônica. No primeiro subcapítulo **2.1 “Leão do Norte: comerciantes judeus na cidade de Macapá** foram catalogadas as principais famílias de elite judaica presente na cidade de Macapá no início do século XX. Esses judeus pertenciam a elite econômica macapaense e suas atividades sociais, culturais e políticas se assemelham as comunidades judaicas residentes em outras regiões da Amazônia. Para analisar estas comunidades no município de Macapá foram utilizados recortes do Jornal Amapá, relatório escrito pelo prefeito de Macapá Eliezer Levy, na década de 1931, blogs, além do artigo Religião e Política: Imigração judaica para o Estado do Amapá.

No último capítulo realizou-se levantamento qualitativo do jornal A Voz de Israel, sendo o terceiro capítulo intitulado: **A Voz de Israel: novas fontes sobre a comunidade judaica na Amazônia**, o tópico em questão foi dividido em quatro subcapítulos organizados nos seguintes tópicos: economia, política, religião e movimento sionista. A primeira parte deste capítulo realiza um debate sobre a utilização do jornal na pesquisa histórica. No subcapítulo **3.1- “Kol Israel: a voz sionista na Amazônia”** foi realizada análise dos discursos publicados neste periódico, visando compreender a quais grupos de poder, políticos e sociais, os judeus estavam inseridos, e quais personagens compunham essa elite. No subcapítulo **3.2- “Uma Administração Fecunda”: relações de poder da elite judaica na política amazônica** analisaram-se as principais ligações político-partidárias da elite judaica amazônica, como também suas relações com as lojas maçônicas paraenses. No subcapítulo **3.3- “Retrospecto econômico a nossa situação”: quadro econômico do Pará na segunda década do século XX** realizou-se levantamento sobre as principais empresas judaicas que se destacaram nas seções de propagandas do jornal A Voz de Israel, as atividades comerciais de importação e exportação desses judeus, os discursos sobre a economia amazônica, e como ocuparam o setor econômico das principais capitais e ilhas pertencentes ao estado do Pará. No subcapítulo **3.4- Sinagogas na Amazônia: “espaço religioso e comunitário da comunidade judaica”** destacou-se a importância da estruturação de sinagogas na Amazônia para a consolidação destas comunidades, como também as poucas informações referentes a esse espaço litúrgico no jornal

Kol Israel. No último subcapítulo **3.5- São os judeus uma nação? Movimento Sionista na Amazônia** foi realizada análise sobre as principais lideranças sionistas na Amazônia, a formação das primeiras associações e comitês criados com a finalidade de divulgar este movimento e a ligação desse movimento com as associações internacionais sionistas.

No terceiro capítulo desta pesquisa foi realizada análise de fonte jornalística e referências bibliográficas que deram suporte para o debate acerca da presença destas comunidades judaicas na Amazônia. Autores como: Wright Mills (1962), Andrius Noronha (2012) Carlos Bartel (2012), Elson Monteiro (2014) e Capelato (1988) que realiza pesquisa e métodos de utilização da fonte jornalística na pesquisa histórica, deram suporte para realização de um debate acerca da presença e representação destas comunidades judaicas na Amazônia.

No que se refere as fontes de pesquisa o trabalho apresenta de forma primária artigos e propagandas do Jornal A Voz de Israel, que contém 94 páginas, e de forma secundária recortes do jornal do Amapá e referências bibliográficas sobre a temática proposta. Sendo catalogados um total de 128 artigos, que foram organizados a partir de categorias nas seguintes temáticas: Política Internacional, Política regional, Economia e Religião. Além do jornal a presente pesquisa faz uma análise de um relatório, enviado ao governador do Pará pelo intendente municipal de Macapá judeu Eliezer Levy no ano de 1931, que será anexada a esta pesquisa. Neste sentido, o trabalho é uma contribuição para a historiografia amazônica, pois existem pouquíssimas pesquisas a respeito do tema proposto, e através deste trabalho podemos entender como era representada a comunidade judaica e como se apresentavam para a sociedade amazônica, através dos artigos publicados no primeiro jornal judaico a circular na Amazônia.

I NOVA TERRA DA PROMISSÃO: “JUDEUS NA AMAZÔNIA, IMIGRANTES DO MARROCOS”

As famílias judaicas que se fixaram na Amazônia no decorrer do século XIX e início do século XX migraram em sua maioria do Marrocos, das cidades de Tânger, Tetuan, Arcila, Larache, Ceuta, Marrakesh, Mogador, Casa Blanca, Fez, Rabat, Salé, Melila, entre outros. Judeus de duas comunidades residentes no Marrocos, os toshavim e os megorashim, imigraram para cá no início do século XIX, falavam espanhol, português e hakitia. Essas imigrações resultaram na formação das identidades judaicas na região amazônica.

Sobre os judeus na Amazônia Blay (1996) nos coloca que entre as primeiras levas de imigrantes judeus que vieram para cá, estão os originários do norte da África, mais especificamente do Marrocos francês, árabe, espanhol e da cidade de Tânger, onde havia crise econômica e perseguição por parte de alguns sultões. Estes imigraram para o Pará e o Amazonas, antes mesmo da explosão da borracha. Belém e Manaus foram a porta de entrada para judeus que vieram em sua maioria do norte africano, e que se instalaram, principalmente, em cidades do interior do estado do Pará e do Amazonas. Há referências a presença de famílias judaicas no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, às beiras de vários rios entre os quais, o Tapajós.

O fluxo migratório de judeus marroquinos para a Amazônia ocorreu a partir do século XIX¹, o contexto social em que viviam estava assinalado por intolerância religiosa e perseguições antissemitas. Os motivos que trouxeram os imigrantes judeus para cá foram segundo Benchimol (2008) a pobreza, doenças e epidemias, fome, apedrejamento de judeus, destruição de sinagogas e perseguições, e além disso, alguns ricos judeus eram proibidos de sair do país. Assim, o povo judeu imigrou ao Brasil em busca de melhores condições de vida, a comunidade brasileira de cultura judaico-marroquina chegou por aqui antes mesmo da ascensão do ciclo da borracha.

O apedrejamento de judeus, tanto em vida como na morte, era prática comum de perseguição e de hostilidade entre os árabes. As sinagogas eram frequentemente apedrejadas pela população quando havia conflitos,

¹ Desde o início do século XIX, começaram a vir para ao Brasil judeus da África do norte, concentrando-se, especialmente na região da Amazônia, ainda que outros tantos tenham se espalhado por outras regiões do território brasileiro, bem como por outros países do continente, em particular no Peru. Uma vez que, formalmente, pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, o príncipe regente, o futuro D. João VI, abria os portos do Brasil a navios de potências estrangeiras, inevitável era que uma de suas consequências implicasse na tolerância para admitir o ingresso de elementos não católicos em nosso país, seja com a finalidade de estudar as possibilidades para empreendimentos de caráter comercial, ou simples curiosidade de conhecer o novo continente e estudar suas afamadas fauna e flora, ou ainda dar vazão ao espírito de aventura num mundo até então bem pouco conhecido dos europeus. (FALBEL, 2005, p. 34)

revoluções, mudança de sultões, bombardeios, invasões, e outros eventos que enfureciam as multidões, de maioria árabe-mulçumana, que desprezavam e tinham ciúmes daqueles líderes judeus que alcançavam certa posição econômica e social, em alguns governos. Na substituição de algum sultão ou pachá amigo por um inimigo, sempre ocorriam saques e perseguições (SCHEINBEIN, 2006, p. 40).

Segundo Benchimol (2008) a primeira leva de judeus que imigraram para a Amazônia, ainda no século XIX, podem ser divididas a grosso modo da seguinte forma: **sefaraditas ou forasteiros** que significa Espanha em hebraico, judeus que tinham o conhecimento dos dialetos hispânicos. Provinham do norte da África e da Península Ibérica dividiam-se em dois grupos: megorashim e toshavim; os **megorashim** eram os exilados e expulsos da Ibéria no século XV e migrando neste mesmo período para a região marroquina; os **toshavim** judeus nativos do interior do Marrocos árabe e berbere; **Serfatitas** judeus de origem francesa ou franco-alemã, de Alsácia e Lorena, provavelmente de Nancy e Strasburgo; **askenazitas** imigraram da Alemanha, Polônia e da Europa Oriental, falavam o ídiche, dialeto originado da junção das línguas alemã e hebraica e os **foinquinistas** que imigraram da Turquia (Alepo, Smirna e Istambul), Líbano (Beirute), Síria (Damasco), e Egito (Alexandria), eram originários do império Otomano e ficaram conhecidos como turcos e confundidos com os muçulmanos, maronitas e sírio-libaneses que imigraram para a região amazônica na mesma época.

Essa foi a segunda imigração expressiva de comunidades judaicas de Portugal e Espanha para o Marrocos, esse fenômeno deu início as diferenças entre duas comunidades judaicas: os *toshavim* e os *Megorashim*. Os toshavim eram judeus nativos que chegaram ao Marrocos antes mesmo da invasão do Islã². No entanto, Bensabat (1952) afirma que estes judeus podem ter chegado à região marroquina no reinado do rei Salomão. Esses judeus tinham suas próprias tradições, falavam duas línguas o judeu-árabe e o judeu-berbere e viviam na região ocidental do norte da África. Os megorashim foram assim denominados desde sua expulsão da península Ibérica³, imigrando, desta forma, da Espanha e de Portugal em 1492 e 1496 para o Marrocos. As duas comunidades judaicas falavam o dialeto hakitia⁴, que era a junção do hebraico,

² Cuando los árabes invaden Marruecos, los judíos tenían en la par te sur del país como una especie de pequeña nacion independiente, próspera y fuerte, con la que en principio los árabes hicieron pacto de amistad y a quienes respetaron, estableciendo relaciones cordiales (BENSABAT, S/ANO, p. 38).

³ No final do século XV, sob o reinado de Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela houve a grande expulsão dos judeus espanhóis. O surgimento de uma nova proposta política que seria a formação de uma nação moderna através de uma “estruturada ordem religiosa” proporcionou a expulsão e conversão forçada dos judeus, além de proibir qualquer manifestação de religiosidade contrária ao catolicismo, religião oficial da Península Ibérica. Logo após em 1496 o rei D. Manoel decretou a expulsão ou a conversão forçada dos judeus que residiam no reino português.

⁴ O judeu espanhol apresenta duas modalidades: oral e escrita. A modalidade oral apresenta dois grupos: a variante oriental, falada pelos judeus que seguiram exílio para Portugal, Holanda, França, Inglaterra, Alemanha, Império Otomano, que atualmente compreende países como: Grécia, Turquia, Iugoslávia, Bulgária, Romênia, Israel e a

espanhol, além de um dialeto árabe, e ainda pouquíssimas palavras em ladino, aramaico e caldeu. O mapa abaixo demonstra como ocorreu a imigração dos judeus sefaraditas para outras regiões da Europa e do norte africano.

Figura 01: Migração dos sefaraditas no final do século XV



Fonte: Médiun.com

Segundo Scheinbein (2006) o hakitia ou judeu espanhol ocidental é uma língua românica e judaica que surgiu do espanhol a partir da migração dos judeus da Hispânia medieval. Estima-se que no século XV o povo judeu foi exilado da Espanha e, assim, denominado Sefarad, que significa Espanha em hebraico. A intensa imigração de judeus para o Marrocos ocorreu, principalmente, por causa da proximidade entre os dois reinos da península Ibérica. A manutenção ou surgimento desse dialeto foi fundamental para a continuidade da cultura judaica, ou mesmo, uma das formas utilizadas para resistir contra as perseguições e exclusões a que os judeus eram submetidos.⁵ O hakitia atravessou o atlântico e é falado por um pequeno número de descendentes judeus residentes no estado do Pará atualmente.

variante ocidental- o hakitia dos judeus marroquinos. Ver mais sobre o dialeto judaico em SCHEINBEIN, Cássia. **Línguas em extinção: o hakitia em Belém do Pará.** Dissertação apresentada ao programa de Pós- Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. Curitiba, 338 páginas-2006.

⁵ A utilização de dialetos por várias comunidades judaicas é um dos fatores que determinam a identidade de um grupo ou sociedade. Esta língua de cunho religioso utilizada desde o período medieval atravessou o atlântico e ganhou algumas variações linguísticas. O hakitia está em processo de extinção e ainda é falado por um pequeno grupo de descendentes judeus que residem no estado do Pará, isso se explica em parte pelo fato de que a utilização de dialetos tinha como um dos objetivos o caráter de resistência dessas comunidades.

Esses dois grupos de judeus, os nativos e os recém-chegados megorashim, entraram em conflito por causas religiosas, econômicas e sociais. Os judeus nativos do Marrocos foram denominados forasteiros pelos judeus ibéricos, segundo Benchimol (2008) estes judeus eram tratados como estrangeiros em relação à comunidade judaica de origem espanhola. Os judeus recém-chegados da Espanha consideravam-se superiores por conta de seu status social e, principalmente, por sua qualificação técnica, mesmo porque os judeus nativos do Marrocos viviam em lugares pobres e não obtiveram as mesmas condições de qualificação e conhecimento em relação aos recém chegados da península ibérica. A rivalidade dos toshavim e dos megorashim atravessou o Atlântico, mesmo porque ao chegarem a Amazônia, no século XIX, os sefaraditas e os forasteiros nativos fundaram suas sinagogas.

Assim, o judeu marroquino é o produto, por um lado, daquela parcela da grande diáspora judaica, que se estabeleceu na Espanha e Portugal e de lá foram expulsos em 1492 e 1498, respectivamente, fugindo para o Marrocos; e, por outro lado, da primeira diáspora babilônica, daqueles judeus que permaneceram na Pérsia com autorização do rei Ciro e que emigraram para o Magreb durante a expansão omíada, a partir do século VIII. Os primeiros são chamados de “megorashim”, isto é, expulsos, em hebraico; os segundos, de toshavim, isto é, residentes em hebraico (HELLER, 2010, p. 39.)

Nogueira (2015) afirma que apesar das divergências ocorridas durante séculos entre essas duas comunidades algumas famílias estabeleceram casamentos e realizaram trocas culturais entre si, e assimilaram características culturais islâmicas. As dissensões entre essas duas comunidades, megorashim e toshavim, tornaram-se quase nulas, pois estavam em terras estranhas e para assegurar a sobrevivência dos seus costumes dialogaram entre si.

Comunidades judaicas, cristãos e mulçumanos dividiam o mesmo território na região marroquina. No entanto, o estatuto Dhimmi⁶ estabelecia os preceitos de “igualdade” e tolerância entre os diferentes grupos existentes no Marrocos. A autora afirma ainda que este estatuto garantia a proteção contra os possíveis ataques do povo mulçumano e das tribos berberes, além de lhes assegurar a liberdade para realizar seus cultos judaicos, como também o exercício de cargos públicos junto aos sultões marroquinos. Porém, mesmo com um estatuto que garantia alguma proteção ou mesmo “liberdade” às comunidades judaico-marroquinas, essas

⁶ Ahl al Dima é o estatuto que garante a proteção aos grupos classificados como Ahl al-Kitab, que passam a receber a classificação de dhimmis, um estatuto que protegeria, mediante pagamento de impostos, habitantes em território islâmico que pertencessem a outras religiões. O estatuto dhimmi foi uma política de proteção aplicada, sobretudo, aos judeus, cristãos e outros grupos de religiões não islâmicas, que garantia a esses povos a permanência nos territórios mulçumanos, a prática doméstica de sua fé, a permissão de seus costumes culturais, como vestimenta e língua, bem como a taxação de impostos pela habitação em território mulçumano. Estes povos eram individualmente protegidos pelo estado islâmico. Ver mais em: SOUZA, Tatiane Santos de Souza. *Além da letra da lei: conversões obrigatórias ao Islã, (in) tolerância religiosa e dilemas judaicos na Igueret Hashmad de Maimônides, século XII*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

comunidades eram consideradas uma classe inferior. O estatuto Dhimmi assegurava que as comunidades estrangeiras submetidas a esta lei deveriam reconhecer a superioridade do Islã, além de pagar uma taxa denominada djizzia para o governo marroquino. Os cultos judaicos não podiam ser celebrados em espaços públicos, as roupas dos judeus tinham que demonstrar suas origens, entre outras exigências. Portanto, as constantes mudanças de reinados causavam a insegurança e perseguição contra os israelitas residentes nas cidades marroquinas.

Figura 2 – Judeus e árabes no Marrocos do século XIX



Neste contexto ocorreram imigrações de judeus marroquinos para a América e principalmente para o norte do Brasil. Heller (2010) destaca que nos primeiros anos da independência a imigração desses judeus foi escassa, no entanto, se considerarmos o número de judeus oriundos de Portugal e Espanha, que eram naturais do Marrocos e haviam readquirido a cidadania portuguesa, a quantidade de judeus marroquinos que vieram para o Brasil pode ter sido mais expressivo do que os existentes nos registros de imigração. Mas por que esses judeus não imigraram diretamente do Marrocos para o Brasil? As relações políticas e comerciais entre Brasil e Portugal garantiam que esses estrangeiros tivessem tanto liberdade de culto quanto maior facilidade na abertura de estabelecimentos comerciais. A possibilidade de se estabelecer novamente em Portugal e conseqüentemente no Brasil garantia mais possibilidades de ascender financeiramente, mesmo porque a instabilidade política e econômica do Marrocos impulsionava um grande contingente de imigrantes judeus para outras regiões do globo.

Antes mesmo de chegar a Amazônia os judeus passavam por mudanças culturais que iniciavam com a forma de se vestir, além das mudanças alimentares e o modo de vida alheio a

realidade da sociedade marroquina. Essas diferenças culturais existentes entre o Brasil e o Marrocos já causava mudanças nos judeus antes mesmo de chegarem por aqui, primeiro que as vestimentas marroquinas eram diferentes do modo de se vestir no Brasil e na Europa⁷, neste caso, o judeu antes mesmo de imigrar para cá passavam por uma reconstrução social se adequando a nova realidade.

1.1 Aliança Universal Israelita: uma ponte para a emigração de judeus marroquinos

Além dos fatores destacados para a ocorrência da migração do povo judeu, que determinaram a vinda de judeus do Marrocos para a Amazônia devemos nos perguntar: quais transformações foram fundamentais no contexto social marroquino para a migração destes judeus? Para Abitbol (2016) a primeira transformação foi geográfica, a crescente comercialização entre a Europa e a região marroquina causou um intenso deslocamento de judeus para o lado Atlântico. O surgimento da Aliança Universal Israelita em meados do século XIX, auxiliada por alguns ricos judeus franceses, e que tinha como finalidade subsidiar estudantes das comunidades judaicas, também contribuiu para a imigração de judeus marroquinos.

Uma das instituições educacionais mais importantes no Marrocos foi a Aliança Israelita Universal, entre meados do século XIX até início do século XX a AIU tornou-se um projeto de ascensão social para os judeus que viviam em condições mais pobres nas regiões marroquinas. O acesso a um ensino de qualidade que proporcionou a qualificação e profissionalização de jovens judeus foi fundamental para o aumento da imigração para outros países, principalmente para a região amazônica. Segundo Fernandes (2017) a AIU pode ser considerada elemento influente no fluxo Marrocos-Brasil-Amazônia, sendo um projeto criado para possibilitar a imigração dos judeus para outros continentes.

A A.I.U não tinha os mesmos objetivos do movimento internacional sionista⁸, mesmo porque impulsionava as imigrações de judeus fixados em regiões mais pobres ou mesmo que

⁷ Os judeus mais ocidentalizados já encurtavam, por antecipação, a distância cultural entre suas identidades e a identidade nacional em formação no Brasil, fortemente influenciada pela cultura europeia ocidental. A dupla consciência que portava o judeu marroquino será facilmente adaptada à nova realidade, até porque saíram de lá com alguma experiência cultural da modernidade ocidental, com plena consciência da necessidade de relativizar sua lealdade comunitária tendo em vista as exigências impostas pelo nascente Estado Nacional. Ver mais em: HELLER, Reginaldo Jonas. *Judeus do Eldorado: reinventando uma identidade em plena Amazônia*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

⁸ A A.I.U foi fundada em meados do século XIX e o fortalecimento do Movimento Internacional sionista ocorreu no final do século XIX e início do XX, período em que esta instituição profissionalizante ainda estava ativa na Europa e norte da África. O fato de uma instituição judaica possibilitar a imigração de judeus para outras regiões de certa forma enfraquecia o movimento sionista. No entanto, não eram todas as comunidades judaicas que

viviam em guetos. Contudo, alguns professores e funcionários da instituição eram adeptos deste movimento que tinha como finalidade a criação de um estado nacional judaico. Dada as condições em que estavam estabelecidos alguns judeus do norte da África o deslocamento para outros países ainda era uma opção para buscar melhores condições de vida.

A Aliança Universal Israelita tinha como um de seus objetivos educar e profissionalizar jovens judeus de várias regiões da Europa e África, que segundo BLAY (2008) estavam sendo perseguidos por questões étnicas ou mesmo religiosas, desprovidos de recurso econômico e sem cidadania, muitos judeus que imigraram para a Amazônia haviam estudado nesta instituição educacional. Esses jovens judeus tinham a oportunidade de se qualificar, e, assim, imigravam para países que lhes garantissem melhores condições de vida. Apesar de qualificados nem sempre os judeus ocupavam os melhores postos de trabalho, principalmente no decorrer do século XIX, pois ao chegarem a Amazônia trabalhavam nos regatões ou mesmo na comercialização da seringa.

Segundo Abitbol (2016) esta organização foi fundada por intelectuais franceses, primeiramente em Bumbai- colônia britânica no decorrer do século XIX- e Marrocos. As primeiras escolas surgiram em Tetuán e Tanger, que eram as cidades mais ocidentalizadas e logo após em outras cidades marroquinas. Os fundadores da A.I.U foram influenciados pelos ideais iluministas que objetivavam não só integrar o judeu ao mundo moderno, como também integrar o mundo judaico ao Ocidente, inspirados pela Revolução Francesa e pela Declaração dos Direitos do Homem. Falbel (2005) explica que a AIU foi fundamental para a elevação do nível educacional das comunidades judaico marroquinas, sendo uma das formas de estimular a ascensão desses judeus no nível social, educacional e profissional, mesmo porque tinham a possibilidade de conseguir melhores espaços de trabalho como também imigrar para outros países.

A Revolução Francesa e os ideais iluministas trouxeram mudanças políticas, econômicas, sociais e jurídicas que foram primordiais para a imigração do povo judeu. Essas transformações sociais e políticas foram os propulsores de criação da AIU, que inspirada por estes ideais teve papel fundamental na vida dos judeus-marroquinos, possibilitando a capacitação profissional e intelectual dos jovens judeus, como também a propagação da tradição judaica. Nogueira (2015) explica que a primeira escola para meninos da Aliança Universal Israelita foi fundada em Tânger no ano de 1864, outra escola foi fundada na mesma cidade em

apoiavam esse movimento, inclusive tendo alguns judeus contrários à formação de um estado nacional judaico, que veremos no decorrer do terceiro capítulo da presente pesquisa.

respectivo exame. O sr. Cohen é também agrônomo diplomado pela escola de Djeideide, na Tunisia, mantida pela Aliança Israelite Universelle.

Figura 4: Formação superior Jacob Cohen



Fonte: Jornal A Voz de Israel

Portanto, os judeus marroquinos que chegavam a Amazônia em sua maioria eram letrados, o que garantiu uma maior aceitação desses judeus nos círculos de poder da sociedade amazônica. Destacavam-se por suas habilidades profissionais e já chegavam por aqui com emprego garantido por outros judeus já estabelecidos no país, vinham para trabalhar no comércio, mas também se destacaram nas profissões liberais. As mulheres também estudavam na A.I.U, porém, eram educadas para casar sendo as responsáveis pela educação dos filhos nos espaços domésticos. A escolaridade de alguns judeus recém-chegados a Amazônia foi um dos fatores para se sobressaírem na sociedade amazônica, pois nesse período a maioria da população brasileira era analfabeta.

1.2 Formação do estado nacional brasileiro e das identidades coletivas judaicas

As comunidades judaicas que imigraram para o Brasil no decorrer do século XIX encontraram um ambiente em ascensão econômica, social e política. Além do que os judeus não sofreram tanto preconceito étnico ou mesmo perseguições antissemitas, como ocorreu na Europa, pelo contrário a presença desses imigrantes, em alguns casos abastados, foi bem aceita

pela elite brasileira. Sorj (2010) enfatiza que graças aos valores e conhecimentos trazidos de seus lugares de origem, os judeus ascenderam socialmente e ocuparam posições importantes nas classes médias e elites do país.

Um dos fatores que contribuiu para a imigração de comunidades judaicas para o Brasil, já no início do século XIX, foi a vinda da família real para o Brasil e a estruturação do estado português na colônia, que ocasionou transformações significativas na sociedade brasileira. O príncipe regente D. João VI decretou a abertura dos portos às nações amigas, estabelecida pela carta régia de 28 de janeiro de 1808, que permitiu a entrada de navios de potências estrangeiras no Brasil⁹. Este evento contribuiu para a vinda do povo judeu de várias partes do globo para o Brasil e à Amazônia.

Outro fator importante para a expressiva imigração de judeus foi o tratado de Aliança e Amizade realizado entre Portugal e Inglaterra em 19 de fevereiro de 1810. Este tratado garantia a liberdade de consciência religiosa aos súditos ingleses, e assegurava que não teriam seus bens confiscados por motivos de credo religioso. Desta forma, a Inquisição portuguesa estava proibida juridicamente de investigar e julgar pessoas acatólicas no Brasil, o que consequentemente atraiu judeus de vários continentes para a colônia portuguesa, como afirma Falbel:

Portugal assinaria um tratado de comércio e navegação com a Inglaterra, no qual constava o artigo 12, que estipulava que os estrangeiros residentes nas possessões portuguesas não seriam perseguidos ou inquietados por matérias de consciência, assim nas pessoas, como nos seus bens. Portanto a Inquisição-que ainda existia, embora enfraquecida, pois seria abolida somente em 1821-não poderia atuar no Brasil (FALBEL, 2005, p. 34).

Estas mudanças na jurisdição portuguesa e consequentemente no Brasil favoreceram o retorno dos judeus para Portugal e a imigração para a colônia brasileira. Já nesse período judeus-marroquinos começaram a imigrar para a região amazônica, dominando os ramos de comércio e logística, além de trabalhar em atividades autônomas como mascates e regatões. Falbel (2005) destaca que para o estabelecimento de empresas pertencentes a estrangeiros, vindos de países que não tinham acordos comerciais com o Brasil, a Assembleia Provincial Legislativa decretou a lei número 12, de 12 de maio de 1838. Esta lei concedia permissão para que os comerciantes

⁹ A abertura dos portos nacionais às nações amigas de Portugal, em janeiro de 1808, iria atrair ao Pará vários negociantes ingleses que, uma vez estabelecidos em Belém, passavam a operar com a Europa, sendo mais tarde a área de comércio ampliada para abranger os Estados Unidos e as Antilhas. A partir desta nova medida econômica inicia-se uma nova era na modalidade comercial do Brasil, diversas embarcações traziam consigo mercadorias francesas, inglesas, portuguesas e africanas. Ver mais em: SANTOS, Roberto. A história econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

judeus obtivessem licença prévia para casas ou lojas de negócios do governo provincial, e para mascatear- comercializar diversos tipos de produtos- solicitavam licença da Câmara Municipal.

Os documentos que se encontram no arquivo público do Pará¹⁰ comprovam que os judeus marroquinos já estavam por aqui em início do século XIX, período de grandes contingentes migratórios. Segundo Avigdor (2010) essas grandes correntes migratórias deixaram para trás uma realidade tradicional que era garantida pelos laços familiares e sociais. No entanto, a formação de identidade judaica marroquina na Amazônia também se deu pelos laços familiares. Heller (2010) destaca a importância dessas relações para a manutenção da cultura judaica na região amazônica. O autor analisa a formação dessa identidade através de três análises gerais: a primeira seria a transformação da família como instrumento fundamental de preservação da identidade. A segunda análise é a que torna a família como instrumento de riqueza, e por último a família sendo “elemento de um novo maravilhoso descoberto pelo imigrante e que o encantou como uma espécie de sedução hipnotizante, a família cabocla”.

Essa estrutura familiar e, principalmente, as mulheres judias foram essenciais para a manutenção da cultura e da construção da identidade judaica na Amazônia. As mulheres judias eram educadas nas escolas com a finalidade de se tornarem boas donas de casa e educadoras dos filhos. Os principais ensinamentos eram os princípios da Torá- livro sagrado dos judeus-, esses ensinamentos religiosos eram repassados para os filhos quando estavam residindo em lugares que não tinham as instituições judaicas¹¹. Contudo, consideremos que existem diversos grupos judaicos, cada um com seus costumes e tradições. Na região amazônica a maioria dos israelitas é de descendência judaico-marroquina, portanto, vamos nos ater a comunidade judaica vinda do Norte da África. Nogueira (2015) explica que é fundamental compreender as diversas formas de construção da identidade judaica, os grupos e correntes do judaísmo possuem

¹⁰ No arquivo público do Pará, no Livro I de Registro de Passes de Embarcações e Passaportes de Passageiros de 1828, no documento 1119 (número de catálogo), concedido em 19 de junho de 1829, menciona-se o nome de Salomão Avros (?), que viaja de Belém para o Maranhão; outro a Rubim Beijó, que viaja para Lisboa, concedido em 11 de maio de 1831; outro ainda para Abrahão Bentetei, que também viaja para Lisboa, concedido em 11 de maio de 1831. Ver mais em Falbel, Nachman. *David José Perez: uma biografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

¹¹ Falbel (2005) explica que poderiam ter assimilado a nova cultura e esquecido tudo, se assim o desejassem. A vida ao longo do rio Amazonas é isolada. Quilômetros e quilômetros de água separam um vizinho do outro. No entanto, na intimidade da família, eles mantinham a religião com os seus quase fanáticos requisitos. Antes do pôr do sol, às sextas-feiras, parava tudo. Não se podia tocar música (em geral, tocavam pequenos instrumentos, como violino, flauta, bandolim) não se podia remar, nem fazer a barba, nem fumar, nem escrever no sábado. Casamentos e cerimônias fúnebres eram realizados severamente de acordo com as tradições e rituais místicos. Quando os livros religiosos escasseavam, eles os copiavam manuscritos, de modo que nada fosse esquecido ou omitido. Durante os dias sagrados, reuniam-se na cidade mais próxima, numa sinagoga improvisada. Nesta ocasião, aproveitavam a oportunidade para circuncidar os meninos nascidos naquele ano. Nem todos, porém, tinham a possibilidade de tomar parte nessas reuniões. Desse modo, o menino seria circuncidado com qualquer idade, dependendo do momento oportuno que se apresentasse.

características e tradições distintas quanto aos ritos, liturgia, idioma, escrita e pronúncia do hebraico, costumes, valores sociais e interpretações legais.

Durante séculos, principalmente entre o XIV e o XVIII, os judeus viveram em guetos o que ocasionou a redução do contato social e intelectual com os outros povos. Além do que estes judeus estavam proibidos de se estabelecer nas grandes cidades, com exceção dos ricos judeus que frequentavam espaços institucionais de poder, neste sentido, a educação transferida dentro do núcleo familiar foi uma forma de manter a identidade judaica por gerações.

Podemos destacar como exemplo a perseguição ocorrida no decorrer do século XIV quando os reis Isabel e Fernando de Aragão assumiram o trono na Espanha, uma das primeiras medidas a ser tomada foi à expulsão de todos os judeus do país. A expulsão dos sefaraditas ocasionou a imigração dos judeus para diferentes partes do globo. Isso não é diferente da situação do judeu marroquino que fugiu das intempéries daquele país nos primeiros anos do século XIX, refugiando-se nos mais longínquos interiores amazônicos, mas apesar disso conseguiram manter seus ritos e tradições judaicas.

Para compreender a dinâmica dessas migrações de judeus de várias partes da Europa e da África, para o Brasil e para a Amazônia, temos que analisar algumas mudanças na jurisdição brasileira, principalmente no início do século XIX. Isto ocorreu em um contexto de formação dos estados nacionais em nações soberanas que reconfigurou a estrutura política, econômica, religiosa e social das sociedades europeias e de suas colônias.

O Brasil passou da categoria de colônia para nação independente, ocasionando diversas transformações no país, principalmente em escala jurídica. Um dos exemplos a serem citados é a promulgação da Constituição de 1824 que concedeu liberdade de culto nos espaços internos das casas. Sendo assim, estruturava-se em um novo projeto de modernidade no período imperial. Conforme explica Carvalho (2018) a nova lei constituinte contemplou a tolerância religiosa, permitindo apenas o culto doméstico às denominações acatólicas. Apesar de tratar-se de uma ambiguidade os clérigos foram fundamentais para a modernização política do país, alguns padres que estudaram nas universidades de Portugal foram influenciados pelos pensamentos iluministas.

Apesar de todas as transformações que estavam ocorrendo na sociedade brasileira e na Europa a religião oficial do estado ainda continuava sendo a igreja católica apostólica romana. No entanto, diferentemente do terror estruturado pela Santa Inquisição, os debates políticos estavam pautados na modernização da colônia. As mudanças ocorridas no regimento português pretendiam centralizar o poder do Estado desvinculando-se da ordem religiosa e renovando os conceitos políticos e econômicos do reino português aos moldes dos grandes centros da Europa.

Assim, as mudanças no regimento jurídico de Portugal inspirados pelos ideais iluministas, moldou também a estrutura política e religiosa do Brasil e ganhou novos parâmetros, consequentemente no que se diz respeito ao retorno dos judeus para Portugal e para a colônia. Influenciado pelo iluminismo o marquês de Pombal realizou reformas políticas administrativas que moldaram toda a estrutura da sociedade portuguesa.

Parece que os assuntos relacionados com os judeus e com os cristãos novos surgem como consequência das mudanças significativas que vêm ocorrendo na Europa e que aportam em terras portuguesas sob a bandeira de um país livre de preconceitos, modernizado, aberto aos postulados do Iluminismo (MENDES, 2011, p. 60)

Dentre estas reformas, algumas leis viabilizaram o fim das perseguições aos cristãos novos em Portugal e consequentemente no Brasil, e colocou um ponto final no funcionamento da Santa Inquisição e do Tribunal do Santo Ofício sem o prévio ordenamento do poder régio. O termo cristão novo era utilizado para identificar judeus convertidos ao cristianismo, no entanto, foi uma forma de segregação, pois o povo judeu era considerado de sangue impuro e de raça inferior¹². Assim, não sendo considerado um cristão de fato e de direito, ainda segundo Mendes (2011) “a limpeza de sangue” tem sua continuidade e o universo do cristão-novo limitado à sua exclusão social.

Uma destas novas medidas foi a instituição do Alvará de 2 de maio de 1768 que acabou com os Róis de Finta. Assim, anulando a cobrança de um imposto especial sob os cristãos novos. Logo depois em 5 de outubro deste mesmo ano é instituído o Decreto Confidencial que acaba com a questão do sangue impuro. Estes e outros decretos ocorreram durante a formação do direito português moderno e receberam, posteriormente, o título de Leis da Boa Razão. As mudanças na lei continuaram a favor dos cristãos novos, neste caso a lei de 15 de dezembro de 1774 que proibiu a tomada de bens dos considerados “hereges” pela santa inquisição, extinguindo a perseguição ao povo judeu em Portugal e suas colônias.

Segundo Novinsky (2016) uma pequena parte dos cristãos novos decidiu permanecer no Brasil no decorrer do século XVIII. Os judeus concentraram-se, principalmente, à margem do rio Paraíba, sobrevivendo do engenho nas regiões do Maranhão e Grão-Pará. Apesar das perseguições os cristãos novos continuaram praticando a religião judaica de forma secreta. Estes judeus denominados criptojudaicos eram judeus que durante as perseguições ocorridas em Portugal e Espanha no século XV, e tendo passado pelo processo de conversão forçada ao

¹² Ver mais em MENDES, Paulo. *O marquês de pombal e o perdão aos judeus: Inquisição, legislação e solução final da questão do perdão aos judeus com o novo enquadramento jurídico pombalino*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2011.

cristianismo, praticavam a nova fé perante a sociedade, mas secretamente mantinham seus ritos hebraicos.

Estas leis que aboliram a perseguição aos cristãos novos foram instituídas durante as Reformas Pombalinas, lideradas por Sebastião José de Carvalho e Melo o marquês de Pombal, em uma tentativa de tornar Portugal mais tolerante às diversidades culturais, sociais e religiosas. Para Corrêa (2012) “esta obra legislativa, pombalina e liberal, iniciadora de um processo de suavização religiosa com profundas repercussões futuras, franqueou as portas ao regresso dos judeus”. As comunidades judaicas ressurgiram em Portugal no início do século XIX.

Fazendo parte das grandes correntes migratórias os judeus foram deixando para trás uma realidade tradicional que era garantida pelos laços familiares e sociais. Deixaram de lado práticas ritualísticas que consideravam primitivas por estarem estreitamente relacionada àquela realidade tradicional. O judeu dos séculos XVIII e XIX integrou assim à modernidade adotando seus valores e seus costumes bem distintos daqueles vividos em seus enclaves étnicos (AVIGDOR, 2010, p. 9).

Logo após a Revolução Francesa nasceram vários Estados-nações que fortaleceram ainda mais a necessidade de capital para a expansão comercial destas potências. As novas necessidades do Estado em obter crédito alterou a situação do povo judeu na Europa, principalmente dos judeus de elite que se tornaram fundamentais para a nova estrutura governamental. No entanto, a nova demanda e a maior necessidade do governo em captar recursos forçaram os banqueiros judeus mais abastados da parte ocidental e central da Europa buscarem ajuda nos coletivos judaicos.

Essa íntima relação entre judeus e governos era facilitada pela indiferença geral da burguesia no tocante à política em geral e às finanças do Estado em particular. Esse período terminou com o surgimento do Imperialismo, no fim do século XIX, quando os negócios capitalistas em expansão já não podiam ser realizados sem a intervenção e o apoio político do Estado (ARENDR, 2012, p. 41).

As configurações por que passavam as sociedades ocidentais inspiraram os moldes do novo estado nacional brasileiro, assegurando a liberdade de culto e garantindo, desta forma, a imigração de estrangeiros para o país. Sendo assim, a vinda destes imigrantes potencializou várias mudanças na sociedade, especialmente na questão religiosa, pois muitos protestantes e judeus chegaram ao Brasil em meados do século XIX. Isso ocorreu em parte por conta da participação do clero católico no cenário político da colônia. Carvalho (2018) esclarece que esses clérigos se inseriram nos debates plurais que tocavam na formação do estado nacional brasileiro, assim, a identidade religiosa se mesclava a identidade política.

É neste contexto de transformações sociais ocorridas no Brasil, influenciada pelas grandes potências europeias, que os judeus imigraram em busca de uma nova oportunidade de

vida. O país estava inserido na modernidade global, os debates parlamentaristas tentavam seguir os moldes das superpotências europeias.

[...] a emancipação dos judeus, como lhes foi concedida pelo sistema de Estados nacionais na Europa durante o século XIX, tinha dupla origem e o significado ambíguo. Por um lado, ela decorria da estrutura política e jurídica de um sistema renovado, que só podia funcionar nas condições de igualdade política e legal, a ponto de os governos, para seu próprio bem, precisarem aplainar as desigualdades da velha ordem do modo mais completo e mais rápido possível (ARENDT, 2012, p. 37).

A influência do ideal iluminista referente aos direitos dos cidadãos, e, a modernização dos estados mudou a condição da população judaica em algumas partes da Europa no decorrer do século XIX. No entanto, o antissemitismo moderno emerge no mesmo período por questões políticas e econômicas. A formação do estado-nação concedeu o direito de igualdade para o habitante judeu. Contudo, a forma como foi concedida essa emancipação aos judeus, segundo Arendt (2012) tinha dupla origem e significado ambíguo, primeiro que decorria de uma estrutura político e jurídico renovada, pautado em condições de igualdade política e legal, segundo que a emancipação era resultado da extensão de privilégios concedidos a um pequeno grupo de judeus ricos.

De qualquer modo esses privilégios antes concedidos há um pequeno grupo de judeus de elite se estende para outras comunidades judaicas da Europa central e ocidental. Este mecanismo se fazia necessário para garantir a expansão comercial do estado, mesmo porque os judeus realizavam empréstimos financeiros ao poder estatal. Deste modo, os israelitas eram tratados como um grupo a parte que servia aos interesses dos poderes políticos da nação. Segundo Arendt (2012) geralmente os judeus eram vistos como aliados do Estado na Europa do século XIX, judeus e nobreza eram opostos a nova classe social de burgueses. Neste sentido, os judeus eram considerados inimigos que deviam ser combatidos a qualquer custo.

Para Arendt (2012) a ascensão dos estados nação e a derrocada deste sistema com relação aos judeus passaram por alguns estágios. O primeiro ocorreu entre os séculos XVII e XVIII momento em que alguns judeus ascendiam nas cortes das monarquias, financiando as empresas estatais e administrando transações financeiras da realeza. O segundo estágio ocorre após a Revolução Francesa, momento de formação do estado-nação que requer um capital maior para as transações comerciais. Desta forma, era necessário um maior número de comunidades judaicas de elite para captação de dinheiro. A ligação dos ricos judeus com o poder estatal ocorria porque os burgueses eram indiferentes aos investimentos do Estado, esse quadro de relações políticas se modifica no início do Imperialismo. Por fim Arendt (2012) afirma que a

comunidade judaica da Europa enfraqueceu as relações com o governo a partir da desintegração do estado-nação.

O crescimento dos negócios estatais foi causado pelo conflito entre o Estado e as forças financeiramente poderosas da burguesia, que preferiu dedicar-se ao investimento privado, evitando a intervenção do Estado e recusando-se a participar de maneira ativa no que lhe parecia ser empresa “improdutiva”. Foram assim os judeus a única parte da população disposta a financiar os primórdios do Estado e a ligar seu destino ao desenvolvimento estatal. Com o seu crédito e suas ligações internacionais, estavam em excelente posição para ajudar o Estado-nação a afirmar-se entre os maiores empregadores e empresas da época (ARENDT, 2012, p. 43).

O judeu foi em diversos momentos da história perseguido desde a Antiguidade, apesar de um pequeno grupo de judeus ricos conseguirem alguns privilégios junto ao Estado. Em fins do século XVIII a perseguição aos judeus ainda estava relacionada à questão religiosa, mesmo porque eram considerados “culpados” pela crucificação de Jesus Cristo. No período da Idade Moderna este povo sofria a perseguição sob a autoridade da igreja católica, religião oficial do estado, e a conversão de alguns israelitas não eram suficientes para fugir dos processos da Santa Inquisição. No entanto, após a Revolução Francesa alguns direitos foram garantidos, e o judeu aceito como cidadão da nação em que residia. Arendt (2012) afirma que exerciam papel fundamental para o funcionamento do Estado, através de serviços financeiros, principalmente em tempos de guerras entre as nações. Essa garantia de direitos ocorre em um curto período de tempo, porque as manifestações contra os judeus não se tratavam mais de questões religiosas, mas sim de convulsões políticas e sociais.

A Prússia, por exemplo, foi um dos primeiros países da Europa a iniciar movimentos antissemitas, que se insurgiram através da classe aristocrática, por questões políticas e sociais. Apesar de alguns ricos judeus estarem diretamente ligados aos investimentos comerciais do Estado, emprestando dinheiro a juros, não se organizaram enquanto classe. Arendt afirma que os judeus mais abastados obtinham privilégios e adquiriram igualdade de direitos em fins do século XVIII. Porém, quando esses mesmos direitos eram oferecidos aos judeus de outras províncias, comunidades judaicas mais pobres e menos letrada, ocorriam protestos por parte da elite judaica que não reconhecia a igualdade de direitos para essas classes mais baixas. Esta situação mudaria apenas em meados do século XIX, com o aumento recorrente da perseguição aos judeus e com a mudança de pensamento das elites quanto à concessão de crédito ao Estado.

Os judeus eram vistos com desconfiança pela população e por alguns grupos de elite como os burgueses, por exemplo, por estarem intimamente ligados ao Estado. Arendt explica que eram confundidos ou mesmo associados às estruturas de poder da nação. A formação do Estado nacional na Europa foi acompanhada pelo sentimento nacionalista, a ideia de uma

identidade coletiva contrastava com o ser judeu. A unificação de um grupo através de instituições de poder distanciava cada vez mais os outros sujeitos considerados “diferentes” ou mesmo impostores em um determinado espaço ou nação, neste caso, o povo judeu.

Dentre as diversas características das culturas nacionais ou mesmo das imaginadas identidades coletivas Hall (2006) explica que “a identidade nacional é também muitas vezes simbolicamente baseada na ideia de um povo ou folk puro, “original”. Mas no desenvolvimento nacional é raramente esse povo “original” que exercita o poder”. Esses grupos supervalorizam o passado de glórias da nação e ao mesmo tempo colocam em prática uma nova fase na disputa pelo poder entre potências. Os judeus, portanto, eram supostamente alheios a esse processo, primeiro que não tinham uma delimitação ainda definida do seu território, enquanto nação, e não eram vistos como parte integrante destes grupos que se autodenominavam descendentes dos primeiros habitantes do lugar ao qual são pertencentes.

As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido” quando a nação era “grande”; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as “pessoas” para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os “outros” que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente (HALL, 2006, p. 56).

Todavia, no Brasil sucedeu um fenômeno contrário ao sentimento nacionalista de supervalorização do passado como ocorrido na Europa, a escravidão e o período da colonização portuguesa deveria ser apagado da memória nacional. De certa forma, esse é um espaço favorável para o judeu imigrante, pois em sua maioria eram homens que possuíam fortuna e detinham o perfil social que respondia aos anseios de alguns intelectuais da época, no que se refere a formação do estado nacional brasileiro, diferente do que ocorreu em outras nações da América Latina e da Europa. Sorj (2010) afirma que:

Quanto menos raízes, mais longe se está dos “valores nacionais”. No mito de origem brasileiro, pelo contrário, o passado é desvalorizado e sua proximidade com este implica uma identificação negativa. Não é a toa que no Brasil predominam as piadas sobre negros e portugueses como expressão do passado a ser rejeitado. Num contexto em que o novo, a mudança e o futuro são valorizados, o estrangeiro, no lugar de ser portador de valores estranhos à nacionalidade, passa a ser seu principal construtor (SORJ, 2010, p. 96).

Apesar de nos referirmos aos judeus de várias partes dos continentes de forma homogênea, eles se constituem em subgrupos diversos que se distinguem conforme sua origem geográfica e histórica. Os judeus podem ser denominados como descendentes do povo de Israel, seus preceitos religiosos são fundamentados pela Torá, livro dividido em diversos textos que

são considerados sagrados pelos judeus, e que encerram os fundamentos do judaísmo a partir de várias vertentes do judaísmo.

Os diversos grupos judaicos tornaram-se peregrinos em terras estranhas, as expulsões ganham continuidade no decorrer dos séculos e os israelitas espalharam-se por diversos continentes, esse fenômeno ocasionou as diferenças existentes nas comunidades judaicas e foi decisivo para que ocorressem imigrações em massa dos judeus para outras regiões e para a Amazônia. A estruturação dos judeus enquanto grupo social, político e econômico percorreu uma dinâmica oposta ao que ocorreu com as comunidades judaicas fixadas em outros países. Isso se deu por conta das mudanças ocorridas no país nas primeiras décadas do século XIX e por conta da inserção desses judeus nos grupos de elite do país. Estas comunidades judaicas que imigraram para o país no decorrer do século XIX e XX estabeleceram diversas conexões de sociabilidades que possibilitaram a estes judeus a ascensão econômica e política necessária para adentrar os principais grupos de poder da Amazônia.

II “CONPCEITUADOS COMERCIANTES JUDEUS NA AMAZÔNIA”

Depois da tentativa do Marquês de Pombal em colocar para a Amazônia uma política que fosse capaz de alterar as relações de produção¹³, que saísse do vício do extrativismo e se voltassem para a agricultura, sobretudo aos cultivos do arroz, café, algodão, cacau, entre outros produtos, que suprisse a demanda regional e abastecesse o mercado externo, através da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão, e sobretudo através da introdução da mão de obra negra não foi suficiente para que mudasse a configuração do comércio amazônico. O extrativismo continuou sendo a principal fonte de comércio e riquezas por aqui. O chamado “ciclo agrícola”, não prosperou como o esperado, a economia continuou tendo por base os produtos extraídos da floresta, principalmente o cacau bravo, que tinha um valor considerado no mercado europeu, sendo o principal produto exportado nos fins do século XVIII e início do XIX¹⁴, sendo superado somente com a introdução do comércio da borracha, que veio aos poucos ganhando espaço e vai se tornar o principal produto de exportação.

O comércio amazônico sempre esteve atrelado ao extrativismo, porém, agora com maior intensidade. Um novo produto surge e vai se tornar a principal atração do mercado internacional, a extração do látex para a produção da borracha. Tudo começou a partir da descoberta do paerfeçoamento do processo de vulcanização da borracha feita por Charles Godyear, por volta dos anos 1839, que ao fazer a mistura da borracha com enxofre, e expondo a luz do sol, a superfície perdia a adesividade, e não se alterava com o calor nem com o frio e nem com solventes. Essa descoberta vai gerar ,principalmente a partir da segunda metade do sécuo XIX, um novo alento para a economia da Amazônia que estava em declínio por virtude da queda da exportação e do preço do cacau no mercado internacional. Neste período surgiu um mercado especializado de produtos gomíferos nos países da Europa e Estados Unidos, tendo como principal fornecedor de matéria-prima a região amazônica que, durante as décadas do XIX, compunha o maior número de plantação da seringa no mundo.

Para Santos (1980) a borracha antes mesmo da descoberta do processo de vulcanização,

¹³ A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão nasceu para fomentar o comércio da Amazônia a partir das Reformas propostas por Pombal, a tentativa do Estado de substituir os produtos extrativistas pela agricultura teve o objetivo de implantar uma economia agrícola, baseada na agroindústria de exportação, com a introdução da mão de obra escrava negra, assim, a administração pombalina reconfigurou as atividades produtivas de venda e troca de produtos na Amazônia.

¹⁴ Segundo Santos (1980) o mercado interno da Amazônia, no princípio do século XIX, era demasiado fraco para absorver sua produção. Região periférica do vasto império português, ela se caracterizava por uma economia pobre, com grande dominância do extrativismo e totalmente orientada para o exterior. Tão logo reduzida a demanda externa de seus poucos produtos, particularmente a do cacau, sobreveio o prolongado período de depressão que marcou a atividade regional até 1820.

mais precisamente na primeira metade do século XIX, já vinha despertando o interesse de alguns negociantes norte-americanos, que começavam a importar do Brasil o produto sobre a forma de garrafas. Anos depois por volta da década de 1820 do referido século o negócio vai aumentar com a exportação de calçados para os Estados Unidos.

No porto de Belém, os pares de calçados se cotavam ao quilo de borracha que entrava na sua confecção, sendo por isso impossível discernir nas estatísticas brasileiras disponíveis, que só registram tonelagem, que parte da borracha se exportava em bruto e qual em calçados (SANTOS, 1980, p. 52).

A borracha longe de ser o principal produto de exportação nessa primeira parte do século XIX, aparecia timidamente no mercado, de acordo com Roberto Santos, não representando nada mais que 10% por cento do valor total de mercadorias exportadas, ficando somente em quarto lugar, atrás do fumo, cacau e couro, representando pouco na economia regional. O comércio amazônico, especificamente o da borracha, só vai adquirir novos rumos, a partir da mudança do transporte aquaviário nos rios da Amazônia com a introdução do navio a vapor, concedido e incentivado pelo governo brasileiro ao barão de Mauá, o maior empresário da época, como meio de prevenir uma possível investida norte-americana.

O envolvimento de Mauá na economia da Amazônia fez parte de um empenho brasileiro para limitar a penetração estrangeira na região norte do país. Nos primeiros anos da década de 1850 os Estados Unidos procuraram pressionar o governo brasileiro para permitir que um grupo de empresários americanos fizesse funcionar um barco a vapor no rio Amazonas.

[...] acreditava-se que o transporte a vapor iria revelar uma verdadeira descoberta do tesouro de riquezas tropicais que se euxariam intocadas por falta de investimento adequado. O governo brasileiro, porém, vendo nessa abertura uma ameaça potencial a integridade territorial do Brasil recusou-se em abrir a embarcações estrangeiras a navegação no grande rio (WEINSTEIN, 1993, p. 80-81).

Temendo a essa ameaça foi concedido pelo governo do império do Brasil, à uma companhia brasileira, o direito de explorar o monopólio de navegação nas águas dos rios da Amazônia, sobre controle nacional. Começa a partir de então uma nova fase na navegação pelos rios amazônicos, encurtando as distâncias entre uma cidade e outra, levando e trazendo passageiros e transportando a borracha extraída dos seringais, que cada vez mais se intensificava. Antes de ser implantada a navegação a vapor pelos rios da Amazônia a extração da borracha, segundo Santos (1980), se concentrava nos arredores de Belém e às ilhas. À medida que os seringais próximos foram se tornando pouco produtivo devido à maneira predatória empregada na extração do látex, a mobilidade interna da província do Pará se tornou

expressiva, novas áreas foram sendo ocupadas. Quando surgiam novos seringais fluxos humanos se deslocavam em direção do Xingu e Tapajós.

O fluxo da borracha saía da influência do Pará alcançando outras províncias amazônicas, em virtude da demanda do mercado externo que se avolumava e, como consequência se precisava de mais pessoas para trabalhar nos seringais na obtenção da extração do látex da borracha, que inicialmente contava em sua maioria com a mão de obra cabocla e indígena. Santos afirma que por volta da primeira metade dos anos 1870, o potencial produtivo da borracha na Amazônia ainda era extremamente subaproveitado, a demanda mundial continuava em ascensão, tornando o produto altamente atrativo no mercado internacional. O subaproveitamento na extração se dava, principalmente, em virtude da escassez de mão de obra disponível.

Nos primeiros vinte anos da segunda metade do século XIX, quando a demanda começa a ganhar fôlego, a mão de obra quase sempre era de caboclos e indígenas, a partir do momento que essa mão de obra se tornava insuficiente em virtude da necessidade de haver mais pessoas para extrair a seringa seria necessário um maior contingente de trabalhadores. Como meio para solucionar o problema da escassez de mão de obra para trabalhar nos seringais, os comerciantes da borracha juntamente com as autoridades do Pará, tiveram que recorrer à mão de obra dos imigrantes, principalmente nordestinos que fugiam da seca, e também de estrangeiros portugueses e espanhóis, italianos, chineses, entre outros. Segundo Santos (1980), o governo do Pará preocupado com o “abandono” da agricultura, e conscientes da necessidade de implantar núcleos agrícolas em virtude da escassez de gêneros alimentícios, subsidiava a vinda de imigrantes para trabalhar na lavoura.

Ao mesmo tempo em que tudo acontecia na região amazônica, em função da descoberta da borracha, concomitantemente passou-se a ter um déficit de trabalhadores para atuar na extração do látex, para solucionar o problema de mão de obra que se instalava no Pará, percebeu-se um discurso público de incentivo a migração por parte dos estados amazônicos. Principalmente a partir do momento que a migração tomou força na década de 70 do século XIX (SMITH, GARVÃO, 2013, p. 3).

A preocupação do governo, desde o período pombalino, era que a busca incessante de produtos extrativistas levava o colapso da agricultura, gerando um desabastecimento e escassez de alimentos. No período da borracha a situação econômica, se referindo à produção agrícola, entrava em crise, pois mais pessoas se lançavam nos seringais na expectativa de enriquecer. Enquanto isso o aumento populacional nas cidades de Belém e Manaus crescia de forma desordenada, gerando, assim, sérios problemas no abastecimento destes estados.

Houve colonização dirigida pelo governo e por particulares para fins agrícolas; parte dos imigrantes, face ao fracasso das colônias encaminhara-se para os seringais. Houve imigração espontânea. E houve imigração induzida por intermediários mais ou menos inescrupulosos, que arregimentavam gente no Nordeste brasileiro para os trabalhos extrativos da borracha (SANTOS, 1980, p. 86).

A tentativa de uma colonização agrícola dirigida, de acordo com Roberto Santos, na prática não se concretizou, representaram resultados medíocres, em virtude da debandada desses imigrantes em direção aos seringais. A migração estrangeira subsidiada pelo governo do Pará também não teve êxito, pois ao chegar por aqui, encontravam todo tipo de dificuldade, além de demonstrarem falta de conhecimento para trabalhar na agricultura, pois eram pessoas “desqualificadas”, ao contrário das outras que vinham trabalhar no sul do Brasil, na produção do café. Deste modo, o comércio da borracha causava a ruína da agricultura, daí a preocupação das autoridades amazônicas, porém, com a expansão e a demanda do mercado internacional ela se tornou a principal fonte de arrecadação dos governos provinciais. Ao mesmo tempo em que o governo incentivava a produção agrícola, através da migração de estrangeiros e brasileiros do nordeste para o trabalho na agricultura, havia também certa limitação a favor deste tipo de colonização.

Os que propunham tais programas não podiam mostrar-se muito enérgicos em sua oposição às atividades extrativas, uma vez que exatamente a renda proveniente do negócio da borracha é que seria utilizada para custear a imigração e as colônias. Os que defendiam as comunidades de pequenas propriedades podiam criticar a economia extrativa, mas não apoiariam qualquer medida que prejudicasse seu funcionamento [...] (WEINSTEIN, 1993, p. 141-142).

Daí a importância que teve a economia da borracha para a região amazônica, ela representava uma força ambígua porque de um lado os estados recebiam impostos advindos da economia gomífera, por outro lado influenciava diretamente na crise de abastecimento das cidades, principalmente Belém e Manaus. Quanto ao investimento o capital inicial da atividade extrativa, antes do aumento da indústria gomífera, foi possível relativamente mobilizar dentro dos limites de recursos existentes na região. O aumento na produção foi de mil toneladas no ano de 1849 para aproximadamente 17 mil toneladas em 35 anos, essas mudanças exigiram um aumento significativo no capital que somente poderia ser alcançado através de financiamento externo. E nesse caso o capital inicial para dinamizar o empreendimento gomífero foi basicamente de origem inglesa e americana, através de agentes comerciais interessados na compra da borracha, que até então era modesta.

Roberto Santos (1980) coloca que por volta da década de 40 e 50 do século XIX, quando a borracha começa a ter alguma expressão em termos regionais, não havia demanda no resto do país, a procura basicamente ficava limitada aos Estados Unidos e a Inglaterra. Segundo este

autor foi um ou mais agentes destes países que trouxeram o capital, capaz de dinamizar a então modesta produção da borracha. Estes agentes instalam-se em Belém e promovem, por conta própria ou por conta de importadores compatriotas, a coleta e o embarque do produto. Com o passar dos tempos e com o aperfeiçoamento da tecnologia de extração do látex o número de agentes desses países também aumenta. Santos (1980) afirma que vinham para cá representando fabricantes e importadores de seu país, ou trabalhavam de forma autônoma, mas sempre portando recursos ou crédito no exterior, nesse sistema as funções de exportador e importador estão ainda confundidas em cada agente.

Ainda sobre o processo de importação e exportação de mercadorias e derivados da borracha, Weinstein (1992) nos coloca que a comunidade portuguesa teve papel central na “capitalização inicial da economia gomífera”, representava a força financeira mais importante do setor de importação do Pará. No entanto, cada vez mais que a produção de borracha se avolumava, e se distanciava de Belém, a comunidade mercantil sofria um processo de diferenciação. A autora afirma ainda que gradualmente os portugueses passaram o controle das operações de exportação a capitalistas estrangeiros: franceses, americanos, alemães e ingleses que detinham maiores recursos financeiros e melhor relacionamento comercial em seus mercados de origem.

Entretanto, longe de significar a decadência destes comerciantes, esse processo simplesmente deslocou suas influências para outras áreas de negócios, as casas aviadoras que começaram a ganhar notoriedade a partir da primeira década dos anos 1860. Essas casas aviadoras eram as principais representantes ou receptoras dos produtos extraídos do interior do estado, seja pelos donos dos seringais ou das casas de comércio sediadas nas regiões de interior. Seus representantes em sua maioria eram de origem portuguesa, assim como as casas importadoras, seus acordos comerciais eram baseados no crédito além de fornecer mercadorias aos aviadores.

Paralelamente aos negociantes da borracha surgiu uma classe de comerciantes que também tirava proveito da expansão comercial do setor gomífero, principalmente na região nos interiores da Amazônia. Essa nova classe empresarial residia em pequenas cidades, vilas e povoados nas beiras dos rios, os chamados regatões, ou como também podemos chamar de classe de comerciantes ambulantes itinerantes:

[...] se abasteciam em Belém e depois viajavam de barco por todas as regiões do interior, até mesmo as mais isoladas comprando borracha e vendendo farinha de mandioca, sal, roupas, cerâmicas, armas, querosene e tudo mais quanto fosse necessário ao seringueiro e sua família (WEINSTEIN, 1993, p. 68).

Esses comerciantes, segundo Weinstein (1993), recebiam o maior desprezo por parte dos funcionários do governo, e também de outros críticos da borracha. Assim, acusavam estes comerciantes itinerantes de tirar vantagens ilícitas do seringueiro isolado e do “inocente” índio. Compravam os produtos baratos demais e vendiam utensílios e mercadorias caros demais, superfaturando os valores, compravam por 5 o que valia 20 e vendiam por 20 o que valia 5, e assim por diante, afundando cada vez mais os seringueiros em dívidas.

Os mascates, destacado na imagem abaixo, como também eram conhecidos estes comerciantes dos rios amazônicos, adentraram a floresta amazônica e exerciam suas práticas comerciais trocando, vendendo e negociando todo tipo de produtos com a comunidade ribeirinha. Para Weinstein (1993) os comerciantes judeus da Amazônia eram vistos como ambiciosos astutos e sem raízes e simbolizava tudo aquilo que a elite tradicional detestava na elite mercantil o que contrastava com os comerciantes mais abastados da cidade de Belém. Porém, ao analisar as dinâmicas comerciais e políticas da elite judaica na Amazônia nos séculos XIX e XX, percebemos que esse desprezo destacado pela autora é exagerado, mesmo porque os judeus ao chegarem à região amazônica ocuparam espaços intermediários no setor econômico no decorrer do século XIX. Contudo, em algumas décadas tornaram-se donos de grandes empresas de importação e exportação nas principais capitais da Amazônia. Eles compunham uma elite que também ocupava cargos políticos na região, apesar de ter sido menos expressiva a atuação dos judeus na política o perfil desses imigrantes, que eram em sua maioria letrados, tinha uma maior aceitação tanto entre a população mais pobre quanto entre as elites amazônicas.

Figura 5: Mascate



Fonte: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro

De acordo com Maria Almeida (2011), a profissão de vendedor ambulante tornou os judeus conhecidos como mascates. Em suas embarcações levavam mercadorias nos mais longínquos seringais, e em troca recebiam uma gama dos mais variados produtos extraídos da floresta, tais como: castanha, copaíba e principalmente a borracha, além de outros produtos. Estes comerciantes judeus desafiavam o monopólio português e o sistema de aviamento, mesmo porque vendiam suas mercadorias há um preço menor, e compravam produtos com os seringueiros a preços mais altos.

Ao chegarem na Amazônia os judeus migraram para várias comunidades do interior amazônico, com o período de ascensão da economia gomífera deslocaram-se em número maior para as cidades de Belém e Manaus, uma quantidade menos expressiva ocupou as outras cidades do norte do país. De acordo ainda com Blay (1996) boa parte dos imigrantes judeus da África, ao chegar por aqui, foi trabalhar no comércio dominado pelas casas aviadoras. Os recém-chegados judeus eram responsáveis em fornecer utensílios para o seringueiro em troca do látex da borracha. Muitos deles se tornaram empregados destes aviadores. Alguns tentaram romper com o monopólio estabelecido dos grandes empresários donos das casas aviadoras. Os comerciantes judeus e sírio-libaneses fixaram pequenos comércios e iniciaram relações comerciais diretamente com os seringueiros.

A segunda corrente de judeus que migraram para a Amazônia, segundo Blay (1996) no período da borracha, são os de origem francesa. A suposta vinda destes judeus franceses foi em virtude da derrota da França para os alemães, muitos deles alsacianos, se negando a aceitarem serem alemães migraram para diferentes lugares, inclusive para o Brasil. Existem divergências em relação a esta hipótese, Blay cita que alguns autores, entre eles Raphael, Vidal Nacquer, entre outros, atribuem a imigração desta região da França em virtude da discriminação pela maioria católica e protestantes locais.

Parte desses judeus foi para São Paulo, Rio de Janeiro e outra parte para Manaus, se tornando importadores de bens franceses, relógios, vidros, instrumentos dentários, ladrilhos, entre outros. Segundo Benchimol (2008) na Amazônia os judeus de origem francesa foram pioneiros na exportação da borracha e os que mais se destacaram na segunda metade do século XIX quando faziam concorrência direta com os exportadores de origem inglesa, francesa e alemã. Uma terceira e quarta leva de judeus migraram também em direção a Amazônia, os askenazitas e os foinquititas. Os askenazitas provinham da Alemanha, Polônia e países da Europa oriental. Durante o período áureo da borracha se tornaram exportadores de borracha, comerciantes e lojistas, destacando-se na elite comercial das principais capitais amazônicas. Já a quarta leva de migrantes judeus, de acordo

com Benchimol (2008), chegou por aqui em fins do século XIX, vindos da Turquia, Síria, Líbano e Egito, e como provinham do Império Otomano eram conhecidos como turcos e confundidos com os sírio-libaneses, mulçumanos e maronitas que chegavam na mesma época.

O seu começo de vida repetiu a velha carreira dos sefaraditas de Marrocos, como regatões no interior ou prestamistas teco-teco e vendedores ambulantes em Belém e Manaus. Estes judeus, na verdade, reuniam, no olhar da população e do noticiário local, o pior dos quatro mundos: eram judeus, turcos, regatões e teco-tecos (BENCHIMOL, 1998, p. 73).

Entre os judeus que chegavam para trabalhar e morar aqui na Amazônia Benchimol afirma que sofriam a discriminação como judeus, a hostilidade como se fossem sírio-libaneses. O autor destaca ainda o rancor aos regatões por parte da oligarquia e burguesia local e as desconfianças dos pobres da periferia, compravam linha a metro, pedacinhos de sabão borboleta, metros de brim, chita, algodão e artigos de armarinho. No entanto, não existem comprovações documentais ou mesmo relatos sobre antissemitismo ou preconceito étnico contra os judeus residentes nas regiões amazônicas. Alguns destes comerciantes dos rios amazônicos se sobressaíam e se tornaram ricos, famílias israelitas ricas do Pará tais como os Benchimol, Benzecry, Roffé, Benjó e Benoliel começaram suas carreiras comerciais como pequenos comerciantes no interior.

Já no final do século XIX ocorreu um significativo aumento do número de judeus que imigram das regiões interioranas para a cidade, principalmente, Belém e Manaus, que eram as maiores capitais do norte do Brasil. A comunidade judaica amazônica bem mais estruturada com grandes empresas na cidade tornam-se os principais comerciantes dos produtos extrativistas da Amazônia. Segundo Weinstein (1993) os mascates fluviais também contavam com alguns defensores poderosos da capital. A autora enfatiza que quando a cidade de Breves colocou uma taxa extra de 150 mil réis a todas as pequenas embarcações fora do limite da cidade e outra no valor de 75 mil pelo licenciamento, imediatamente três das maiores e tradicionais casas de aviadores tratou de enviar uma petição à câmara de comércio de Belém questionando o abuso das taxas cobradas. Isso demonstra que esses comerciantes mascates atuaram como pioneiros na comercialização da seringa para as casas aviadoras que por sua vez comercializavam a borracha para os exportadores estrangeiros.

É neste contexto de ascensão da economia gomífera que o judeu amazônico surge na figura do regatão. Alguns desses mascates fluviais tinham sorte e conseguiam sobressair, ganhando certo status econômico dentro da comunidade mercantil, no entanto, um número menor de judeus se fixou como pequeno comerciante nos hinterland da Amazônia, funcionando como elos menores dentro da cadeia comercial. A figura do regatão esteve ligada ao negociador

ganancioso e astuto que desembocava pelos rios amazônicos trocando, vendendo produto e prestando os mais diversos tipos de serviços às comunidades ribeirinhas¹⁵. Esses comerciantes judeus não sofreram discriminação como cita alguns autores, pois dominavam o comércio fluvial e atuavam, predominantemente, no comércio de importação e exportação da Amazônia.

Os judeus migraram para vários estados do Brasil, a maioria dos israelitas foi trabalhar como vendedor ambulante. Além de dominar a classe comercial da Amazônia também se tornaram empresários nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Póvoa (2007) essas foram as cidades que mais receberam imigrantes judeus, principalmente no início do século XX. Na cidade paulista os judeus se inseriram nos patamares mais baixos do comércio e da indústria, entretanto, alguns judeus chegaram por aqui trazendo fortuna. O autor afirma ainda que se dedicavam à atividade empresarial, eram exímios comerciantes ou financistas, faziam parte da classe média e geralmente ligada às atividades profissionais liberais. Todavia, a maioria deles, segundo Mizrahi (2008), iniciaram seus negócios como pequenos comerciantes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, nas zonas suburbanas e rurais, onde tinha mercado para produto a prestação, carregavam cortes de tecido, guarda-chuvas, armarinhos e pequenos produtos em malas e nos ombros. Esses negociantes ficaram conhecidos como turco da prestação e algum tempo depois instalavam-se no comércio lojista.

O mesmo fenômeno ocorreu com os judeus marroquinos que migraram para a Amazônia em meados do século XIX, ao chegar por aqui se tornaram comerciantes fluviais, os conhecidos regatões. Atraídos pelo ciclo da borracha alguns jovens judeus migraram de diversas cidades marroquinas para o norte do Brasil, e em sua maioria vinham trabalhar como funcionários de seus parentes judeus em casas aviadoras ou desenvolver comércio nos rios da Amazônia. Após algumas décadas esses pequenos comerciantes deslocaram-se das regiões interioranas para as principais capitais amazônicas, principalmente no período da Belle Époque, abriram empresas dos mais variados tipos de produtos, além de gerenciar empresas de aviação, navegação e agências bancárias.

No início do século XX os estabelecimentos comerciais judaicos eram os mais atuantes do comércio regional. Essas pequenas e médias empresas são destacadas no jornal judaico *A Voz de Israel*, que através de propagandas demonstravam como esses comerciantes judeus eram extremamente organizados socialmente. Estavam presentes no comércio urbano, nas regiões da

¹⁵ A atividade de regatão não estava ligada somente a venda e troca de produtos, segundo Cambraia (2008) existiam relações de camaradagem, pois além de mercadorias os mascates fluviais traziam cartas dos parentes residentes em outras vilas, remédios farmacêuticos, cartilhas para aprendizagem, entre outros. Ver mais em: Costa, Paulo Marcelo Cambraia. Na ilhargá da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o Regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá-1945 a 1970. Belém: Açai, 2008.

ilha do Marajó e nas pequenas cidades e interiores do norte do país, tinham como presença marcante médios e pequenos empresários judeus como seus principais agentes comerciais.

2.1 “Leão do Norte”: Comerciantes judeus na cidade de Macapá

Alguns comerciantes judeus chegaram aqui antes do Amapá se tornar um território. A família Zagury, formada por judeus marroquinos que imigraram em meados do século XIX, foram os primeiros comerciantes da cidade de Macapá. A história desses judeus não difere dos que vieram para a Amazônia no decorrer do século XIX e nas primeiras décadas do XX, a imigração dos judeus marroquinos para a América seguiu os mesmos objetivos das demais etnias como: liberdade religiosa, direitos civis e busca de fortuna.

A maioria dos judeus que se estabeleceram na cidade de Macapá eram comerciantes e agentes de empresas de aviação. A primeira casa comercial deste município era denominada Leão do Norte e comercializava tecidos, artigos de presentes e mercearia, esta empresa era de propriedade do judeu Leão Zagury e foi fundada no ano de 1889. Segundo Rodrigues (2017) a família Zagury chegou a Macapá em 1879, vindos do Marrocos Leão Zagury e Sarah Roffé Zagury iniciaram atividades de regatão entre Macapá, Bailique e Mazagão. A casa comercial Sarah Roffé Zagury & C^a vendia tecidos, artigos de presente e mercearia, além de comercializar rádios, bicicletas, alumínios, entre outros utensílios que eram destaque nas páginas do jornal Amapá:

Figura 6: Casa Leão do Norte

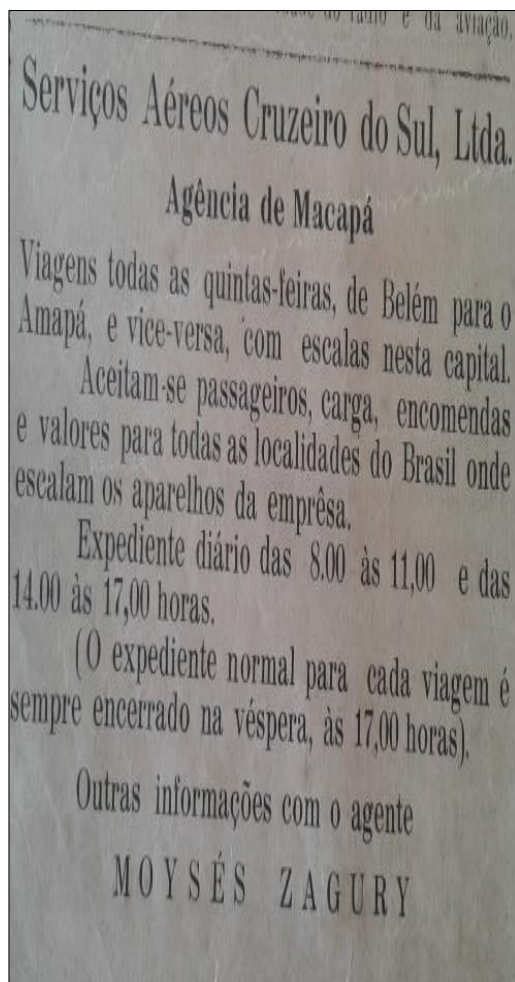


Fonte: Jornal do Amapá

O judeu Leão Zagury estabeleceu a primeira empresa da cidade de Macapá, comercializando variados produtos alimentícios e artigos de luxo. No início do século XX foi

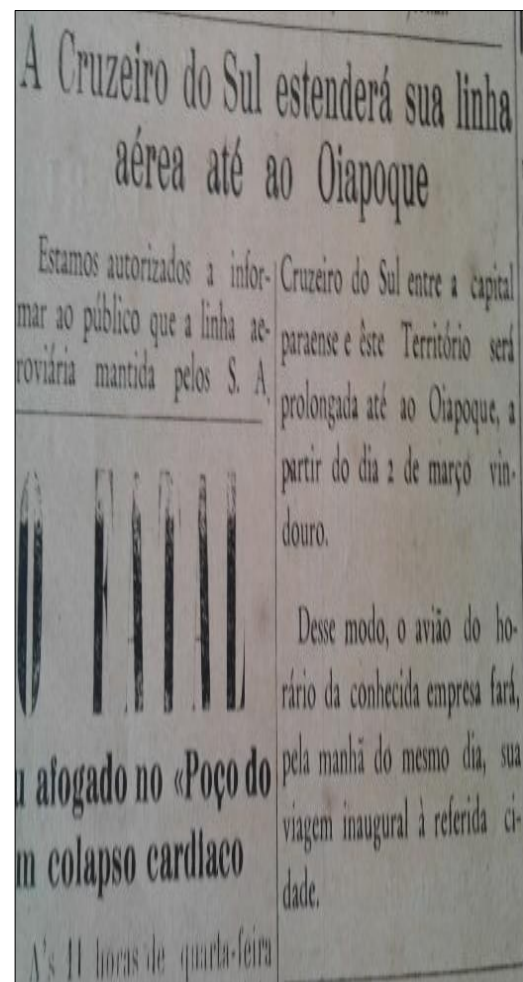
criada a empresa Moisés Zagury & Cia. Ltda, gerenciada pelos filhos Isaac Jaime Zagury e seu irmão Moisés Zagury, logo após fundaram a farmácia Zagury e a sorveteria Central. A família Zagury fundou a primeira fábrica de guaraná chamada Flip guaraná. Outros estabelecimentos também eram gerenciados por esses empresários judeus, a primeira revendedora de automóveis e a agência de aviação Cruzeiro do Sul. Todos esses empreendimentos eram gerenciados pela família Zagury, destacando-se como os principais comerciantes de Macapá com suas empresas localizadas no centro da cidade. As empresas são destacadas nas páginas do jornal Amapá, assim como a agência de aviação Cruzeiro do Sul:

Figura 7: Moisés Zagury



Fonte: Jornal do Amapá

Figura 8: Agência Cruzeiro do Sul



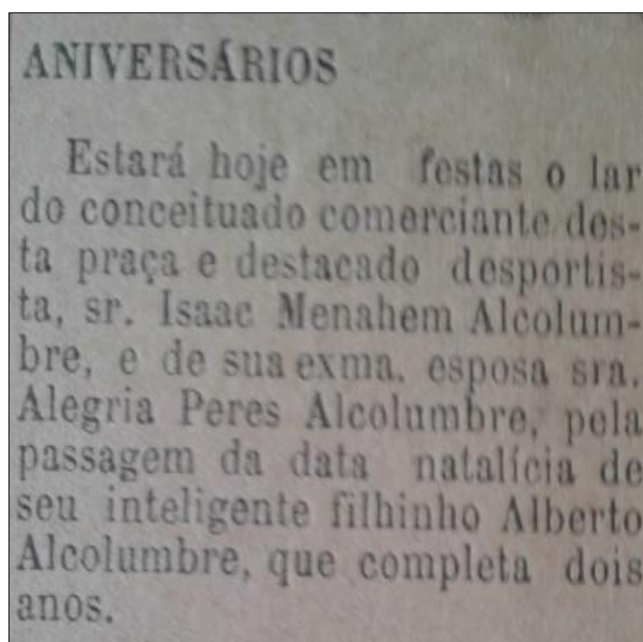
Fonte: Jornal do Amapá

A sorveteria Central funcionava na rua Cândido Mendes com Av. Mário Cruz, próximo a praça Veiga Cabral e era gerenciada por Nuta Wolf Pecher, judeu que se casou com Syme Zagury Pecher, filha de Leão Zagury. A família Pecher mudou-se para a cidade de Macapá no ano de 1949 e também eram proprietários de lanchonete e de uma pequena livraria. A maioria

dos principais empreendimentos de Macapá estava ligado a família Zagury, que dominavam o comércio local através de suas casas comerciais. Leão Zagury não se destacou apenas como comerciante, mas também atuava na fundação de instituições de caridade, pois juntamente com o padre Júlio Maria Lombaerd fundou um internato feminino. Essa era uma característica dos judeus residentes na Amazônia, pois não atuavam apenas na economia local, fundaram internatos, escolas e associações beneficentes.

Outros judeus também dominaram o comércio na cidade de Macapá, Salomão Peres e Syme Gabbay, vindos da cidade de Tânger no Marrocos, montaram um empreendimento de secos e molhados localizado entre o rio Vila Nova e o Matapi, região interiorana da cidade. Os Alcolumbre, judeus oriundos da mesma região marroquina imigraram para a cidade de Belém, logo após Isaac Menahem Alcolumbre mudou-se para Macapá e contraiu matrimônio com Alegria Peres, estabeleceram empreendimentos e tornaram-se sócios através da firma Syme & Alcolumbre. A empresa Fé em Deus comercializava gêneros alimentícios em troca de produtos extrativistas da Amazônia. Os judeus eram destacados nas páginas do jornal Amapá:

Figura 9: Comerciante Isaac Menahem Alcolumbre



Fonte: Jornal do Amapá

Alguns descendentes de judeus residentes na região amazônica tornaram-se políticos, comerciantes e regateiros. Assim, nas primeiras décadas do século XX o judeu Moisés Eliezer Levy, filho de Moisés Isaac Levy que trabalhava na comercialização da borracha na região amazônica, tornou-se o primeiro judeu a administrar a cidade de Macapá. Levy casou-se com

Esther Levy Benoliel e foi intendente municipal atuando em várias associações, escolas e instituições judaicas, além de exercer atividade comercial na cidade de Belém como proprietário da firma E. Levy & Cia.- Comissões e Consignações. Em Macapá na função de intendente municipal Eliezer Levy deu início a construção do trapiche Eliezer Levy¹⁶, local de embarque e desembarque de cargas e passageiros, e a casa comercial 2 de julho localizada ao do atual Macapá Hotel.

Ao assumir o posto de intendente municipal de Macapá, no ano de 1931, Levy enviou um relatório oficial descrevendo a situação estrutural, econômica e social de Macapá. Apesar de não fazer parte do recorte temporal desta pesquisa o documento tem sua importância no fato de trazer informações sobre a cidade de Macapá em um período que existem poucos estudos sobre este município, que também tinha a presença dos judeus na elite econômica.

O relatório foi organizado nos seguintes subtópicos: Secretaria; medidas de economia, Fiscalização; Campo de Cacao, Obras municipais; Iluminação pública; Saúde pública; Instrução Pública; Alimentação Pública; Polícia; Porto de desembarque; Indústria Pecuária; Castanhaes; Sub-Prefeitura de Mazagão; Fortaleza; Concessões de Terras e Cartórios do Registro Civil. Eliezer Levy era superintendente municipal e tinha como finalidade descrever a situação em que se encontrava o município e as melhorias necessárias que deveriam ser realizadas na cidade.

Levy foi nomeado para intendente municipal de Macapá no dia 9 de outubro de 1931, ele inicia seu relatório agradecendo a nomeação feita pelo então interventor federal do Pará Magalhães Barata. O relatório deixa evidente a péssima condição estrutural do prédio reservado para funcionamento da prefeitura macapaense, e solicitou verba para a reforma deste espaço. No que diz respeito ao número de servidores públicos do município, Levy informou que demitiu alguns servidores, como medida de economia para a prefeitura, além de destacar a importância da reconstrução do antigo prédio da intendência, demonstrando os valores que seriam necessários para a construção de espaços e dos portos para escoamento de produtos naturais da Amazônia, aonde é citado um porto denominado “Porto do Céu” localizado nas margens do rio Matapi.

O intendente descreveu a situação em que se encontrava as escolas do município, é citado o número de quatro escolas: uma mista, duas elementares masculinas e feminina e uma escola noturna. Os espaços eram descritos como em situação de total abandono e a população era em sua maioria analfabeta. Na região do interior, conforme consta no relatório da

¹⁶ (Moisés Eliezer Levy, disponível em: <http://www.montorilaraujo.blogspot.com/2012/07/>)

intendência, não existia escola para a população. No que se refere a saúde pública Levy destaca que o Posto sanitário não contém a quantidade suficiente de medicamentos que atendam a população e solicita que a direção do posto seja dada a um enfermeiro ou farmacêutico.

Sobre o setor econômico o intendente municipal destaca a indústria pecuária, que segundo o mesmo era bem expressiva e continha 20.000 cabeças de gado e 60 fazendeiros, destes 12 eram registrados na prefeitura. No entanto, o relatório denuncia duas pessoas que são responsáveis pelo abastecimento de carne para a população macapaense, o produto era de procedência duvidosa e havia a cobrança de imposto irregular para embarque e desembarque dos gados trazidos para comercialização, o que segundo Levy foi resolvido o problema por sua gestão. Consta no relatório a plantação de castanheiras do que dependiam a maioria dos trabalhadores de Macapá e Mazagão. O intendente também informou que deu início a plantação de cacau em uma região de 2 hectares em terras situadas próximo ao município.

Finalizando o relatório no tópico Cartórios de Registro Civil Eliezer Levy informa que os cartórios funcionavam regularmente, no entanto, era quase nulo o número de registros de nascimentos ou de óbitos pagos, pois a maioria da população não tinha condições financeiras de fazê-lo. O intendente então propõe que esses serviços fossem organizados pela prefeitura e que as demandas dessa natureza fossem pagas pela intendência municipal. É sugerido também que a regularização dos cemitérios do interior fosse regulamentada pela prefeitura, pois não havia um funcionário encarregado para este fim.

Eliezer Levy foi um dos fundadores de instituições e associações judaicas, além de criar uma escola em Belém voltada para a comunidade em geral. A atuação política desse judeu tem relação direta com a sua participação como membro da loja maçônica de Belém e de Macapá, pois fazia parte do grupo de elite econômico e político do Pará. Neste sentido, percebe-se a influência de judeus de elite em quase todo território amazônico. A participação de alguns membros das comunidades judaico-marroquinas nos círculos políticos da Amazônia garantiu que essas comunidades adentrassem espaços públicos e privados como a ocupação em cargos políticos e nas atividades comerciais exercendo gerenciamento de empresas ou sociedade majoritária em empresas de importação e exportação.

Além de exercer cargo político e se estabelecer como comerciantes alguns judeus se sobressaíram em atividades liberais, como médicos e advogados. Os filhos dos comerciantes judeus da cidade de Macapá eram enviados para universidades do sul do país e para as escolas de Belém, a fim de formarem-se e retornar à sua cidade de origem para exercer sua profissão ou assumir os negócios da família. A maioria dos filhos de empresários judeus fixados em Macapá se formava nas áreas de medicina, advocacia e magistério, esse fenômeno muito

comum entre as comunidades judaicas proporcionou o abandono das atividades comerciais, pois muitos judeus optaram por exercer profissões liberais.

A melhor aceitação do povo judeu na região amazônica contribuiu de forma significativa para a ascensão dos judeus no Brasil e especificamente na Amazônia. Neste sentido, o status social e o conhecimento sobre algumas áreas das ciências destacaram a presença deste povo nos grupos de elite. No final do século XIX e início do XX muitos Judeus marroquinos migraram para a Amazônia, e, em sua maioria, naturalizaram-se brasileiros. Iniciaram suas atividades comerciais como vendedores de porta em porta, vendas fluviais e em casas comerciais nos centros urbanos e rurais da Amazônia.

Portanto, as primeiras empresas foram estruturadas e estabelecidas a partir da imigração de judeus marroquinos que fixaram residência e estabelecimentos comerciais em Macapá. A dinâmica social e econômica dos judeus residentes neste município não foi diferente do que ocorreu com as comunidades judaicas presentes em outras regiões da Amazônia. A maioria desses judeus tinha laços de parentesco, foram os primeiros empresários e gerentes das principais casas comerciais localizadas no centro de Macapá. A família Zagury foi a que mais se destacou no ramo empresarial, pois, fundaram a primeira fábrica de refrigerante da cidade de Macapá, denominado Flip Guaraná-, além de outros estabelecimentos comerciais que atendia as necessidades básicas da população local. Estas famílias de origem judaica faziam parte da elite comercial macapaense e tinham seus estabelecimentos comerciais destacados nas páginas do jornal Amapá.

III “A VOZ DE ISRAEL”: NOVAS FONTES SOBRE A COMUNIDADE JUDAICA NA AMAZÔNIA

O uso do jornal como fonte de pesquisa histórica possibilita ao historiador o minucioso levantamento de dados e a análise por traz da produção de um periódico. Os impressos e fontes jornalísticas não são analisados a partir de uma perspectiva de verdade absoluta, pois o historiador deve analisar um dado jornal ou impresso como representação de um determinado grupo ou indivíduo que reproduz suas ideias a partir de seus interesses pessoais, políticos e econômicos. Além de questionar a fonte, analisar o contexto histórico e entender os interesses dos proprietários do jornal, é imprescindível não reproduzir esses discursos, mas sim compreender os interesses por traz do grupo que dirige este jornal, quais suas relações com outros grupos de poder, suas perspectivas e objetivos ao fundar e manter este jornal em circulação.

Essas fontes já foram consideradas de pouca importância, até início da década de 1970, o número de pesquisas que utilizavam recortes de jornais na pesquisa histórica era inexpressivo. Isso ocorria segundo Capelato (2005) por conta de uma tradição e exaltação das fontes documentais pelos pesquisadores da História, as fontes históricas foram agrupadas de forma hierárquica, sendo assim os recortes de jornais e os periódicos estavam longe de ser considerados fidedignos para se realizar uma análise do passado. Desde a década de 1930 a Revista dos Annales já fazia críticas a esse método de análise das fontes, mas a utilização destes periódicos só se intensificou nas últimas décadas do século XX, pois foram propostos novos temas e objetos de estudo na pesquisa histórica que potencializou a utilização de novas fontes e abordagens ao historiador.

O uso das fontes jornalísticas requer uma leitura minuciosa não só dos textos e artigos, que são em sua maioria carregados de ideologias e interesses pessoais ou mesmo de um grupo, mas também da estrutura, composição, produção e suas possível relação com os grupos elitistas. Isso implica analisar estes textos a partir do contexto histórico inserido naquele período, contrapondo ideias e conceitos fundamentados por discursos dos grupos dominantes.

O jornal analisado nesta pesquisa era de cunho elitista e voltado exclusivamente para uma pequena parcela da população letrada, e mais ainda especificamente objetivava atingir os judeus residentes na Amazônia, uma significativa parcela de judeus estavam localizados nos mais remotos interiores amazônicos, sendo assim, o jornal seria fundamental para se alcançar um determinado número de leitores que até então estavam inacessíveis dada a distância de suas residências. Além deste periódico judaico outros jornais circulavam nas cidades e interiores do

Pará atingindo um aumento na circulação de semanários e panfletos jornalísticos que era o principal meio de informação na região amazônica em inícios do século XX.

As narrativas destes jornais são uma representação do passado, porém, carregadas de ideologias e negacionismo. Neste sentido, as publicações tornam-se problemáticas porque impõem opiniões tendenciosas como objeto generalizado da verdade ou de um fato real. É importante ressaltar que a circulação de variados jornais, almanaques, panfletos, folhetins e revistas correspondiam aos anseios de grupos complexos e distintos que compunham a sociedade amazônica. Essa diversidade social era retratada através de publicações satíricas, elitistas, religiosas, anarquistas, socialistas, que demonstravam as transformações socioculturais, econômicas e políticas da região amazônica nos primeiros anos do século XX.

A maioria destes periódicos era carregada de ideologias políticas partidárias e ligava-se diretamente aos interesses das principais famílias de elite paraense. Mesmo porque os jornais destacavam em suas colunas sociais vários tópicos que informavam sobre as principais atividades sociais das famílias abastadas, as relações sociais se davam entre membros participantes dessa elite, destacavam assim, quais os espaços eram frequentados por esses grupos, além de enfatizar sua religiosidade através das publicações destes periódicos. Outros destaques eram as datas e eventos considerados importantes para um determinado grupo político ou social, como por exemplo, as datas em comemoração à implantação da República no Brasil.

Um dos fatores que facilitaram a proliferação destes periódicos foi a baixa de preço dos tipógrafos que ocorreu nos anos de 1870, e as transformações urbanas decorrente do boom da borracha, que ocasionou a maior circulação de artigos voltados para os mais diversos assuntos, principalmente em âmbito político, religioso e econômico. Além de ganhar destaque as novas associações, comitês e sociedades secretas que disputavam espaço no debate de ideias, surgiram também folhetins jornalísticos que representavam os interesses de grupos estrangeiros residentes no país, como era o caso do jornal *A Voz de Israel*¹⁷, fundado pela elite judaica amazônica.

¹⁷ Para esses grupos, o processo de reafirmação de suas identidades étnicas e nacionais foi, como é possível perceber, algo fundamental para a organização política da colônia de patrícios nesta terra distante. Não se trata de pensar que a identidade nacional suplantasse as diferenças sociais e de classe entre os estrangeiros. Porém, esse universo simbólico era comumente manipulado inclusive para estabelecer relações de dominação e exploração entre a elite da comunidade, composta quase sempre por prósperos comerciantes e a arraia-miúda que, quase sempre labutava, em bicos e ocupações efêmeras e profundamente voláteis- do trabalho ambulante à prostituição. Ver mais em: FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Comunicação e História: A imprensa de Belém no alvorecer do século XX. *Revista Brasileira de História da Mídia*. Belém, v. 1, p. 33-40, 2012.

3.1 “Kol Israel: a voz sionista na Amazônia”

O primeiro jornal judaico a circular na região amazônica foi o periódico Kol Israel (A Voz de Israel) e sua principal função era divulgar o Movimento sionista na Amazônia, conforme retratado nos principais artigos deste jornal, entre os judeus residentes no norte do país. No entanto, esse seria um desafio dos líderes do sionismo na Amazônia ganhar mais adeptos para esse movimento. Mesmo porque a situação social da maioria dos judeus contrastava com os horrores sofridos pelos judeus que residiam, principalmente, na Europa. Enquanto as comunidades judaicas sofriam com o aumento do antissemitismo em países como Prússia, França, Alemanha, por exemplo, os judeus fixados na Amazônia pertenciam a elite empresarial e política desta região, pois além de garantir o status social como exímios comerciantes e empresários esses judeus, em alguns casos, já chegavam afortunados no país.

O jornal a Voz de Israel foi fundado pelo judeu Moisés Eliezer Levy, diretor do Kol Israel e líder da comunidade judaica na Amazônia. Este periódico representava a comunidade judaica no extremo norte do país e era descrito em seus artigos como órgão independente do Comitê Ahabat Sion. Se auto intitulava como jornal independente de propaganda Sionista, em destaque nas primeiras páginas do jornal, os artigos retratam o sionismo e cartas de líderes do Movimento Sionista Internacional. Um dos primeiros artigos do jornal destaca a peregrinação dos judeus há dois mil anos pelo mundo, apresentando assim, a problemática de comunidades judaicas, espalhadas em terras estranhas e sem uma pátria. Em alguns artigos ou até mesmo em sua maioria, os textos eram voltados para a causa sionista, tendo a terra prometida como a esperança comum para os judeus de diversas etnias, com a finalidade de reconstituir a “nação hebraica”.

O periódico circulou em todo o estado do Pará e nas pequenas comunidades da ilha do Marajó, entre 1918 e 1923. Além de destacar publicações a respeito do movimento sionista, também apresentam textos sobre a situação econômica e política da Amazônia. A seção de Notas Sociais possibilitou descrever como esses judeus mantinham seus laços culturais, religiosos e sociais a partir de tópicos como: casamentos, viagens, aniversários, noivado, batismo, circuncisão, nascimentos, batizados, enfermidades, agradecimentos e falecimentos. Artigos sobre as associações judaicas e seus principais integrantes permitiram analisar as redes de relações desses sujeitos com a elite local amazônica.

Sendo assim, existem perguntas pontuais que foram levantadas sobre essa fonte jornalística para compreender as redes de relações dos judeus-amazônicos. Quais os proprietários do jornal? Qual seu público alvo? Qual objetivo e quais recursos serão utilizados para conquistar os leitores? Qual partido político esses judeus estavam coligados? A partir destas indagações podemos compreender quais bases políticas e sociais permeiam os discursos presente nas publicações deste jornal.

Os principais líderes que tiveram destaque nas páginas do jornal A Voz de Israel pelo ativismo nas associações judaicas, na diretoria da Associação Comercial do Pará e na fundação deste periódico eram os judeus Eliezer Levy, Menassés Bensimon, Isaac J. Roffé e Samuel Marques, que eram comerciantes e membros ativos destas instituições judaicas. O jornal A Voz de Israel utiliza como principal artifício para conquistar seu público alvo, que seriam os judeus residentes na Amazônia, expressões como: povo hebreu, raça hebraica ou mesmo comunidade judaica. Sabemos que os judeus que imigraram para o Brasil vieram de diferentes países e comunidades estrangeiras, não sendo uma comunidade homogenia, como já foi citado neste estudo. Em quase todas as páginas do periódico os judeus são tratados de uma forma única para se sentirem participantes de um mesmo grupo. Esta estratégia partia do discurso de líderes do movimento Sionista, que buscava conquistar o maior número de adeptos possível para abraçar esta causa e angariar fundos para o movimento. O impresso utilizava em suas datas de publicação do folheto o calendário ocidental e o calendário judaico, o que ressalta o público alvo do Kol Israel, que era, principalmente, a elite judaica amazônica, a quem o jornal se dirigia diretamente. Os principais recursos utilizados para conquistar cada vez mais assinantes judeus amazônicos era a publicação de cartas internacionais dos principais líderes do Sionismo.

O jornal A Voz de Israel foi criado em 8 de dezembro de 1918, ano que findou a primeira guerra mundial, e era um órgão coligado ao Comitê Ahavat Sion. A composição dos afiliados deste comitê foi publicada no jornal, acentuando os nomes dos judeus A. Rebinick, presidente, Menassés Bensimon, vice-presidente, Eliezer Levy, secretário. Durante a sessão solene de posse A. Rebinick leu um discurso sobre o sionismo e a importância da divulgação do tema entre a comunidade judaica, daí surgiu a criação deste periódico. Em muitas de suas páginas o jornal demonstrava a importância do apoio de todos os judeus residentes na Amazônia a se inscrever no Comitê Ahabat Sion, órgão filiado ao Zinist Organization of America. Esse órgão foi fundado no final do século XIX, sendo a primeira organização sionista dos Estados Unidos. Na data de 1º de janeiro de 1919 (29 de Tebet de 5679) Ano I-n.2, folheto nº 4, página 6, o periódico solicita que todo judeu se inscreva neste comitê.

Figura 10: Comitê Ahavat Sion

Fonte: jornal A Voz de Israel

Vários artigos do jornal A Voz de Israel eram publicações feitas por líderes internacionais sionistas nos principais jornais judaicos de outros países. A principal reivindicação trazida nos artigos era que os judeus de variadas comunidades apoiassem o sionismo. Este movimento tinha apoio das principais potências mundiais, como era o caso da Inglaterra que apoiava a criação do estado nacional judaico na Palestina, nos primeiros anos do século XX, para estabelecer comunidades judaicas na região. Esta era uma das formas de legitimar o movimento entre as diversas comunidades judaicas no norte do país, e demonstrava como o sionismo estava ganhando espaço entre os principais líderes governamentais das maiores potências mundiais.

O artigo do primeiro impresso publicado pelo jornal A Voz da Amazônia destaca a perseguição sofrida pelos judeus de todo o globo, enfatizando que estavam como peregrinos pelo mundo a mais de dois mil anos. O título do artigo: Um sonho de vinte séculos vai ser enfim realidade, desperta todos os judeus de variadas comunidades da região amazônica, para se unir ao propósito dos ideais sionistas. O jornal tem em sua primeira publicação um artigo que constrói um discurso de “união” entre estas diferentes comunidades, o judeu que imigrou de varias partes da Europa, Oriente Médio e norte da África deveria colocar suas indiferenças de lado em prol de um movimento que só poderia obter sucesso através da força conjunta destas diversas comunidades judaicas. Não esqueçamos, porém, que não existia essa unidade entre os judeus, o que denota a qual interesse o jornal vinculava-se. O grupo que produzia o jornal Kol Israel estava ligado diretamente às organizações do movimento internacional sionista, pois a construção do discurso voltava-se para o engajamento da Amazônia em torno desse movimento.

Este periódico judaico se autodenominava jornal independente de propaganda Sionista. A maioria dos artigos do jornal eram sobre o movimento internacional Sionista, as condições econômicas do estado do Pará e propagandas de empresas dos judeus residentes na Amazônia e nos interiores. Havia também notícias sobre o final da Primeira Guerra Mundial, evidenciando o posicionamento do grupo de elite judaica da Amazônia a favor dos países da Tríplice Entente, e artigos sobre os principais agentes da política local daquele período.

O fundador do jornal Eliezer Levy mantinha contato com o judeu-marroquino David José Peres, que fundou o primeiro jornal judaico do Brasil. A Columna era distribuída em todos os estados através da participação de agentes responsáveis pela divulgação deste periódico entre as comunidades judaicas residentes nas áreas urbanas e rurais do país. Este periódico que inspirou a comunidade judaico-amazônica à fundar o jornal A Voz de Israel circulou durante quase dois anos no país, e obteve assinantes localizados na região do interior amazônico. Isso facilitou a aceitação e assinatura do Kol Israel por parte de alguns judeus que já eram adeptos da causa sionista.

Levy era um judeu que participava ativamente da elite política paraense, coligado ao partido republicano fundou escola, comitês, clubes beneficentes, biblioteca e o jornal A Voz de Israel que se tornou objeto de propaganda para os discursos republicanos e principalmente para a causa sionista. No decorrer da década de 1930 Levy foi nomeado por duas vezes, pelo interventor federal Magalhães Barata, para exercer o cargo de intendente municipal da cidade de Macapá, e no início da década de 1940 ocupou o mesmo cargo na cidade de Afuá. Apesar do recorte temporal da presente pesquisa está situado no final da década de 1920, esta informação é extremamente relevante, pois Levy foi participante ativo nos partidos elitistas da Amazônia, o que configura como um líder atuante nos grupos de elite política e econômica da comunidade judaica na Amazônia até início da década de 1940.

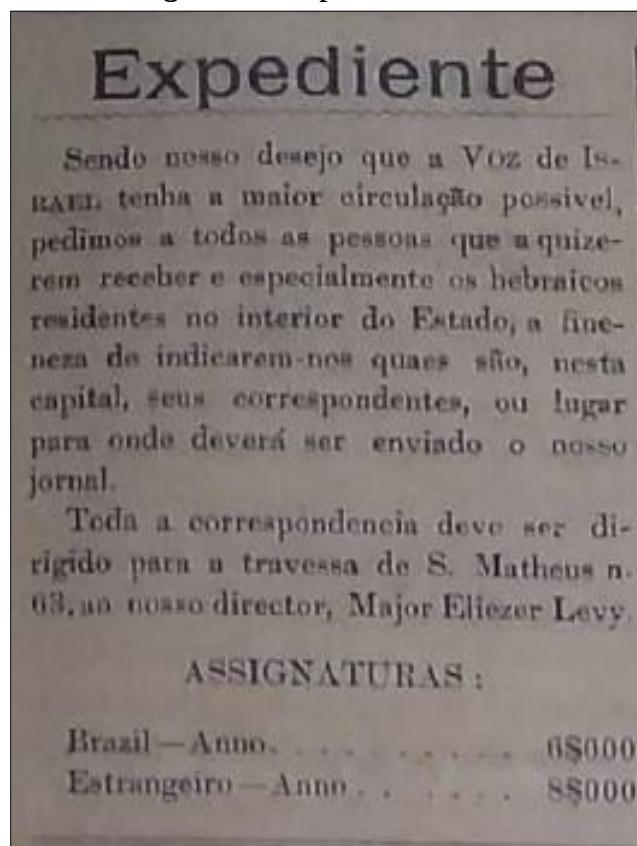
Magalhães Barata teve relações políticas e pessoais com Lauro Sodré, governador do Pará em início dos anos 1920, o que pode explicar as relações de Levy com um dos principais líderes políticos do Pará. Esse alinhamento político retrata o apoio não só de Levy, mas também da elite judaica amazônica aos republicanos, o que é retratado em vários artigos do jornal A Voz de Israel.

O periódico judaico, nomeado pelos seus redatores como representante da colônia hebraica paraense também era ligado diretamente a Associação Beneficente Israelita, presidida pelo judeu Menassés Bensimon e pelo Comitê Sionista. Para os judeus era de fundamental importância a Voz de Israel para garantir o status social da comunidade judaica presente na Amazônia.

A verdade é que a história do Kol Israel é realmente surpreendente. Editado pelo meu avô, Eliezer Levy, mais conhecido como major Eliezer Levy, o jornal Kol Israel se tornou um símbolo das primeiras publicações e iniciativas sionistas no Brasil. O que o torna peculiar, no entanto, é ter sido publicado em plena região amazônica, e distribuído em barcos pelos rios da bacia do Amazonas para todas as pequenas comunidades judaicas marroquinas que habitavam Cametá, Santarém, Alenquer, Itacoatiara, Macapá, Igarapé-Miri, etc. Assim os judeus que moravam no interior da selva eram mantidos informados sobre a declaração Balfor, a construção do hospital Hadassah, os esforços internacionais de Chaim Weizman e a construção dos kibutzim e moshavim que caracterizavam a colonização judaica inicial em terras da então Palestina (SIMON, 2019, s/p.).

Nas páginas do jornal Kol Israel conferimos que o periódico além de circular no Pará era enviado para outras comunidades interioranas, e para outros países que divulgavam a causa sionista através de publicações jornalísticas. Os diretores do periódico mantinham contato com os principais jornais judaicos internacionais. Na folha de número 14 do jornal Kol Israel, publicado em 1º de fevereiro de 1919 (1º Adar (56espei) de 5679) Ano 1-N. 3, contém um pequeno texto informando `a comunidade judaica amazônica a possibilidade de enviar impressos do jornal para outras localidades da região amazônica:

Figura 11: Expediente Kol Israel



Fonte: jornal A Voz de Israel

No que concerne a autoria dos artigos publicados no periódico judaico não foi possível identificar o autor dos textos. O jornal traz em algumas páginas a assinatura do judeu José L. Zagury, porém, não podemos afirmar que seria o autor dos artigos desse jornal ou mesmo um dos membros da diretoria do jornal Kol Israel. Outro nome que aparece como autoria de algumas publicações é o de Remigio Fernandez, que é citado no livro de Falbel (2005) como poeta e latinista, além de ser destacado em um pequeno texto do periódico judaico como escritor e poeta da região amazônica. A maioria dos textos de cunho internacional são publicações jornalísticas extraídas de periódicos judaicos que circulavam em outros países e os textos referente a assuntos regionais não cita nome de autores.

Sendo assim, percebe-se a necessidade desses veículos de propaganda para divulgar o movimento e recrutar judeus de várias comunidades judaicas na Amazônia, a fim de criar um estado nacional judaico. Bartel (2012) afirma que a construção de uma identidade nacional judaica, vinculada ao futuro estado de Israel, contou com a participação de um grande número de judeus da diáspora. Assim, surgem jornais que tinham como finalidade principal divulgar o movimento sionista no país. Segundo Falbel (2005) um dos primeiros periódicos judaicos surgiu no país em 1915, denominado Di Menscheit (A Humanidade) e em 1920 o periódico Idishe Tzukunf (futuro judaico). Ambos os jornais tiveram curta duração e foram criados pelo jornalista Joseph Halevi em Porto Alegre no início do século XX. Em 1916 surgiu o periódico a Columna- HeAmud em hebraico-, o jornal contou inicialmente com dois redatores: Álvaro de Castilho e David José Peres¹⁸.

O surgimento de jornais judaicos no início do século XX demonstra como as comunidades judaicas no Brasil e na Amazônia estavam se organizando enquanto grupo de poder. Além do Kol Israel surgiu em inícios de 1922 outro periódico judaico no Pará, denominado Haemet (A Verdade). Segundo Falbel (2005) esse novo periódico também se autodenominava como jornal de “propaganda sionista” e era dirigido por Pepe Larrat. A utilização desses meios de comunicação tinha como finalidade: defender os interesses dos israelitas no Brasil, sob todos os pontos de vista; defender-se da acusação de tráfico de escravas brancas, que a comunidade judaica sofria de forma generalizada e servir como apoio para

¹⁸ Segundo Oliveira (2019) A Columna foi fundada em 1916 por David José Peres e Álvaro Castilho, o periódico se propôs a ser muito mais do que apenas um veículo de informação. Fundado com o objetivo claro de ser um eixo de articulação entre os imigrantes judeus com o intuito de fomentar a organização de uma comunidade capaz de atender todas as necessidades religiosas e socioculturais. Para, além disso, o impresso também se colocou como porta voz dos judeus no Brasil, servindo de ponte entre os imigrantes e a sociedade brasileira no geral; e um divulgador das ideias ligadas ao nacionalismo judaico.

futuras organizações comunitárias judaicas no país, e fortalecer a imagem dos líderes republicanos, partido político a qual alguns judeus de elite eram coligados.

A partir destas análises levantadas compreendemos que o referido jornal tinha objetivos políticos e empresariais, a exemplo da maioria de jornais elitistas lançados no início do século XX. Conforme afirma Capelato (1988) a empresa jornalística introduz no mercado um produto específico: a mercadoria política, e nesse tipo de negócio, continua a autora, deve se levar em consideração dois aspectos: o privado e o público, o público estaria ligado ao aspecto político e o privado, ao empresarial. Neste sentido, o jornal Kol Israel relacionava-se aos interesses privados de judeus de elite, pertencentes ao ramo empresarial e em número menor a elite política da Amazônia. Já no interesse público o jornal judaico ligou-se, de forma direta, aos interesses dos republicanos. Sendo assim, o jornal atua na esfera pública e privada que o torna uma das principais fontes sobre a presença de comunidades judaicas na Amazônia do início do século XX.

3.2 “Uma administração fecunda”: relações de poder da elite judaica na política amazônica

No decorrer da década de 1920 o estado do Pará passava por uma grave crise econômica, com a decadência da economia gomífera o estado tentava se reerguer através de incentivo para atrair novos investidores à região. Segundo Castro (2017) os sucessivos governadores republicanos colocavam a culpa da crise nos seus antecessores, e um segundo problema seria a falta de habitantes nas regiões interioranas do Pará. No entanto, continua o autor, existia um sistema de produção nas terras paraenses, e a crítica de alguns líderes políticos ao governo federal era a supervalorização do café¹⁹ em detrimento das demais atividades econômicas praticadas no país.

Apesar da decadência na atividade de extração da borracha havia um discurso por parte das autoridades locais quanto à valorização deste produto e sua comercialização no mercado internacional. No entanto, como já citado no capítulo anterior, a extração do látex na Amazônia perdeu espaço para a produção em larga escala da *Hevea brasiliensis* cultivada na Ásia. A Amazônia voltaria a exportar o produto apenas na década de 1940, através de um acordo comercial realizado com os Estados Unidos. Esse mesmo discurso de valorização do produto

¹⁹ Segundo Blay (2008) o café foi o produto que alavancou o desenvolvimento econômico brasileiro depois de 1850. A exportação deste produto, altamente valorizado no mercado internacional, inseriu o Brasil numa posição econômica relevante e criou condições para o aumento da importação e intensa atividade financeira. Resultou em crescente produção industrial e urbanização do país.

gomífero era utilizado no periódico *A Voz de Israel*, que enfatizava constantemente a figura do governador Lauro Sodré como “salvador” do estado. Segundo Castro (2017) alguns grupos de elite se revezavam no poder, entre esses sujeitos estava a figura de Lauro Nina Sodré e Silva que foi o primeiro governador do Pará eleito pelo Congresso Constituinte e que aparece em alguns artigos do jornal judaico. Sodré foi um dos principais líderes do partido republicano paraense e fundador do Clube Republicano do Pará, esteve atuando na política amazônica entre finais do século XIX e início do século XX, tinha ligação direta com Eliezer Levy e com alguns judeus participantes da elite paraense e do círculo maçônico paraense. Ao analisar os artigos, publicados no periódico judaico, sobre esse republicano é evidente que estavam alinhados em suas relações sociais e políticas.

Lauro Sodré foi eleito três vezes senador pelo estado do Pará e uma vez pelo Distrito Federal, integrava o partido republicano federal e participou da derrubada da monarquia fazendo parte do processo de implantação da República no Brasil. Sodré foi um dos líderes da loja maçônica Harmonia do Pará e da loja maçônica Grande Oriente do Brasil. A relação de Sodré e Levy se dava através da sociabilidade de alguns judeus de elite com a maçonaria. Esse fato pode explicar em parte a autonomia dos judeus nos âmbitos comerciais, políticos e culturais, pois muitas propostas advindas dos ideais republicanos foram essenciais para garantir alguns direitos dos judeus residentes no país. Um exemplo foi a secularização dos cemitérios ainda no decorrer do século XIX, que garantiu um espaço exclusivo para os rituais fúnebres dos judeus, a fundação de sinagogas e a naturalização de estrangeiros residentes no país. Outras questões envolvendo a liberdade religiosa dos cidadãos brasileiros e a defesa do estado laico, que influenciou diretamente na imigração de adeptos do protestantismo e judaísmo, também pode ter sofrido influência de alguns membros judeus que eram integrantes das lojas maçônicas e do partido republicano.

Os judeus estavam presentes nas lojas maçônicas do Pará desde o século XIX, bem como dominavam várias atividades comerciais nas principais capitais do país. Monteiro (2011) destacou em sua pesquisa uma lista de nomes dos membros de lojas maçônicas localizadas no Pará, publicada no jornal *O Pelicano* entre 1872 e 1873. É possível analisar o perfil socioeconômico dos afiliados a partir das informações inseridas na publicação²⁰, sendo a

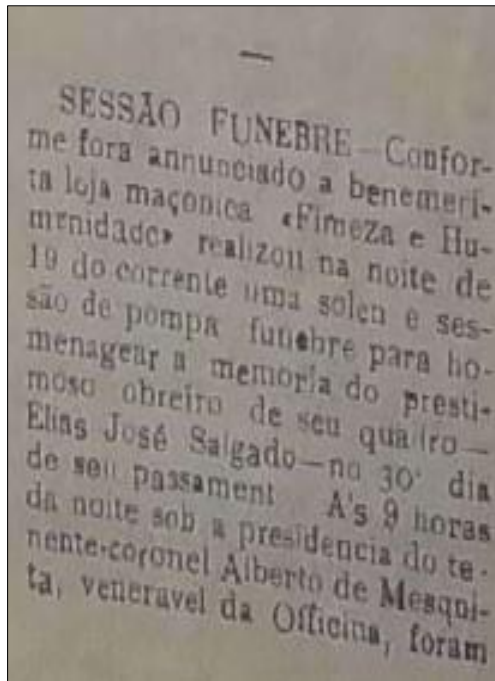
²⁰ É possível avaliar a origem social e atividade econômica dos participantes da maçonaria paraense verificando o que foi publicado através das páginas do jornal *O Pelicano*, no período compreendido entre 1872 e 1873, em que esse jornal, em pleno embate da “Questão Religiosa”, buscando responder às acusações da publicação *A Boa Nova*, da Igreja Católica, que procurava colar nos maçons a imagem de homens “maus escrupulos”, o jornal *O Pelicano* publicava o nome de membros da Maçonaria, indicando filiação, nacionalidade, ocupação, procurando assim demonstrar que eram “homens de bem”. No total, nesse período, foram publicados os nomes de 905 maçons,

maioria destes membros ligados a atividades comerciais urbanas. Alguns sobrenomes judeus foram encontrados nesta lista, são os seguintes: Abraham Baruel e Rubim Namias, ambos comerciantes e filiados a loja maçônica Firmeza e Humanidade no ano de 1873; Antonio Cicero Fernandes Bello membro da loja Aurora em 1889. No ano de 1877 destacam-se os seguintes membros: Isaac Sgnlai, Salomão Laluff e Salomão Laredo afiliados a loja União e Fidelidade, localizada em Santarém município paraense que tinha uma expressiva comunidade judaica, a profissão destes judeus não foi destacada na lista. Na loja maçônica Cosmopolita se destacam outros nomes como: Jacques Levy, Lazard Block, Mauricio Levy e Pedro Antonio Balthazar, todos eram negociantes e filiaram-se no ano de 1873, como também Leão Titan, negociador e filiado desta mesma loja no ano de 1892.

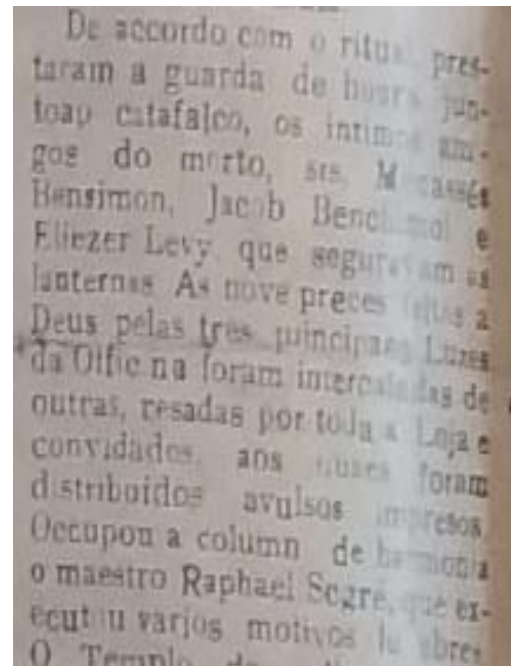
No que diz respeito a ligação de alguns judeus com a maçonaria o jornal A Voz de Israel publicou um artigo sobre o funeral do judeu Elias José Salgado, que era comerciante e afiliado da loja maçônica Firmeza e Humanidade. O texto descreve a presença de membros de algumas lojas maçônicas paraenses no cortejo fúnebre como: Firmeza e humanidade, Grande Oriente e a loja Cosmopolita, representada pelos judeus Simão J. Benjó, Isaac A. Benchimol, Samuel Marques e Moysés E. Serfaty. O que denota a participação ativa da maioria da elite judaica nas sociedades secretas do Pará. Elias Salgado foi enterrado no cemitério judeu antigo do Guamá em Belém, no dia 20 de dezembro de 1920.

Algumas figuras do quadro político republicano também participaram deste funeral, como o capitão Alberto de Mesquita que era chefe da casa militar do Pará e aliado político de Lauro Sodré. O funeral seguiu ritos fúnebres maçônicos, em que estavam presentes os principais membros das associações judaicas paraense, descritos na seção de Notas Sociais, publicado em 16 de fevereiro de 1920 (27 de Shebat de 5680) na segunda página, no Ano II-N.14:

traçando um perfil sócio econômico e cultural dos mesmos, havendo a predominância de comerciantes e de ocupações profissionais ligadas às atividades urbanas (Monteiro, 2011, p. 135).

Figura 12: Sessão Fúnebre

Fonte: jornal A Voz de Israel

Figura13: Funeral Elias José Salgado

Fonte: jornal A Voz de Israel

Sobre a influência dos judeus nas ideias republicanas e nas lojas maçônicas, é demonstrado nas páginas do jornal A Voz de Israel as relações políticas e sociais com a maçonaria. Esse fenômeno pode ser explicado através das principais causas que ocasionou a vinda dessas comunidades judaicas para o Brasil e para a Amazônia. Essas comunidades estavam em alguns momentos fugindo do antissemitismo que se intensificava na Europa do século XIX, e os grupos judaico-marroquinas fugiam das perseguições religiosas que ocorriam no norte da África. Desta forma, os ideais republicanos respondiam a alguns anseios desses judeus que não sofreram perseguições no país, pelo contrário tornaram-se parte da elite amazônica e se beneficiaram com a instauração da república e consequentemente das novas políticas implantadas.

Nas linhas do artigo denominado Retrospecto econômico, publicado no ANNO I-N.2 em 1º de janeiro de 1919 (ano judeu 29 de Tebet de 5679) página de número 4, o texto enfatiza a neutralidade política dos membros que dirigem o jornal A Voz de Israel, no entanto, a figura dos dirigentes públicos é constantemente enaltecida, o que denota o apoio ao governo vigente e ao partido do então dirigente do estado. O discurso do jornal retrata uma cidade em situação de crise econômica, mas em período de recuperação, além da exaltação de vários sujeitos que pertencem ao governo Laurista. Neste caso, é destacado o nome de Martins Pinheiro, intendente municipal da cidade de Belém, afiliado político do partido republicano paraense desde final do

XIX, foi redator político do jornal “A Republica” e membro da primeira comissão executiva do PRF.

Figura 14: Retrospecto Econômico



Fonte: jornal A Voz de Israel

As cidades da Amazônia haviam passado por um período de urbanização decorrente do período da Belle Époque, no entanto, a década de 1920 era bem diferente dos momentos áureos de urbanização das cidades amazônicas que decorreram por causa da economia gomífera. Havia um sistema de produção no Pará mesmo que ínfimo, mas o maior problema era a falta de investimento por parte do governo federal, além disso, as opiniões positivas sobre a situação econômica e social do Pará retratadas nos artigos do jornal A Voz de Israel e de outros jornais e revistas locais era evidenciar um quadro de prosperidade e riqueza.

A ideia era demonstrar para a sociedade que o regime republicano e seus representantes trouxeram a modernidade e o desenvolvimento necessários para o crescimento do estado paraense. Na página 12, em publicação de 1º de fevereiro de 1919 (1º de Adar- Richon- de 5679) Ano I, N. 3, do artigo sob o título: Uma administração fecunda é evidente o posicionamento político de alguns judeus amazônicos e sua relação com a velha guarda republicana, pois o artigo ocupa duas páginas do jornal judaico:

Figura 15: Uma administração Fecunda

...e foguetes. Coube a Lauro Sodré organizar constitucionalmente o nosso Estado, dar-lhe vida jurídica e social, enfrentar e resolver com acerto e sabedoria os varios complexos problemas de interesse publico.

Deu feição nova a todos os ramos da administração publica, definiu as responsabilidades de cada um, assegurou plenamente todas as garantias aos seus concidadãos, cercou a magistratura de conforto e respeito para o perfeito exercicio da sua nobilissima funcção, reorganizou o thesouro e departamentos arrecadadores, de sorte que a receita, sem vexatorios gravames, sobrepujasse a despesa, havendo sempre saldos orçamentarios; tratou com desvelado carinho da instrução publica elementar e secundaria e em especial do protelariado e de orphãos desvalidos.

Fonte: jornal A Voz de Israel

Figura 16: Laurista da velha guarda

Temos o nosso credito restaurado e na grande communhão do trabalho ha lugar para todos. Lauro Sodré não aninha em seu coração a menor parcella de odios, e sim amor, grande amor á sua terra e ao seu povo.

Temos fé que s. exc. ha de fazer deste Estado uma unidade de respeito na federação, pelas suas industrias, pelas suas artes, pela sua instrução, pelo seu commercio e, sobretudo, pela honorabilidade do governo.

A colonia hebraica que, na sua grande maioria, sempre foi laurista da velha guarda, sente-se bem em trazer no dia de hoje suas homenagens ao preclaro cidadão e a Voz DE ISRAEL tem prazer em saudar s. exc. com a mais jubilosa expansão, augurando-lhe para o resto de seu fecundo governo, a realização de todos os seus sonhos de ardente patriota e devotado paraense.

Fonte: jornal A Voz de Israel

Os membros do Partido Republicano Federal estavam vinculados às primeiras lojas maçônicas do Pará²¹, que tinham como lema principal o pensamento iluminista e a “modernização das estruturas sociais e políticas da região amazônica”. Desde meados do século XIX essas lojas fundadas no Pará acompanhavam as mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorriam no Brasil e na Amazônia, eram defensores dos ideais republicanos e de outras temáticas consideradas fundamentais para a “modernização” do país. As relações sociais desses grupos se davam através das associações, partidos políticos e dos jornais que tinha o papel fundamental de divulgador dos ideais republicanos. Desta forma, a elite judaica mantinha seus laços com a elite amazônica, através das lojas maçônicas e do partido republicano. Ademais, no trecho do artigo acima citado: “a colônia hebraica que, na sua grande maioria, sempre foi laurista da velha guarda”, ficou explicito que a elite judaica amazônica apoiava o partido

²¹ Foi no início da segunda metade da década de 1850, que lojas maçônicas voltaram a funcionar no Pará, com outras sendo fundadas nas décadas seguintes. Nas décadas de 1850, 1860 e 1870, foram fundadas as lojas Harmonia, em 1857, Firmeza e humanidade, de 1857, Cosmopolita, de 1864, Renascença, de 1872 e Loja Aurora, fundada em 1873, que ao longo da segunda metade do século XIX, consolidaram a maçonaria no Pará. Essas lojas envolveram-se profundamente nos processos sócio-políticos do período, como a “Questão Religiosa”, a luta pela emancipação dos escravos, o movimento republicano e a defesa do ensino laico e da secularização do Estado. Ver mais em: MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. *Maçonaria, poder e sociedade no Pará da segunda metade do século XIX: 1850-1900*. - Belém: Universidade Federal do Pará. Tese de Doutorado em História Social, 2014.

republicano desde a derrubada da monarquia, pois Sodré participou da implantação do sistema republicano como também era membro ativo da maçonaria no Brasil e na Amazônia.

Apesar da correlação dos dirigentes deste periódico judaico com o partido republicano federal no Pará e da afirmação no artigo acima citado sobre o apoio da “colônia hebraica” à velha guarda republicana, não se pode generalizar as escolhas políticas e filiação a partidos dessas comunidades judaicas. Primeiro que a diversidade cultural desses grupos também está relacionada à suas escolhas no campo político, os judeus da elite judaica amazônica tinham ligação com o partido republicano, no entanto, algumas comunidades judaicas de São Paulo estavam relacionadas a partidos de esquerda e a outros movimentos que divergiam dos grupos elitistas situados naquela cidade. Segundo que a análise sobre a atuação política das comunidades judaicas na Amazônia, no período entre o século XIX e início do XX, torna-se quase impossível dada a falta de documentos que possam nortear uma pesquisa desta magnitude, como também o fluxo de imigrantes judeus indo e vindo para o país deixam uma lacuna quanto a posicionamentos e atuações políticas dessas comunidades.

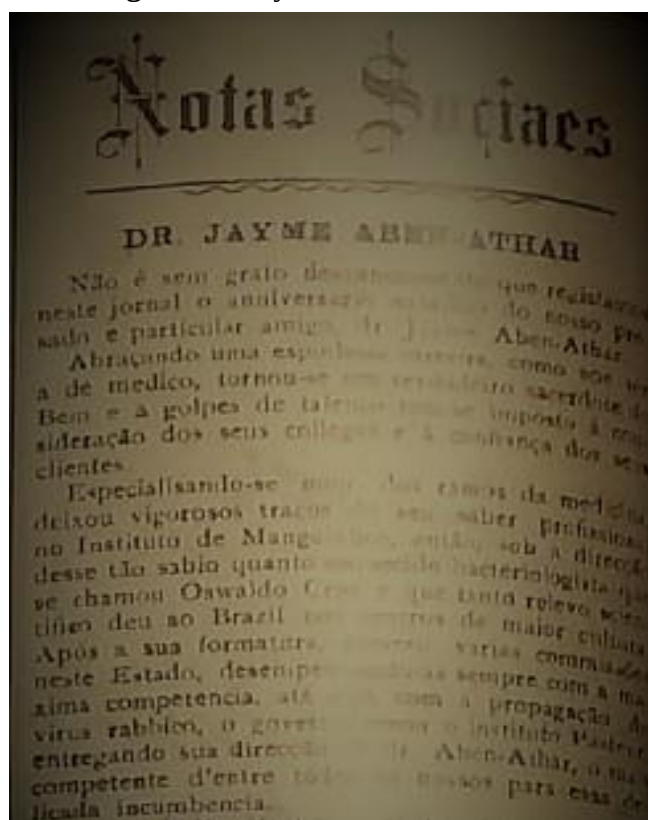
No entanto, o estudo sobre algumas personalidades judaicas que se destacaram no movimento sionista e em cargos governamentais, explica em parte o posicionamento político de alguns judeus mais abastados residentes na Amazônia, como é o caso de Eliezer Levy e Abraham Mair Bemerguy citado na seção de Notas Sociais do jornal Kol Israel como intendente municipal da cidade de Afuá e destacado com a patente militar de coronel, o que pode indicar sua ligação com o partido republicano paraense, pois exerceu o cargo de intendente no mesmo período do governo de Lauro Sodré. O periódico judaico exalta Bemerguy como destacado comerciante e prestigioso líder político de Afuá.

Entre outros sujeitos que se destacaram nos campos políticos e sociais da elite judaica estava Jayme Jacinto Aben-Athar, formado em medicina e que exerceu o cargo de diretor do instituto Pasteur no segundo mandato do governo Laurista. Este judeu já estava coligado ao grupo político de Sodré desde final do século XIX, era filiado ao Grêmio Paraense, associação localizada no Rio de Janeiro que tinha como finalidade o recrutamento e a formação de um grupo político de Sodré²². Esses judeus foram filiados a partidos considerados elitistas, como o partido republicano federal, mas não representa a atuação política geral dos judeus residentes na Amazônia.

²² Ver mais em: SANTOS, Alan Christian de Souza. O senador militar-poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930). Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História-UFPA/PPHIST-2020.

Entretanto, o nome de Jayme Aben-Athar aparece no jornal A Voz de Israel na data, de 1º de junho de 1919 (3 de Sivan de 5679) Ano I-N.7 página 31, na seção Notas Sociais sendo parabenizado pelo seu aniversário e pelo cargo que ocupava como diretor do instituto Pasteur: Não é sem grato desvanecimento que registramos neste jornal o aniversario do nosso presado e particular amigo dr. Jayme Aben-Athar. Abraçando uma espinhosa carreira, como a de medico, tornou-se um verdadeiro sacerdote do Bem e a golpes de talento tem-se imposto á consideração dos seus collegas e á confiança dos seus clientes. Especializando-se num dos ramos de medicina, deixou vigorosos traços do seu saber profissional no Instituto de Manguinhos, então, sob a direcção desse tão sábio quanto esquecido bacteriologista que se chamou Oswaldo Cruz e que tanto relevo científico deu ao Brazil nos centros de maior cultura. Após a sua formatura exerceu varias commissões neste Estado, desempenhando-as sempre com a maxima competencia, até que com a propagação do virus rabifico, o governo criou o instituto Pasteur, entregando sua direcção ao dr. Aben-Athar, o mais competente d'entre todos os nossos para essa delicada incumbencia.

Figura 17: Jayme Aben-Athar

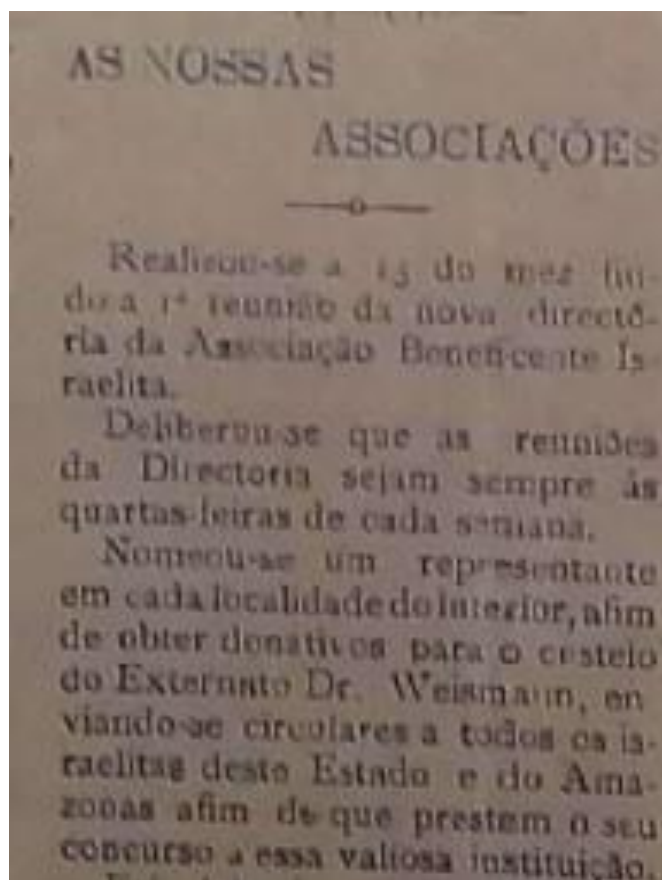


Fonte: Jornal A Voz de Israel

No decorrer do século XIX foram fundados jornais de cunho republicano para divulgar as novas ideias políticas e enfraquecer a figura do sistema monárquico. Porém, em início do XX a república já estava consolidada e o principal objetivo era construir um discurso que enaltecesse os republicanos para garantir a sua continuidade no poder, como também enfraquecer os partidos adversários. Apesar de se colocar como um representante das ideias sionistas na Amazônia a Voz de Israel não deixou de ser um porta-voz dos republicanos. Um fator que explica a relação política desses judeus com a maçonaria é a figura de Eliezer Levy como grão-mestre da maçonaria na Grande Loja Maçônica do Pará.

Eliezer Levy fundou o externato Dr. Weizman no ano de 1919, na cidade de Belém, através da Sociedade Beneficente Israelita, órgão judaico voltado para as causas sionistas e atendimento social aos judeus residentes na Amazônia e recém-chegados de outros países. Neste período Levy era o diretor da S.B.I e juntamente com outros membros desta associação judaica deliberaram sobre a criação do primeiro externato fundado por judeus amazônicos. O nome dado à escola foi uma homenagem a um dos principais líderes do movimento internacional sionista o judeu Chaim Weismann, presidente da Federação Sionista da Inglaterra, que mantinha contato através de correspondências com os sionistas da Amazônia e do Brasil.

A S.B.I também atendia outras comunidades, como foi o exemplo do externato Weizman que era descrito pelo jornal judaico como instituição educacional criada para a educação escolar de crianças em vulnerabilidade social, e apesar de ser fundado por um judeu não era uma escola voltada apenas para judeus, mas aberta a comunidade. No mesmo ano o jornal A Voz de Israel divulgou decisão votada pelo corpo diretor da S.B.I, que nomeou representantes judeus nas localidades do interior paraense e do estado Amazonas, a fim de garantir mais doações ao externato. Na página 43 do Kol Israel, datado de 1º de setembro de 1919 (1 de Teshry de 5680) Ano I- número 10, em artigo intitulado: As Nossas Associações, é divulgada a informação sobre a nomeação destes representantes:

Figura 18: As nossas associações

Fonte: jornal A Voz de Israel

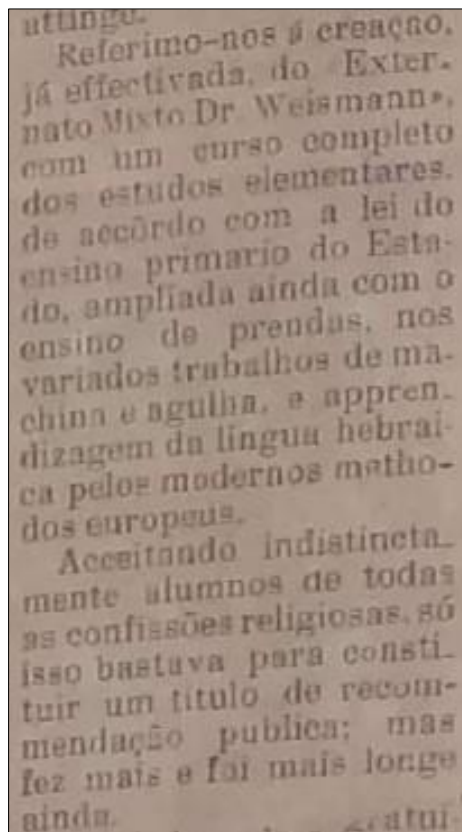
O ensino escolar seguia várias diretrizes gerenciadas pelos princípios da renovação pedagógica²³ que tinha como um dos seus principais fundamentos a higienização e a aprendizagem de disciplinas voltadas para a educação doméstica, principalmente para meninas. Os moldes da educação infantil seguiam princípios positivistas e evolucionistas inspirados por intelectuais da Europa. No entanto, a diferença entre o ensino do externato Weizman e as outras instituições escolares, que seguiam os parâmetros educacionais positivistas, era o ensino da língua hebraica e o corpo docente formado por membros da comunidade judaica.

A fundação do externato foi divulgada pelo jornal Kol Israel como sendo um espaço escolar aberto a crianças de todos os credos religiosos. Importante ressaltar que essa era uma

²³ O crescente movimento pela renovação pedagógica oferecia o esteio propício para que, pela via da biologia, da psicologia e da antropologia, principalmente, a higiene, como corpo doutrinário, ganhasse espaço no âmbito escolar. Daí as iniciativas em torno da sua implantação nas Escolas Normais, nas quais podemos localizar temas ou disciplinas tais como a própria Higiene, a Puericultura/Paidologia, Trabalhos Manuais, Prendas Domésticas, entre outras. Este movimento de higienização, que visava civilizar e moralizar a população brasileira se espalhou por diversas capitais do país, especialmente, aquelas que estavam vivendo intenso crescimento econômico. Apesar de não estar passando por crescimento econômico no período entre 1919 e 1920, nos primeiros anos do XX, Belém havia passado por um acelerado processo de urbanização que também refletiu nas estruturas educacionais.

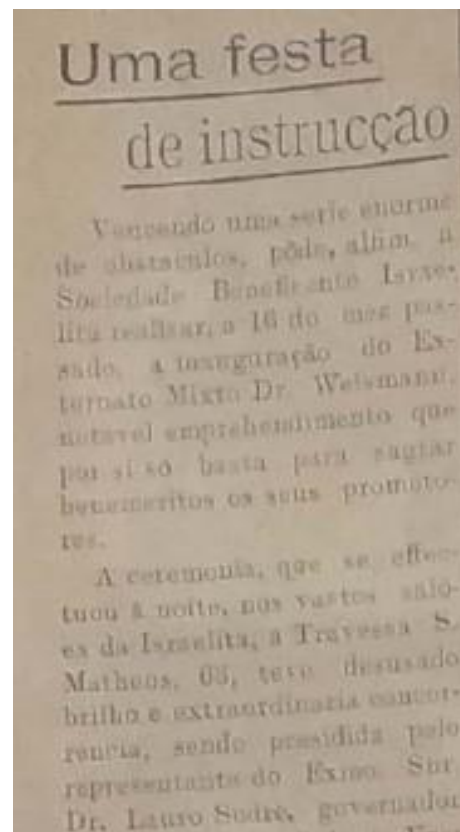
das políticas do partido republicano desde o século XIX, seria um reforço ao discurso republicano que o Brasil seria um estado laico. Outro ponto a ser destacado era o formato de ensino que não era diferente das outras escolas fundadas pelos republicanos. O externato oferecia estudo gratuito e destacava que a base curricular seguia a lei do ensino primário do Estado, além de ofertar materiais escolares, roupas e sapatos para os alunos mais carentes. No jornal datado em 1º de setembro de 1919 (1 de Tashry de 5680) – Ano I- número 10, na segunda página do jornal, em artigo intitulado: A escola Dr. Weizmann, é informada a data de criação oficial da instituição e seu formato de ensino:

Figura 19: Externato Dr. Weizman



Fonte: jornal A Voz de Israel

Figura 20: Inauguração Externato Dr. Weizman



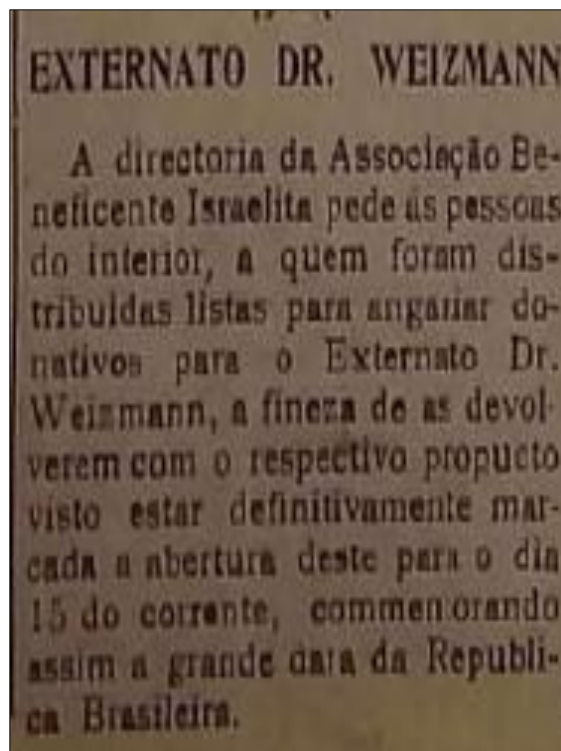
Fonte: jornal A Voz de Israel

O artigo acima citado traz ainda a data da inauguração oficial de criação do externato Weizman, que ocorreria no dia 17 de outubro de 1919. No entanto, os arquivos do jornal judaico não possuem a publicação do referido jornal, não sabemos se não houve a publicação do periódico ou porque a data de inauguração foi alterada. A publicação subsequente corresponde ao mês de novembro. Nesta edição aparece uma pequena nota solicitando que os judeus do

interior façam suas doações a escola Weizman, como também informa que a data de fundação do externato ocorrerá no dia 15 de novembro, data de proclamação da república.

A mudança na data de inauguração justamente para o dia nacional da proclamação republicana indica a correlação desses judeus com o partido republicano federal. A inauguração do externato ocorreu na Associação Beneficente Israelita -onde estavam presentes a comunidade judaica e figuras que faziam parte do governo vigente. Posteriormente a inauguração o periódico judaico destaca a visita de Luiz Barreiros ao externato, afiliado ao partido republicano e Laurista da velha guarda, comandava o Diário Oficial do estado e era diretor geral das Ligas das escolas do Pará. O aviso sobre a inauguração oficial foi publicado no Ano II-número 12, na página 53 em data ilegível, o artigo destacou a presença dos membros de governo e a sociedade judaica:

Figura 21: Donativos para o externato dr. Weizman



Fonte: jornal A Voz de Israel

Além de criar um externato estes judeus fundaram um grêmio literário e recreativo denominado Theodoro Herzl. O jornal descreve que estudantes judeus que frequentavam a Associação Beneficente Israelita criaram uma biblioteca exclusiva para estudantes que eram associados as instituições judaicas. O propósito principal era inserir um número cada vez maior de jovens judeus com as leituras sobre o sionismo.

Uma das últimas publicações do jornal no final de 1923 faz referência a fundação de uma biblioteca israelita nomeada Max Nordau, que era o presidente das associações sionistas no país, esta instituição foi descrita no artigo como uma representação da colônia “hebraica” na sociedade paraense. A deliberação sobre a fundação da biblioteca partiu dos membros da Associação Beneficente Israelita, sendo a proposta feita por Eliezer Levy que discursou sobre a importância desse espaço para divulgar a causa sionista aos membros da comunidade judaica. O presidente da sessão Moysés S. Levy designou Eliezer Levy e o farmacêutico José Zagury, filho do comerciante Leão Zagury residente da cidade de Macapá, para a organização desta biblioteca.

A ABI foi palco para diversas sessões, eventos, festas religiosas, de casamento, funeral, além de ser um espaço voltado para as causas sociais de comunidades judaicas residentes no Pará, e para os judeus imigrantes que chegavam na Amazônia. O jornal Kol Israel apresentava em pequenas notas todas as votações para composição da diretoria desta associação e do comitê Ahavat Sion, instituições dirigidas por judeus que atuavam também nos setores econômicos daquela sociedade. Inclusive participaram do desfile comemorativo referente a 1ª guerra mundial. Este evento foi destacado em artigo do periódico ocorrido em 8 de dezembro de 1918, estavam presentes membros do governo de Lauro Sodré e a comunidade judaica. A fundação destes espaços institucionais voltados para a comunidade judaica e para uma parcela da população paraense demonstra como esses judeus estavam relacionados diretamente com a elite local.

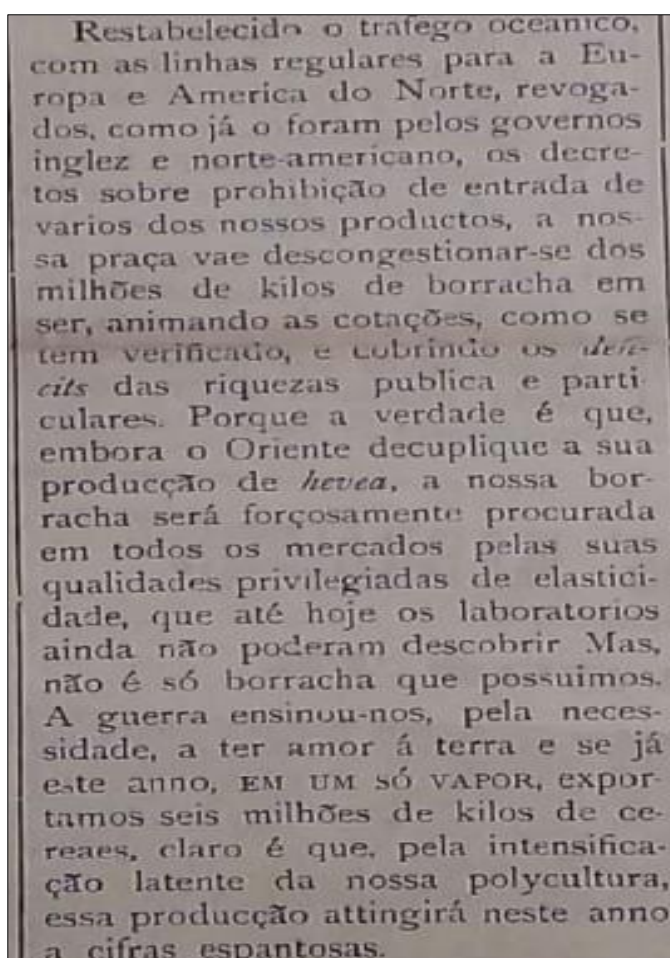
3.3 “Retrospecto econômico a nossa situação”: quadro econômico do Pará na segunda década do século XX

Os primeiros anos do século XX foram seguidos de grave crise econômica na Amazônia, principalmente, por causa da decadência na economia gomífera, que representava um dos principais produtos de exportação da Amazônia. Contudo, os artigos publicados no jornal A Voz de Israel destacam que, apesar da crise decorrida do período de pós-guerra, não há motivos para desconfiança ou apatias muito menos para dúvidas ou incertezas quanto a situação econômica do estado. O artigo destaca a importância da borracha para o setor de exportação brasileiro, no entanto, desde 1901 a região amazônica perdeu espaço no comércio internacional²⁴.

²⁴ Em 1895 a *Hevea brasiliensis* havia demonstrado ser a espécie mais adaptável e rentável no regime de cultura. Pouco depois começava a produção comercial de borracha obtida de seringueiras plantadas. Em 1901 forma-se

Na publicação, de 1º de janeiro de 1919 (29 de Tebet de 5679) Ano I-n. 2, na página 4 do jornal judaico intitulado: retrospecto Econômico a nossa situação, o artigo tinha mais pretensões políticas do que realmente informar como se encontrava o quadro econômico regional, que fora afetado pela 1ª Guerra Mundial²⁵. Contudo, diferentemente do que ocorria no quadro econômico do Pará ressalta-se no jornal que por ter uma terra privilegiada, o Pará não sucumbiu em suas atividades comerciais e os seus tempos áureos de exportação voltariam ao cenário internacional:

Figura 22: Retrospecto econômico



Fonte: jornal A Voz de Israel

em Londres a primeira empresa destinada à plantação, ao mesmo tempo em que nas Indias Orientais Holandesas se empreendia a agricultura do produto.

²⁵ A eclosão da Guerra na Europa fez surgir algumas inquietações em determinados grupos da população de Belém, dentre eles está o grupo dos comerciantes, que passaram a aumentar o preço de produtos estrangeiros, com a justificativa de que no início da guerra seria mais difícil a chegada destes produtos às terras paraenses.

Segundo Santos (1980) a borracha não tinha, na primeira guerra mundial a importância estratégica que viria a ter na 2ª Guerra. As dificuldades de transporte marítimo e as restrições quanto a sua importação, imposta pelos países europeus e Estados Unidos ocasionou a queda na demanda e exportação do produto.

Esses acontecimentos continua o autor, aliado aos problemas de preço expõe como as exportações tiveram perdas relevantes para a economia amazônica. Apesar disso, podemos considerar que a exportação externa e interestadual do setor madeireiro aumentou no período de guerra, pois, segundo Santos (1980), o carvão mineral se tornou um produto escasso e a madeira era a matéria-prima utilizada como combustível.

Em dados gerais, referente ao quadro de crise econômica da Amazônia, Santos (1980) afirma que o primeiro subsetor atingido foi o comércio de mercadorias, atividade econômica dominada por comerciantes judeus, uns pálidos ensaios de vender borracha aos centros industriais do país não tiveram continuidade por desinteresse na demanda. No comércio exterior os negócios estavam em constante declínio. Todavia, os artigos do jornal judaico sobre a situação econômica do estado, expõe uma próspera atividade comercial que seguirá crescendo através da exportação e importação de produtos.

Segundo Santos (1980) ocorreu uma decadência da economia gomífera nas primeiras décadas do século XX, e a incompatível realidade trazida pelos artigos do jornal A Voz de Israel sobre o setor econômico regional. Santos (1980) enfatiza que o mercado externo obtinha os melhores preços na compra do produto gomífero na Amazônia, contribuindo de certa forma à industrialização do país, mas após a crise do mercado da borracha esse produto contribuía, em 1920, com apenas 3 % da exportação. Em 1916 exportava-se 204 toneladas deste produto e até fins de 1921 este número já havia baixado para 146 toneladas por ano.

Esses dados demonstram a decadência do setor gomífero entre as duas primeiras décadas do século XX, e a incompatível realidade trazida pelos artigos do jornal A Voz de Israel sobre o setor econômico regional. Santos (1980) enfatiza que o mercado externo obtinha os melhores preços na compra do produto gomífero na Amazônia, contribuindo de certa forma à industrialização do país, mas após a crise do mercado da borracha esse produto contribuía, em 1920, com apenas 3 % da exportação. No entanto, não era apenas os artigos do jornal A Voz de Israel que idealizava o enriquecimento do estado e de comerciantes da borracha através de exportação da borracha, mesmo porque fazia parte do imaginário local e dos discursos de líderes políticos que a Amazônia voltaria a ser uma das maiores exportadoras deste produto.

Apesar das afirmações acima citada o jornal destaca nas entrelinhas de um artigo na página 12, em publicação de 1º de fevereiro de 1919 (1º de Adar- Richon- de 5679) Ano I, N.

3, sob o título: Uma administração fecunda, que o estado estava passando por uma grave crise econômica, porém, o governador havia resolvido o problema através da criação de colônias agrícolas e do aumento de imigração para as regiões rurais do Pará. Essa medida já havia sido tomada por Sodré no seu primeiro mandato de governador, porém, não obteve êxito.

Além de comerciantes da borracha e de outros produtos amazônicos a elite judaica da Amazônia também se fazia presente nas instituições comerciais de Belém. Nas páginas do jornal judaico a Associação Comercial do Pará aparece em destaque nos artigos desse periódico. A ACP foi fundada em 1819 para organizar o fluxo de navios no porto de Belém e as atividades comerciais do estado.

O jornal destaca a presença de alguns judeus nessa instituição comercial, aparece em destaque o nome de dois judeus: Menassés Bensimon que além de comerciante, era presidente do Comitê Ahabat Sion e exercia o cargo de 1º secretário da ACP, e Isaac J. Roffé membro da diretoria dessa associação. Neste sentido, percebe-se que essa elite judaica era articulada e exercia cargo de liderança nas principais associações judaicas da Amazônia e da instituição comercial do Pará.

O jornal Kol Israel também destaca em suas publicações páginas reservadas para a propaganda dos principais estabelecimentos judaicos do Pará. A maioria destes estabelecimentos estava localizado no centro da cidade de Belém e realizavam exportação e importação de diversos produtos. Empresas como: S. Marques & C^a, Y Serfaty & C^a, Isaac J. Roffé & C^a, Casa Pará, Jacob Há Isvy, Officina de Ourivesaria e Relojoaria, Bazar Egypcio, Grandes Armazéns do Globo, Simão J. Benjô, Grande Saboaria Paraense, Bazar das Pechinchas, Elyas Benayon, I. Benchimol, Mazaltob, B. Levy & C^a, Casa Cohen, Benchimol & Irmão, Casa Confiança, Casas de Comissões e Consignações, Levy & Irmão, Menassés Bensimon, Cohen & C^a, Seção de Obras da Voz de Israel, B. Levy & C^a, Alfredo Roffé & Filho, Jacob Kislanov, Marques e Benchimol.

O periódico judaico destaca que a empresa S. Marques e C^a era de propriedade do judeu Samuel S. Marques que exportava diversos produtos: borracha, cacau, castanha, raízes medicinais, além de chapéus importados do Chile, atuava também na compra e venda de penas de garça. Samuel Marques era proprietário de embarcações denominadas Walter e Malzatob. Essa empresa trabalhava no ramo de importação e exportação, assim como a maioria das empresas destacadas neste jornal. Samuel Marques também era atuante na comunidade judaica amazônica, exerceu o cargo de 1º secretário da Associação Beneficente Israelita.

Outra empresa a ser destacada é a Isaac J. Roffé & C^a, administrada pelo judeu Isaac J. Roffé que trabalhava com armazém de estiva, importações, comissões e consignações e era

proprietário do vapor Annita, que realizava viagens para as regiões do interior da Amazônia. Roffé era integrante de comissão do Comitê Israelita e membro da diretoria da Associação Comercial de Belém.

O estabelecimento comercial Menassés Bensimon é destacado nas páginas de propaganda do jornal A Voz de Israel, no entanto, aparece apenas o nome da empresa sem citar quais produtos eram comercializados. O judeu Bensimon, além de comerciante foi membro da Associação Comercial do Pará, exercendo dois cargos, primeiro em 1919 assumiu como 1º secretário e no ano de 1920 estava no posto de vice-presidente desta associação, além de gerenciar o Banco do Pará na função de diretor desta instituição. No mesmo período Bensimon assumiu a presidência do Comitê Ahabat Sion. Em artigo publicado sobre a Associação Comercial do Pará, na data de 3 de março de 1919 (1º de Adar (Seny) de 5679), Ano I-N. 4 página 18, foi destacada a figura de Menassés como influente comerciante e atuante servidor desta instituição comercial:

Figura 23: Menassés Bensimon



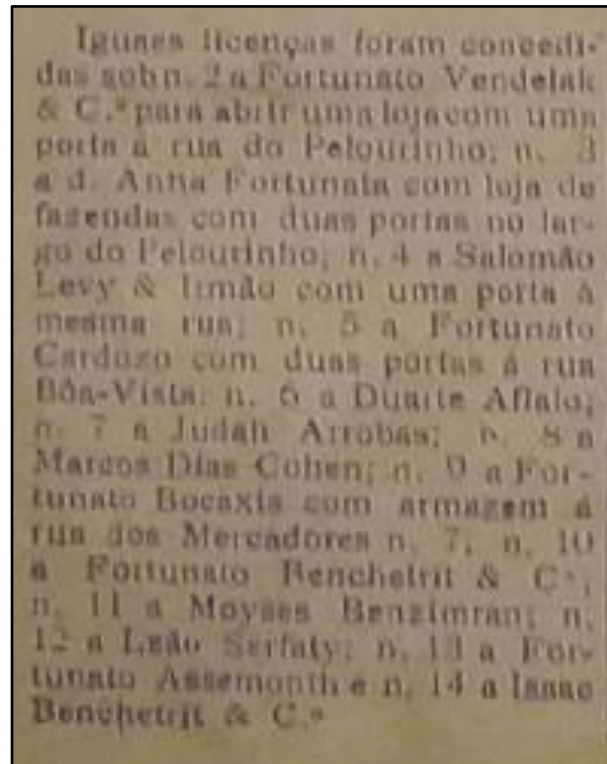
Fonte: jornal A Voz de Israel

No jornal Kol Israel essas instituições judaicas e seus líderes são constantemente exaltados. Para Mills (1962) a consciência de pertencimento coletivo é desenvolvida através dessas entidades religiosas, de ensino e de lazer. Estes meios institucionais de poder e os canais de informação se uniram em prol de um único objetivo: dominar a opinião pública e garantir o status social de sujeitos pertencentes a um círculo de poder. Assim como afirma Noronha (2012):

Do ponto de vista empresarial, as relações são construídas para sanar um gargalo na produção local, possibilitando ampliar a capacidade de atuação no mercado regional e nacional, o que pode ser visualizado por fusões de médias e pequenas empresas do mesmo setor em sociedade anônima ou, em alguns casos, pela constituição de um banco local para financiar demandas específicas dessa elite interiorana quando essa não recebe apoio de governos centrais. Do ponto de vista institucional, a formação de entidades de representação empresarial, seja ela setorial ou de classe, estrutura o circuito estratégico de atuação da elite econômica municipal. Podemos destacar que essa consciência de pertencimento coletivo é construída na juventude por uma trajetória apoiada em entidades religiosas, de ensino e lazer (NORONHA, 2012, p. 24).

Estes comerciantes judeus-marroquinos estavam presente na Amazônia desde os primeiros anos do século XIX. Os primeiros sobrenomes de comerciantes judeus surgiram nos registros de casas comerciais localizadas no Pará na Assembleia Provincial Legislativa, através da lei nº 12 de 12 de maio de 1838. Este decreto tinha a finalidade de responder as demandas de comerciantes estrangeiros que eram oriundos de nações que não tinha tratado comercial com o Brasil e proibia a abertura de casas comerciais, lojas de negócios ou mascatear nos rios e cidades amazônicas sem licença prévia da Câmara Municipal. As primeiras inscrições ocorridas no órgão supracitado eram em sua maioria solicitada por comerciantes judeus oriundos do Marrocos.

Dentre os diversos estabelecimentos e nomes de comerciantes estrangeiros os primeiros registros eram de comerciantes judeus marroquinos: Simão Benjó & Irmão, Fortunato Vendelak & C^a, Anna Fortunata, Salomão Levy & Irmão, Fortunato Cardoso, Duarte Aflalo, Judah Arrobas, Marcos Dias Cohen, Fortunato Bocaxis, Fortunato Benchetri & C^a, Moyses Benzimran, Leão Serfaty, Fortunato Assemonth e Isaac Benchetrit & C^a. Essas empresas foram destacadas no jornal Kol Israel em artigo intitulado: Os Israelitas no Pará na página 56, dezembro de 1919 (Teber de 5679) Ano II-N.12:

Figura 24: Israelitas no Pará

Fonte: jornal A Voz de Israel

Nesse sentido os judeus destacam-se como um grupo de elite, pois segundo Noronha (2012) as elites possuem algumas características específicas que a destacam como sujeitos de elite. Sendo assim, analisando as comunidades judaicas no contexto amazônico do início do século XX, pode-se notar que possuem as características de um grupo de elite, pois detém o controle do capital econômico, seus estabelecimentos comerciais localizados nas principais capitais amazônicas, geralmente, estão no centro da cidade e são casas de comissões e consignações. Os judeus são os acionistas majoritários dessas empresas, e realizavam importação e exportação de produtos comerciais com outros países. As casas comerciais judaicas exportavam para a Europa produtos como: borracha, guaraná, cacau, castanha, raízes medicinais, fazendas, estivas e ferragens, entre outros produtos. Desta forma, os empresários judeus estavam presentes no comércio local, regional e internacional, agenciavam as principais empresas de aviação e navegação em rotas regionais e internacionais que partiam da região amazônica para outros países.

Essas viagens eram realizadas pelos principais comerciantes judeus residentes nas capitais amazônicas, como é destacado no jornal A Voz de Israel na seção de Notas sociais da página 13, datado de 1º de fevereiro de 1919- (1º de Adar (Richon) de 5679):

figura 25: Jacob Benchimol



Fonte: jornal A Voz de Israel

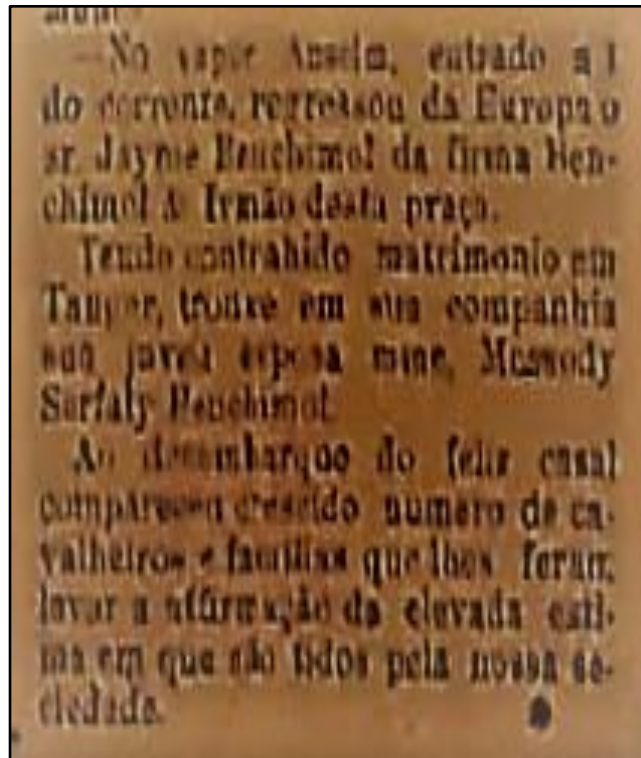
Os comerciantes judeus da Amazônia realizavam diversas viagens para outras cidades amazônicas, sul do país como também faziam viagens internacionais, os motivos para se deslocar eram diversos: tratamento médico, visitar familiares e contrair matrimônio. A mobilidade desses judeus era retratada nas páginas do jornal A Voz de Israel, tanto a data de partida quanto o momento da chegada desses comerciantes possuíam destaque no periódico. Essa era uma característica comum dos jornais elitistas no início do século passado. Noronha (2012) afirma que “esse tipo de mobilidade seria um ponto crucial de distinção destes grupos elitistas que destacavam a viagem e o retorno desses indivíduos”.

A comunidade judaico-amazônica, do início do século XX, mantinha seus rituais sagrados através de seus cultos judaicos realizados nas sinagogas existentes nos centros das principais capitais amazônicas. Realizavam batizados, casamentos, circuncisão, entre outros eventos que garantiam que a sua tradição em comum fosse mantida. Mesmo os judeus que estavam estabelecidos em regiões mais distantes, como a ilha do Marajó e pequenos municípios, conseguiam manter seus rituais judaicos. Isso era possível porque o espaço litúrgico não precisava ser fundamentalmente um prédio ou instituição, a presença de um quórum de 10 judeus em espaços domésticos e a leitura da Torá eram elementos que compunham esse espaço sagrado do judeu.

Assim, mesmo que estas comunidades estivessem floresta adentro os cultos judaicos continuavam sendo realizados, pois em várias comunidades amazônicas se fazia presente um pequeno número de judeus. Porém, em alguns casos os judeus que residiam em localidades mais distantes, interior da floresta amazônica, casaram-se com mulheres não judias. As comunidades judaicas fixadas nos grandes centros urbanos da Amazônia se mantinham mais ligadas as suas tradições por estarem organizados enquanto comunidade através das sinagogas, associações e comitês judaicos presentes nos centros dessas cidades. No jornal Kol Israel essas instituições judaicas são constantemente exaltadas.

Essa elite judaica consciente de sua posição e preocupada em manter esse status social e econômico, garantia que os laços matrimoniais fossem firmados dentro da comunidade judaica. As Notas sociais publicadas no jornal Kol Israel demonstram que essa comunidade estabelecia casamentos entre judeus de mesma posição social. Alguns judeus chegavam a viajar para o norte da África, em suas cidades de origem, para contrair matrimônio com mulheres judias, que geralmente era trazida para a região amazônica, logo após o casamento.

Em publicação no jornal A Voz de Israel na data de 1º de setembro ano de 1919, página 44 na coluna de Notas Sociais tem-se um exemplo de um judeu que viajou para Tânger e casou-se com uma judia do Marrocos: - No vapor Anacim, entrado a 1 do corrente, regressou da Europa o sr. Jayme Benchimol da firma Benchimol & Irmão desta praça. Tendo contrahido matrimônio em Tanger, trouxe em alta companhia sua jovem esposa mme. Messody Serfaty Benchimol. Ao desembarque do feliz casal compareceu crescido número de cavalheiros e famílias que lhes foram levar a afirmação da elevada estima em que são tidos pela nossa sociedade

Figura 26: Jayme Benchimol

Fonte: jornal A Voz de Israel

A elite judaica se utilizou dessas prerrogativas, fundação de sinagogas e instituições, para se apresentar a sociedade amazônica como um grupo seletivo de fundamental importância para o desenvolvimento da Amazônia. Segundo Mills (1962) a elite se consolida e se apresenta através de instituições de poder, por meio de um sistema hierárquico representado pelo Estado, empresas e exército se constituem esses meios. Essa base de poder é a mesma que compõe a elite judaica na Amazônia em inícios do século XX, pois mantinha relações diretas com a elite política amazônica, alguns ricos judeus exerceram cargos na administração do Estado, como vereadores, intendentes municipais, secretários, entre outros. Em um número mais expressivo se destacaram como os principais proprietários das grandes empresas de exportação e importação do norte do país.

Alguns judeus aparecem em destaque no jornal A Voz de Israel com patentes militares. O fundador deste jornal era conhecido como Major Eliezer Levy, outro judeu que também era destacado nas páginas do periódico foi o intendente municipal da cidade de Afuá, localizada no estado do Pará, Coronel Abraham Mair Bemerguy. No município de Macapá um dos primeiros comerciantes judeus da região também tinha a patente militar de Capitão Leão Zagury e o agente representante da embarcação denominada Loyd Brasileiro, era chamado de coronel Samuel Benchimol em um dos artigos do periódico judaico. Não podemos chamar de mera

coincidência que alguns desses judeus tenham exercido o mesmo cargo político de intendentes municipais, e tenham possuído patente militar. Para Mills (1962) toda a política é uma luta de poder e o ápice do poder é a uso da força, ou mesmo da violência, e esse em muitos momentos da história foi utilizado para estabelecer a “ordem” e controlar as massas para que os grupos dominantes pudessem garantir seu poder e autoridade. Apesar de não se utilizar de violência para se estabelecer no poder, os judeus ao se utilizarem destas patentes militares demonstravam sua ascensão social e sua “autoridade” perante a sociedade local, e eram coligados ao partido republicano que tinha relações diretas com o militarismo.

Para Mills (1962) os grupos de elite, os sujeitos de altas rodas, podem ser considerados membros de um estrato social elevado, pois fazem parte de um círculo de pessoas que se relacionam socialmente e mantêm laços em seus negócios, sendo assim, a maioria das decisões tomada por estes grupos de elite são feitas em consonância com seus interesses. A elite judaica amazônica estava presente nos círculos de poder que lideravam os setores econômicos e políticos do país, principalmente, porque estavam ligados a partidos políticos, lojas maçônicas e dominavam o capital econômico necessário para se aliarem com os principais representantes das instituições de poder na Amazônia.

Essa elite judaica estava presente tanto nos centros das principais capitais amazônicas como também nas regiões interioranas exercendo papel de comerciantes no comércio extrativista amazônico e na venda de produtos importados nas regiões ribeirinhas. Com a crise na economia gomífera, principalmente por causa do novo concorrente na indústria extrativa da borracha, algumas famílias imigraram das regiões ribeirinhas para as cidades. Além disso, doenças como malária e tuberculose atingiam as populações amazônicas, tanto das regiões do interior como também nos centros das cidades, as imigrações eram constantes por causa da crise sanitária e econômica que ocorria no estado, alguns retornavam para sua terra natal ou imigravam para outras regiões, muitos comerciantes judeus se deslocaram para as regiões urbanas formando um grupo de elite econômica extremamente organizada no norte do país. Além de estarem situados nas cidades de Belém e Manaus os judeus se destacaram no ramo empresarial em outras localidades da região norte do país, como no caso de Macapá, onde se tornaram os principais comerciantes daquele município.

Porém, devemos considerar que os imigrantes estrangeiros não regressaram para seus países, pois Santos (1980) afirma que talvez pelos tipos de ocupação que exerciam, não estavam tão vulneráveis à crise da borracha, inclusive se fixando na Amazônia. Como já citado nesta pesquisa os judeus se tornaram os principais comerciantes das grandes capitais amazônicas, e já no início do século XX muitos judeus, filhos desses comerciantes imigravam para as regiões

sul e sudeste a fim de estudar nas universidades do Rio de Janeiro e São Paulo, como também se especializavam em universidades europeias. A maioria desses jovens judeus cursavam, principalmente, os cursos de medicina e advocacia, e as mulheres cursavam geralmente o magistério, e logo após se formarem retornavam para seu estado de origem.

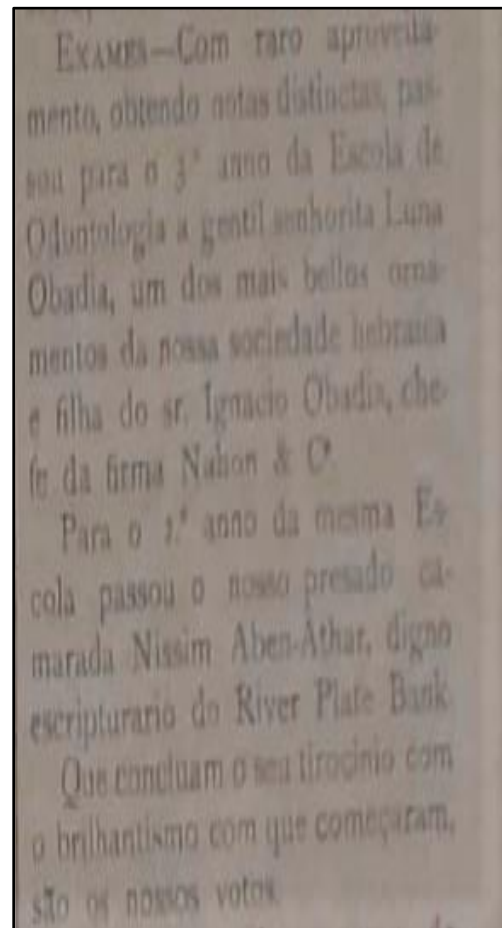
Alguns instalavam seus consultórios médicos e escritórios de advocacia nos centros da cidade, outros, apesar de formados, acabavam por assumir os negócios comerciais da família. Esses profissionais liberais eram destacados nas publicações do Kol Israel. No artigo datado de 1º de janeiro de 1919-ANNO I N.2- (29 de Tebet de 5679) página 07, o judeu Elias Roffé é congratulado pela conclusão do curso de medicina e na página de nº 3 deste jornal, outros dois filhos de judeus comerciantes são parabenizados pela aprovação em escola de ensino superior:

Figura 27: Elias Roffé



Fonte: jornal A Voz de Israel

Figura 28: Exames Luna Obadia
e Nissim Aben- Athar



Fonte: jornal A Voz de Israel

Em várias notas sociais do periódico destacam-se os judeus que imigravam, principalmente para as universidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Isso explica em parte a

imigração em massa destes profissionais para as cidades do sul e sudeste e o desaparecimento gradual das empresas judaicas na Amazônia. Os judeus até meados do século XX se destacavam nas atividades comerciais da Amazônia e de forma menos expressiva nas profissões liberais. A partir da década de 1960 a atuação do judeu no ramo empresarial caiu drasticamente, mesmo porque os descendentes optaram por exercer outros tipos de profissão, assim, abandonando as atividades comerciais exercidas por seus antecessores.

3.4 Sinagogas na Amazônia: “espaço religioso e comunitário da comunidade judaica”

Os judeus viveram como peregrinos pelo mundo, separados em juderias: melahs, que eram bairros exclusivos para judeus em cidades marroquinas, normalmente eram muradas para proteção contra possíveis ataques de outras etnias, eram áreas específicas para o povo judeu e localizavam-se nas cidades, estes guetos nasceram na Europa no período da Idade Média. É neste contexto de incertezas que surgem as sinagogas judaicas. Muitas sinagogas estabelecidas nas comunidades judaicas não eram espaços públicos. Estes espaços surgiram como substituto temporário do Templo de Jerusalém que marcaram a cultura dos hebreus ao longo de dois mil e seiscentos anos. Durante o exílio a formação das sinagogas foi fundamental para a consolidação da cultura judaica no decorrer dos séculos.

Os templos judaicos não se estruturam apenas em grandes espaços públicos, mesmo porque a perseguição aos judeus moldou a forma como o culto era praticado nas sinagogas. A liturgia baseava-se na presença de no mínimo 10 membros judeus, a utilização da Arca Sagrada e o uso da Torá, livro sagrado dos judeus. Estes elementos são suficientes para transformar qualquer espaço, seja ele doméstico ou público- edifício ou tenda- em uma sinagoga. Assim, a diáspora transformou o espaço temporal dos rituais judaicos em espaços domésticos que garantiu a continuidade da tradição religiosa dessas diversas comunidades.

Esse tipo de espaço é hoje mais conhecido como pelo nome de sinagoga, do grego συναγωγή, *sinagogae* *sinagogaē*, que significa algo como “assembleia” ou “lugar da assembleia”. O fato de que seu nome mais comum seja originado da língua grega indica que a sinagoga é historicamente um produto da diáspora judaica, isto é, do espalhamento e dispersão desse povo pelo mundo desde o último milênio da Antiguidade (LEONE, 2019, p. 120).

Neste sentido, em sua origem as sinagogas se localizavam distante dos espaços domésticos. O surgimento da primeira sinagoga ou templo remonta ao século XVI a.C. O tabernáculo de Moisés é o primeiro registro referente a construção de um espaço sagrado para realização das liturgias judaicas. Após o êxodo dos hebreus saindo do Egito para a terra

prometida, atual Palestina, este tabernáculo foi substituído pelo templo de Jerusalém. Por último surge a sinagoga que se torna elemento fundamental para a manutenção da religiosidade e identidade judaica.

Através das sinagogas os judeus conseguiram preservar sua identidade, essas instituições são mais antigas que os templos cristãos e mesquitas mulçumanas, sendo o espaço sinagocal um dos registros históricos da passagem do povo judeu pelas nações aonde foram perseguidos e exilados até fins do período colonial. Por exemplo, a presença de judeus no Brasil colonial foi marcada pela ocupação dos holandeses na capitania de Pernambuco em 1630. Esta ocupação foi constituída pela Companhia das índias Ocidentais, que permitiu a liberdade de culto na região e possibilitou a construção da primeira sinagoga judaica das Américas²⁶, denominada Kahal Kadosh Zur Israel, que funcionou entre 1636 até 1654, quando os holandeses são expulsos e a região é retomada pela coroa portuguesa. No entanto, a perseguição e expulsão dos judeus de suas terras transforma qualquer lugar, interior ou exterior de uma habitação em lugar de oração para o povo judeu.

A partir do século XIX as sinagogas surgem como espaços públicos nas grandes cidades, simbolizando o período que os judeus conquistaram alguns direitos como cidadãos, herança da Revolução Francesa. A declaração dos direitos do homem e do cidadão garantiu que os judeus reafirmassem sua cultura e religiosidade através, principalmente, da construção de Sinagogas nos centros das grandes capitais. Neste último momento as relações entre os judeus e a liturgia judaica ganham uma nova roupagem. A construção dessas sinagogas e a promulgação do decreto 119 no período republicano, que versava sobre a união da igreja com o estado, além de assegurar a liberdade religiosa contingenciou a imigração de judeus -marroquinos para a Amazônia.

Segundo Benchimol (2008) a primeira sinagoga da Amazônia foi fundada por Abraham Acris em 1824/1826? Denominada *Essel Abraham*- frequentada pelos toshavim, sinagoga dos pobres e dos forasteiros, - e inaugurada na cidade de Belém, então capital do estado do Pará, e a *Shaar Hashamaim*- frequentada pela elite judaica de Belém, estabelecida em 1826/1889? No mesmo município e fundada por Judah Leão e Elias Israel. No entanto, existem controvérsias entre os estudiosos sobre as datas de fundação e até mesmo com relação a separação destes grupos judaicos nos ambientes de oração. No estado do Amazonas a primeira sinagoga fundada

²⁶ Os judeus ao se organizarem, criaram uma congregação. No início, reuniam-se na casa de um proeminente homem de negócios, Duarte Saraiva, mas em 1636 iniciaram a construção da primeira sinagoga das Américas a Kahal Kadosh Zur Israel, localizada em uma rua comercial chamada Rua dos Judeus. Ver mais em: NOVINSKY, Anita. Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história-. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

em 1925, denominada Beth Yaacov, e liderada pelos megorashim, reunia as diferentes comunidades judaicas de Manaus, só a partir de 1950 que surgiu a segunda sinagoga da cidade fundada pelos toshavim, a Rebi Meyer. Após algum tempo essas duas sinagogas uniram-se em uma só denominação.

As comunidades judaicas do estado do Pará, em meados do século XIX, fundaram as primeiras sinagogas e o primeiro cemitério judaico da Amazônia. O momento político não era propício para praticantes de outras religiões, mesmo porque a igreja católica apostólica romana era a religião oficial do país, no entanto, neste período estava ocorrendo um grande fluxo migratório de judeus vindos da Europa e norte da África. Este não foi um entrave para que os judeus fundassem instituições religiosas e cemitérios²⁷ exclusivos para a comunidade judaica no decorrer do século XIX. Alguns judeus faziam parte de um grupo de elite econômica que estava aliado a uma elite política, em nível internacional através das articulações em volta a proposta sionista, em nível nacional e local se destacaram em cargos políticos como intendentess municipais e dirigentes de instituições públicas. Isso explica em parte a conquista de espaços voltados para estas comunidades.

As poucas referências a respeito destas sinagogas locais aparecem nas Notas Sociais do jornal A Voz de Israel. Sobre as festas religiosas judaicas, somente na seção da coluna social do periódico que se faz menção sobre o bar mitzvah, festa que concede maioridade religiosa aos jovens judeus, e a circuncisão²⁸ apenas informando o nome da criança que fora circuncidada e o nome dos padrinhos presentes durante o ritual. Alguns discursos religiosos foram publicados, mas geralmente quando dizem respeito a rabinos de sinagogas localizadas em outros países.

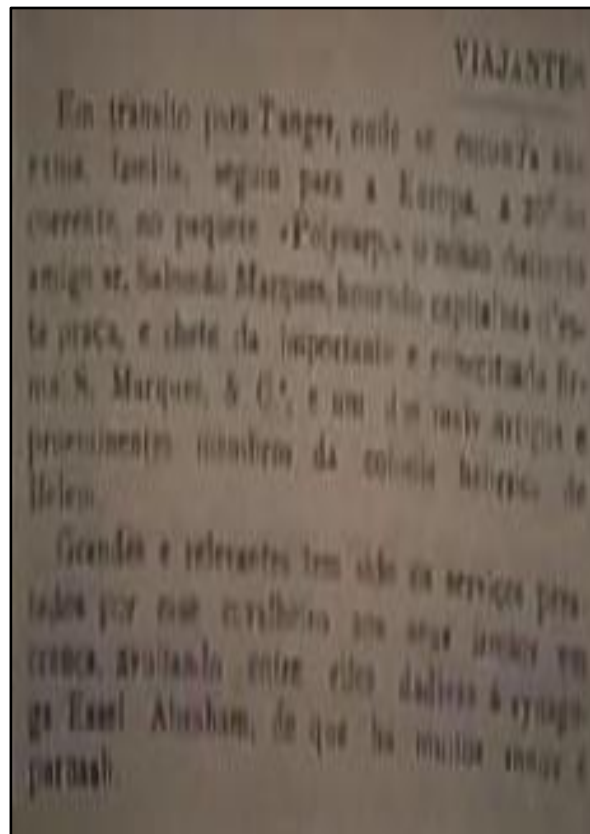
Em relação às sinagogas no Brasil e na Amazônia foi publicado apenas um artigo sobre a sinagoga do Rio Grande do Sul. Na página de número 28 na seção de Notas Sociais-Viajantes-na data de 1º de maio de 1919 (1º de Yar de 5679) o judeu Salomão Marques, proprietário da

²⁷ Na Amazônia foram construídos 11 cemitérios entre os séculos XIX e XX, no estado do Pará: Cemitério judeu de Soledade, Cemitério dos Ingleses (Jardim da escola Kennedy), Cemitério judeu antigo do Guamá (Cemitério Santa Isabel), Cemitério Israelita Novo do Guamá, Cemitério judeu de Cametá, Cemitério judeu de Óbidos, Cemitério judeu de Itaituba, Cemitério judeu de Santarém, Cemitério judeu de Macapá, localizado no centro da cidade em um espaço anexo ao cemitério Nossa Senhora da Conceição; no estado do Amazonas: cemitério judeu de Manaus-AM (Boulevard Álvaro Maia), cemitério São João Batista, cemitério judeu de Parintins, cemitério judeu de Maués, cemitério judeu de Itacoatiara, cemitério municipal de Manacapuru, cemitério judeu de Tefé.

²⁸ O ritual da circuncisão propicia tanto o ingresso ao grupo social, conferindo uma identificação étnico-religiosa, quando a criança recebe um nome hebraico através do qual será conhecido e chamado a participar dos rituais, como, por exemplo, ao ser convidado a ler um trecho das Escrituras. Ao seu nome individual é acrescentado o nome hebraico de seu pai sendo-lhe, assim, reconhecida sua ascendência e seu status tribal-Cohen (sacerdotal), Levi ou Israel. A circuncisão ou Brit Milá é uma exigência para a conversão ao judaísmo. Um rito religioso, mesmo que interpretado como tradição ou costume, é a porta de entrada através da qual o filho da mãe judia é incorporado à comunidade israelita, assim como o gentio convertido (GALINSKIN, 2008, p. 91).

empresa S. Marques & C^a, é parabenizado pela prestação de serviços a sinagoga judaica Essel Abraham, o que pode evidenciar que a comunidade judaica de elite do Pará frequentava esse espaço litúrgico: : Em transito para Tanger, onde se encontra sua exma. Família, seguiu para a Europa, a 26 do corrente, no paquete <<Polycarp>>o nosso distinto amigo sr. Salomão Marques, honrado capitalista desta praça, e chefe da importante e conceituada S. Marques & C^a, e um dos mais antigos e proeminentes membros da colonia hebraica de Belem. Grandes e relevantes tem sido os serviços prestados por esse cavalheiro aos seus irmãos em crença, avultando entre eles dadivas á synagoga Essel Abraham, de que há muitos annos é parnash.

Figura 29: Sinagoga Essel Abraham



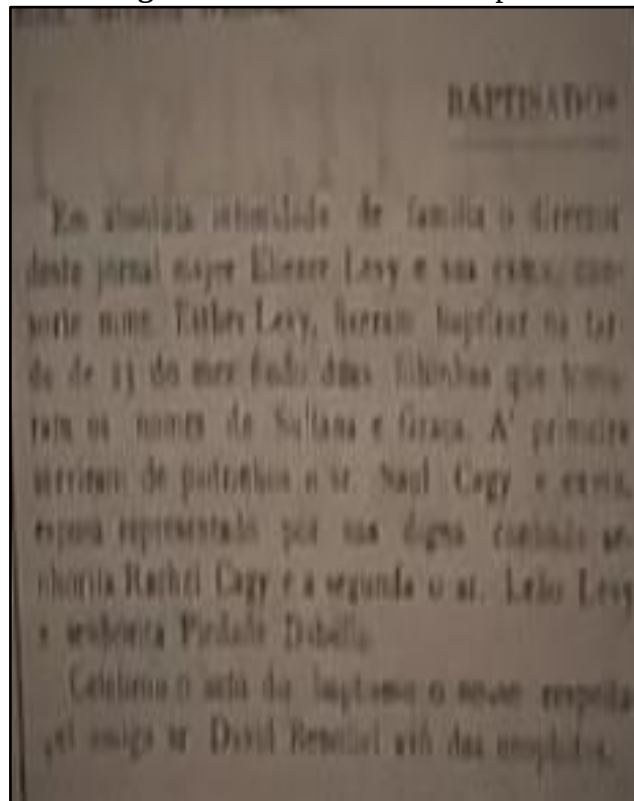
Fonte: jornal A Voz de Israel

Algumas festas judaicas como a Hilulá e festas de casamento também foram destacados nas notas sociais do jornal, mas de forma objetiva e sem detalhes sobre os rituais judaicos. O que pode indicar que esses grupos frequentavam sinagogas e igrejas católicas. No entanto, na mesma seção de Notas Sociais deste jornal tem a seção “Baptizados” que surgiu a partir das publicações do mês de maio de 1919, cinco meses após a fundação do periódico, o que indicaria que alguns judeus da Amazônia eram adeptos de outras religiões como o cristianismo. Mesmo

porque a religião judaica não pratica batismo de crianças, esse seria um ritual realizado, geralmente, pela igreja católica apostólica romana.

Em publicação, realizada na data de 1º de maio de 1919 (1º de Yar de 5679) na seção de Notas Sociais, é descrito o batizado de duas filhas do judeu Eliezer Levy: Em absoluta intimidade de família o diretor deste jornal major Eliezer Levy e sua exma. consorte mme. Esther Levy, fizeram baptizar na tarde de 23 do mez findo duas filhinhas que tomaram os nomes de Sultana e Graça. Á primeira serviram de padrinhos o sr. Saul Cagy e exma. Esposa representado por sua digna cunhada senhorita Rachel Cagy e a segunda o sr. Leão Levy e senhorita Piedade Dabella. Celebrou o acto do baptismo o nosso respeitavel amigo sr. David Benoliel avô das neophitas.

Figura 30: Notas Sociais Batipsados



Fonte: jornal A Voz de Israel

No jornal A Voz de Israel quase não se tem referência sobre as sinagogas construídas na Amazônia. Mas porque um jornal judaico que se apresentou abertamente como representante da comunidade judaica não faz referência às sinagogas judaicas e aos seus líderes religiosos? Três fatores podem explicar esse fenômeno, o primeiro seria a ligação dos dirigentes deste periódico com o partido republicano e com as lojas maçônicas do Pará e do Brasil, um dos

principais lemas dos republicanos era a laicização do estado, então qualquer menção a religiosidade judaica poderia causar embates com outros grupos religiosos. Além do mais as comunidades judaicas, diferente de outras correntes religiosas, não tinha interesse em ganhar adeptos para frequentar as sinagogas, mesmo porque só é considerado judeu quem nasce de mãe judia, esse é um fator que diferenciava o judaísmo das outras correntes religiosas.

Por último a ausência de informações no tocante a religião judaica e suas sinagogas na Amazônia era que em inícios do século XX a maioria da população era adepta do catolicismo. Os católicos estavam presentes nos principais círculos sociais da sociedade amazônica, em partidos políticos, lojas maçônicas, e como proprietários de jornais considerados de cunho religioso. Como os judeus procuravam se apresentar como um grupo social democrático e estavam estruturando suas instituições sionistas no país, embates políticos ou religiosos deveriam ser evitados.

Para os judeus a construção de um templo sagrado como as sinagogas e a constituição de cemitérios exclusivos para a comunidade judaica, tem dois significados: primeiro que o direito de construir sinagogas garante que essas comunidades adquiriram um espaço dentro da sociedade amazônica, segundo que a conquista de um lugar para os rituais fúnebres, tem uma significação sagrada e é um dos pilares da identidade judaica. Benchimol (2008) explica que a finalidade de realizar enterros de judeus em um mesmo recinto tem a finalidade de mantê-los juntos mesmo após a morte, mesmo porque o judeu enterrado em cemitério cristão era considerado impuro por essas comunidades.

3.5 São os judeus uma nação? Movimento sionista na Amazônia

A pergunta em questão foi publicada em um artigo do jornal A Voz de Israel, intitulado: Sionismo e Palestina. O movimento sionista surgiu como o alicerce para os judeus de diversas comunidades espalhadas pelos continentes. No entanto, este movimento composto por vários grupos políticos, religiosos e sociais causou divergências que se davam desde a escolha da região para a constituição da nação judaica- as primeiras propostas de criação do estado nacional judaico inseriam a região da Palestina e Argentina- até no que concerne à nacionalidade dessas diferentes comunidades, pois alguns judeus já se consideravam cidadãos de seus países de origem. Esse seria um dos maiores problemas a ser superado a partir do discurso sionista, e nesse embate uma das principais ferramentas para ganhar adeptos era a utilização de periódicos judaicos como instrumento de propaganda da causa sionista.

No presente subcapítulo abordaremos a partir da análise das publicações do jornal *A Voz de Israel*, como se constituiu a primeira associação sionista da Amazônia, suas primeiras lideranças políticas e seu principal meio de divulgação. No entanto, devemos ressaltar que o Movimento Sionista é complexo em seus aspectos conceituais, teóricos e políticos, porém, vamos nos limitar ao debate acerca do sionismo enquanto movimento político voltado para a criação do Estado nacional judaico na região palestina.

O movimento sionista político surgiu no final do século XIX, após a intensificação do antissemitismo na Europa. Apesar disso, esse movimento não obteve apoio unilateral, pois diferenças políticas e até mesmo contrárias à ideia da formação de um estado nacional para os judeus resultaram em divisões de grupos dentro deste movimento. Bartel (2012) afirma que para os grupos judaicos radicados no país a criação de Israel não era uma necessidade vital, tratava-se de uma questão ligada a uma corrente do pensamento judaico ou mesmo um gesto de solidariedade dos judeus radicados no Brasil para com as outras comunidades judaicas internacionais, que estavam sofrendo diversas perseguições, especialmente na Europa.

Na Rússia de meados do século XIX, por exemplo, os judeus viviam em guetos, não podiam exercer diversas profissões, restando-lhes segundo Blay o pequeno comércio, o trabalho artesanal e o pagamento de impostos por suas moradias e por inúmeras atividades quotidianas, fundamentais para sua sobrevivência. Esses judeus estavam proibidos de frequentar universidades, com exceção de alguns poucos judeus que adentravam o ensino superior. Por conta das constantes perseguições os judeus criaram mecanismos diversos para superar o antissemitismo. Não só a Rússia, mas vários outros países europeus propagavam o antissemitismo e perseguição aos judeus. Assim, em meio a conflitos e acordos de paz vários judeus de diversas etnias se reuniram com a finalidade de criar uma nação judaica.

O sionismo político surgiu na Europa no decorrer do século XIX com o principal objetivo de criar um Estado nacional judaico. O fundador do movimento Theodor Herzl tinha como um dos principais objetivos divulgar esse movimento entre as comunidades judaicas de diversos países. Segundo Bartel (2012) o movimento sionista em vias políticas, era inspirado nos movimentos nacionalistas do século XIX e era extremamente complexo, mesmo porque continua o autor, vinculava-se a ideologias de “esquerda” e “direita”, composta por grupos socialistas, trabalhistas, liberais, conservadores e por grupos religiosos. Um exemplo dessa divergência entre os grupos políticos inseridos no movimento Sionista internacional está descrito em uma carta divulgada no jornal *A Voz de Israel* sobre o Congresso Internacional de Sionistas em Londres ocorrido em 1919. Nesta carta um judeu francês chamado Sylvain Levy realizou um discurso totalmente contrário a criação de um lar nacional judaico na Palestina, o

discurso sem aviso prévio causou surpresa nos demais representantes do movimento sionista, o qual não esperavam ideias contrárias a criação de um estado nacional judaico na região da Palestina. Esta carta foi publicada no jornal Kol Israel em 1º de junho de 1919, (3 de Sivan de 5679), Ano- página nº 31, intitulado: Congresso Internacional de Sionistas, em Londres:

Figura 31: Congresso Internacional Sionista



Fonte: jornal A Voz de Israel

Movimentos separatistas ou mesmo contrários à construção de um lar nacional judaico faziam parte do movimento nacional e internacional sionista. O movimento sionista na Amazônia não ganhou grandes proporções por conta do pequeno número de adeptos ao sionismo. Nesse sentido, o jornal A Voz de Israel tinha como finalidade principal divulgar o movimento internacional sionista e demonstrar sua importância para as famílias judaicas residentes no norte do país. A maioria dos artigos, referente ao sionismo, estavam voltados para a constituição de uma nação judaica na região da Palestina.

Esse movimento internacional chegou as mais remotas localidades da Amazônia, através do periódico Kol Israel, que propagava a união dos judeus em um movimento de identidade nacional judaica para que fosse estabelecido o estado de Israel às comunidades judaicas. O principal objetivo para a criação do jornal foi divulgar este movimento nas cidades e regiões do interior da Amazônia. Além do mais os primeiros judeus do Brasil a entrar em contato com os líderes do movimento internacional judaico eram residentes do norte do país. Segundo Falbel (2005) judeus marroquinos residentes na cidade de Manicoré, as margens do rio Madeira, através do judeu Moysés Cohen corresponderam-se com Max Nordau, ativista da causa sionista, e também fundaram uma sociedade sionista em 1901, denominada Ohabe Sion. Neste sentido, o jornal a Voz de Israel foi criado a partir de uma necessidade de se atender as aspirações de alguns membros da comunidade judaico-marroquina que eram adeptos do sionismo e utilizavam os meios de comunicação, nesse caso o jornal judaico A Voz de Israel, como principal ferramenta para divulgar o movimento e angariar fundos para as instituições internacionais sionistas.

No entanto, o movimento sionista brasileiro teve suas peculiaridades, diferenciando-se do movimento sionista internacional. Bartel (2012) afirma que o movimento sionista do Brasil obteve características peculiares, pois segundo o autor ideias semelhantes ganham novos significados e sentidos em diferentes contextos sociais, culturais, políticos ou econômicos. A condição dos judeus brasileiros no país é totalmente atenuante a condição em que se encontrava os judeus residentes na Europa, no Brasil muitos judeus estavam inseridos na elite brasileira, sobressaindo-se, principalmente, nos ramos empresariais e em grupos políticos.

A formação do estado nacional brasileiro teve características peculiares que divergiam dos ideais da formação do estado nação europeus. Isso explica em parte a dificuldade de garantir um maior número de adeptos para o movimento sionista, mesmo porque os judeus ocupavam lugares privilegiados na sociedade amazônica. Além do mais, a tentativa de fundar um jornal judaico já havia sido projeto de alguns judeus residentes no sul do país, como foi o caso do jornal A Columna que circulou entre os anos de 1916 e 1917, e também tinha como finalidade divulgar o sionismo no Brasil, este jornal tinha correspondentes em todo o país. No Pará o agente responsável pela divulgação era Augusto Ezagui e a distribuição ficou sob a responsabilidade da empresa José Martins & Irmãos. Contudo, a divergência sobre a formação do estado nacional judaico e a falta de recurso financeiro também era mais um entrave aos líderes do movimento sionista brasileiro.

Após analisar os artigos publicados no Kol Israel surgiram algumas dúvidas referentes ao movimento Sionista, principalmente sobre o papel das lideranças de comunidades judaicas

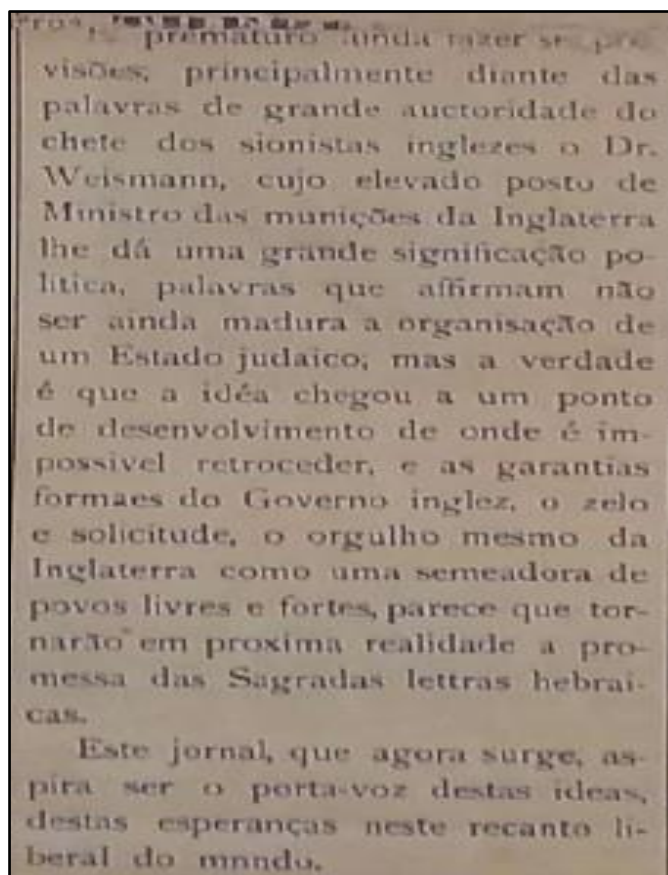
na Amazônia. Como o periódico Kol Israel contribuiu para a divulgação do Movimento Sionista na Amazônia? Quais as divergências políticas que se referem ao movimento Sionista na comunidade judaica do norte do país?

Primeiro que o jornal israelita traz vários textos em destaque solicitando a participação de toda comunidade judaica em volta da causa sionista, notícias e cartas de líderes sionistas de países como Estados Unidos e alguns países da Europa, são divulgados, ressaltando as relações dos líderes sionistas do Brasil com as principais potências mundiais. A circulação de cartas enviadas da Europa para os líderes do movimento sionista nas Américas e na Amazônia era uma das principais formas de divulgar e atualizar os integrantes do sionismo no tocante as negociações sobre a fundação de uma nação judaica.

No que diz respeito ao apoio de judeus à causa sionista o movimento tinha um número pouco expressivo de adeptos, mesmo porque as condições sociais e políticas dos judeus residentes no país era o inverso do que ocorria com as comunidades judaicas presentes, principalmente, na Europa que sofriam com as perseguições antissemitas. O sionismo só se tornou uma pauta urgente para algumas comunidades judaicas a partir das décadas de 1930 e 1940, período da II guerra mundial que dizimou milhares de judeus na Europa, principalmente na Alemanha.

O jornal judaico trazia várias publicações de cartas e opiniões, sempre a favor do movimento, para atingir um número cada vez maior de adeptos das comunidades judaicas amazônicas. Assim, enfatizava em suas publicações as condições políticas favoráveis a luta pela constituição do estado nacional judaico na Palestina. A colaboração de alguns personagens que compunham a elite política da Inglaterra foi fundamental para a ocupação e permanência de judeus em terras palestinas. A primeira publicação do jornal judaico, intitulado: Voz de Israel, de ANNO I-N. 1 de 8 de dezembro de 2018, (5 de Tebet de 5679), destaca a figura de um dos principais líderes do movimento sionista na Europa, o apoio da Inglaterra ao movimento e a importância da união dos diversos grupos judaicos pela causa sionista. As publicações sobre a ocupação da Palestina e de instituições sionistas nacionais e internacionais contém o maior número de artigos no jornal Kol Israel.

Figura 32: Voz de Israel



Fonte: jornal A Voz de Israel

O governo inglês é um dos mais citados nos artigos que se referem a este movimento, sendo o principal apoiador da causa sionista. Outros países também aparecem como aliados do movimento como no caso dos Estados Unidos, o Kol Israel publicou artigo sobre uma carta enviada pelo presidente americano Tomas Woodrow Wilson ao movimento Sionista. As relações políticas e alianças entre o movimento sionista internacional e as principais potências da Europa e da América garantiriam a consolidação de um estado nacional judaico na Palestina, além de receber consideráveis empréstimos da Inglaterra²⁹ para esta causa. Outro fator que possibilitou a tomada gradativa da Palestina pelos judeus foi que após o final da 1ª guerra mundial esta região ficou sob a administração inglesa. Daí a importância da fundação de

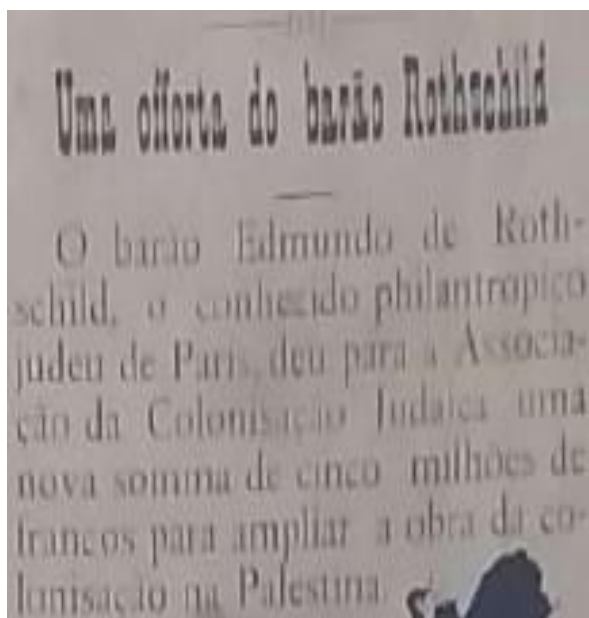
²⁹ Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o sionismo, percebido como um movimento libertador e revolucionário, principalmente para os judeus do leste europeu, se aproximou da Inglaterra, com intuito de criar, através da diplomacia, o Estado judaico na Palestina. Nesse contexto, a sede da OSM que até 1914 se localizava em Berlim foi transferida para Londres. E a Inglaterra que, por sua vez, disputava com a França interesses políticos, econômicos e estratégicos na região do Oriente Próximo passou, a partir de 1920, a controlar a Palestina por meio do mandato britânico. Nessa conjuntura, antes mesmo do término da Primeira Guerra, em 1917, a Inglaterra, através da *Declaração Balfour*, reconheceu o direito dos judeus de criar um lar nacional na Palestina (BARTEL, 2012, p. 87).

associações sionistas para estabelecer negociações com as principais potências mundiais daquele período.

A França também apoiava o movimento internacional sionista, apesar de ser um dos países europeus que se destacou em ataques contra judeus e na publicação das primeiras obras antisemitas no continente europeu. Através das figuras políticas e de sujeitos de elite, representados pela família Rothschild- dominaram o ramo de investimentos e finanças na Europa, atuavam nos setores de investimentos da França, Inglaterra e Estados Unidos- que financiavam as colônias e ocupações de grupos judaicos na região da Palestina em inícios do século XX.

O periódico judaico Kol Israel publicou algumas informações sobre o apoio financeiro dos Rothschild³⁰ para as organizações internacionais sionistas, na página de número 72 ANNO II- N. 16, na data de 9 de junho de 1920 (17 de Sivan de 5680) destacou-se uma pequena nota se referindo a doação desta família para a ocupação judaica na Palestina. Apesar de realizar doações para a causa sionista os Rothschild não participavam ativamente das associações sionistas internacionais, porém, realizavam doações financeiras para esta causa.

Figura 33: Família Rothschild



Fonte: jornal A Voz de Israel

³⁰ Os Rothschild, família internacional de judeus assimilados, tinham ramificações de parentesco distribuídas pela França, Alemanha, Inglaterra e Áustria. Propunham a inserção e integração social dos judeus nos países onde estes estivessem radicados, porém, em relação aos judeus russos, no final do século XIX, os Rothschild propuseram transferi-los para Israel, nesse sentido, estimularam e financiaram colônias agrícolas e assentamentos judaicos em Israel, sem, no entanto, possuir compromissos ideológicos com o movimento sionista ou com pretensões de caráter nacionalista (BARTEL, 2012, p. 175).

A primeira associação sionista fundada no país foi a Tiferet Sion, criada no Rio de Janeiro em 1913, e teve como primeiro presidente o judeu Jacob Schneider. A associação arrecadava donativos para o Fundo Nacional Judaico. Logo após em 1916 surgiu a Ahavat Sion na cidade de São Paulo, presidida por Rafael Chachamovitz. Os anos seguintes foram de intenso alinhamento de judeus do país para a fundação de diversas associações sionistas como: Shalom Sion, fundada em Curitiba no ano de 1917, liderada por Júlio Stolzenberg e a Ahavat Sion fundada em 1918 no Pará, sendo liderada por Eliezer Levy. Neste mesmo período que foram criadas as associações também surgiram os primeiros periódicos judaicos do país que serviam como ferramenta de propaganda para a divulgação dos ideais sionistas.

O primeiro artigo do jornal A Voz de Israel datado de 8 de dezembro de 1918, destaca que a fundação de um estado nacional judaico era um projeto em desenvolvimento que tinha o apoio da Inglaterra, dada a ligação política de Chaim Weizman, que exercia o cargo de primeiro ministro de guerra daquele país, com as bases políticas inglesas. Weizman era o presidente da Federação Sionista da Inglaterra, e seria o porta voz do movimento sionista valendo-se de sua posição político-militar.

Para demonstrar apoio ao imperialismo inglês os judeus residentes no estado do Pará organizaram uma passeata para comemorar a vitória dos países aliados na primeira guerra mundial. Denominado de carro alegórico da Palestina, e organizado pela associação Ahavat Sion, saiu em passeata nas ruas da cidade de Belém carregando a bandeira azul e branca. Esse ato demonstrava que a associação sionista da Amazônia se alinhava a ideia das demais associações do país que eram favoráveis a fundação do estado nacional judaico na região da Palestina.

Neste sentido, a fundação de associações, comitês e periódicos judaicos com a finalidade de divulgar o movimento sionista tanto nas cidades quanto nas regiões de interior, possibilitou o aumento no número de adeptos, como também a identificação de diversos grupos judaicos de diferentes etnias com a causa sionista. Ocorreu que essas instituições surgiram a partir da problemática nacionalista judaica, e se tornaram interlocutoras dos diversos grupos judaicos inseridos no debate acerca do retorno a “terra prometida”. Assim, estas associações de cunho nacionalista foram constituídas a partir das relações políticas e sociais de organizações sionistas, lideradas pela elite judaica, e países imperialistas que apoiavam a formação de um estado nacional judaico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a inserção e a influência de judeus marroquinos na sociedade amazônica a partir dos discursos publicados nos textos do jornal *A Voz de Israel*. As publicações trouxeram novas perspectivas sobre as relações de poder dos judeus da Amazônia com os grupos de elite estabelecidos no Pará, tanto no setor urbano quanto nos interiores e ilhas desta região. Verificou-se que os judeus se comunicavam através de informações que eram endereçadas ao periódico judaico e publicadas na seção de Notas Sociais, principalmente sobre as comunidades judaicas que estavam isoladas nos confins da Amazônia.

Iniciamos a pesquisa analisando o contexto histórico desses judeus que imigraram de várias partes da Europa e do Marrocos, sendo um dos países com o maior número de judeus que se fixaram na região amazônica. Esses judeus marroquinos eram pertencentes a dois grupos: os toshavim e os megorashim, imigraram para cá no início do século XIX, resultando na formação das identidades judaicas na região amazônica. Os motivos que resultaram em um aumento na imigração dessas comunidades foram as transformações políticas, culturais e econômicas ocorridas no período de formação do estado nacional brasileiro que facilitaram a entrada de estrangeiros no país.

O trabalho apresentado desenvolveu uma análise do jornal *A Voz de Israel*, como sendo um dos instrumentos de poder de uma elite amazônica, estabelecida no estado do Pará e em regiões interiores. A representação dos judeus amazônicos no jornal é retratada como um grupo em ascensão econômica que se coloca como figuras essenciais para o desenvolvimento da Amazônia. O jornal desempenha um papel importante para sociedade judaica amazônica, pois apresenta uma comunidade “forte” e “dinâmica” expressiva no setor econômico e participante ativa dos meandros políticos e culturais da Amazônia do início do século XX.

No segundo capítulo retratamos as principais atividades econômicas das comunidades judaicas presente na Amazônia. Nessa dinâmica é inquestionável a presença dos judeus em atividades comerciais e econômicas, na figura do regatão e como proprietários das casas aviadoras. O jornal *Kol Israel* ressaltou em artigo que alguns judeus estavam presentes na Amazônia desde o início do século XIX. Notabilizando-se o maior número de comunidades judaicas em Belém e Manaus, e no município de Macapá que tinha suas atividades comerciais compostas em sua maioria por empresários judeus, conforme destacado no jornal do Amapá.

Na região amazônica as famílias judaicas se sobressaíram, principalmente, em meados do século XIX, a partir do apogeu da borracha. Assim, muitos judeus aventuraram-se como regateiros, ambulantes, comerciantes e trabalhadores na extração do látex. O Brasil tornou-se a

nova Canaã deste povo. Após a crise de economia gomífera muitas famílias judaico-amazônica deslocaram-se para áreas urbanas. Desta forma, imigraram para as cidades de Belém e Manaus, abandonando as atividades exercidas nas regiões de interior, alguns se estabeleceram como negociantes, lojistas, gerentes e vendedores.

O jornal *A Voz de Israel* constituiu um excelente material para pesquisar a elite judaica da Amazônia, pois era um dos principais meios de comunicação dessa comunidade fixada no norte do país, apresentando diversas informações relevantes sobre este grupo. A hipótese levantada permitiu retratar a representação dos espaços de atuação desses judeus de elite que eram atuantes em vários setores econômicos e nas instituições políticas e sociais da Amazônia. No entanto, para um melhor entendimento sobre os espaços de atuação destas comunidades se faz necessário a análise mais apurada de documentos e acervos referentes a presença de judeus na região amazônica.

A metodologia utilizada de forma qualiquantitativa possibilitou visualizar os espaços de atuação desses judeus na política internacional, política local, atividades econômicas, sociais, de lazer e religiosa. Na seção de Notas Sociais do jornal foi possível compreender como estes judeus se relacionavam com a elite local, e como se representavam para a sociedade amazônica a partir dos discursos inseridos nas publicações do periódico judaico. Esta seção subdividida em: casamentos, batizados, aniversários, Noivado, Necrológio, Viagens, assuntos diversos, demonstrou como se dava as relações sociais, políticas e econômicas de judeus tanto da cidade como das regiões de interior amazônico. As propagandas referentes as empresas judaicas eram destacadas separadamente nas páginas do jornal.

O resultado demonstrou que eram em sua maioria comerciantes do ramo de importação e exportação, ocupando espaços nos principais centros urbanos como também se destacavam nos setores econômicos das regiões mais distantes desses centros. Outro setor econômico ocupado por comerciantes judeus era o agenciamento de embarcações, que realizavam viagens nacionais, internacionais e interioranas, e empresas de aviação. Vale ressaltar que a presença desses judeus no gerenciamento de empresas internacionais de aviação e embarcação se dava por conta da formação intelectual dos judeus marroquinos que receberam a educação e profissionalização na Aliança Universal Israelita, que além de ensinar outros idiomas para esses judeus garantia a imigração dos mesmos para outras nações.

No tocante a política internacional o discurso jornalístico estava voltado para a formação do estado nacional judaico, inseridos temas relacionados a congressos, eventos e encontros de líderes sionistas. Notícias sobre o fim da 1ª Guerra Mundial, e principalmente, o apoio da

Inglaterra à causa sionista através de publicações sobre alguns políticos ingleses e destaques sobre o rei da Inglaterra que segundo o jornal Kol Israel era apoiador da causa sionista.

Sobre a política local o número de artigos é bem menor, no entanto, alguns textos demonstraram que esses judeus de elite faziam parte do partido republicano e de lojas maçônicas paraenses. Líderes do partido republicano federal e membros do governo vigente como Lauro Sodré, Martins Pinheiro, Jayme Aben-Athar, entre outros, são representados nos artigos e participavam ativamente da criação de escolas, grêmios, bibliotecas e ações beneficentes. Essas ações se davam através da Associação Beneficente Israelita que era representada pelo jornal como uma instituição sem fins lucrativos.

No que se refere a publicações sobre as sinagogas existem poucas referências sobre os rituais religiosos judaicos, percebe-se que esses judeus não tinham interesse de se representar como um grupo religioso, mas sim como um grupo “democrático” e “moderno” que respeitava os diferentes grupos religiosos presentes naquela sociedade. A maioria dos textos sobre sinagogas ou rabinos era de cunho internacional.

Sobre os espaços de lazer, a Associação Beneficente Israelita era o lugar de encontro da elite judaica paraense para comemorações e reuniões sobre variados assuntos de interesse da comunidade judaico-marroquina presente no estado do Pará. Realizavam-se as festas de casamento, festas religiosas, comemorações do bar mitzvah, entre outras festividades. A inauguração do externato Dr. Weizman, grêmio literário Theodor Herzl, biblioteca Max Nordau e o jornal A Voz de Israel também ocorriam na ABI.

Através do periódico Kol Israel analisamos a inserção, influência e representatividade dos judeus nos grupos de elite da Amazônia. Verificou-se a presença de famílias judaicas na Amazônia a partir do início do século XIX, mas, sobressaíram-se como importantes figuras do ramo empresarial e político nas primeiras décadas do século XX, período em que surgem jornais, organizações e instituições judaicas, sendo instrumentos de propaganda e representação destas comunidades. Ademais, os judeus circulavam entre os grupos de elite política e econômica da região amazônica, em um período que os personagens que compunham estes grupos de poder eram em sua maioria empresários e políticos que representavam os grupos dominantes no norte do país. Assim, trata-se de um grupo que se estabeleceu nos principais círculos de altas rodas da Amazônia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ABITBOL, Michel. *De la tradition à la modernité: les juifs du Maroc*. Morocco's jewry: from tradition to modernity. Diasporas circulation, migration, histoire. P. 19-30, 2016.

ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade. *Identidade e Construção: história e memória de judeus no Amazonas*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

ARAÚJO, Nilson Montoril de. *Moisés Eliezer Levy*. Nilson Montoril – Arambaé. Macapá, 11 jul. 2011. Disponível em: <http://www.montorilaraujo.blogspot.com/2012/07/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo-São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AVIGDOR, Renée. *Judeus, Sinagogas e rabinos: o Judaísmo em São Paulo em mudança*. 2010. 201 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARTEL, Carlos Eduardo. *Movimento sionista e a formação da comunidade judaica brasileira (1901-1956)*. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BEDMAR, Vicente Lloren. *O islã e o sistema pré-escolar no sistema pré-colonial*. Afro-Ásia, n. 45, p. 123-141, 2012.

BENCHIMOL, Samuel. *Eretz Amazônia- Os Judeus na Amazônia*. 3ª Edição. Manaus: Valer, 2008.

BENSABAT, Salomón J. *Los judios em Marruecos*. Cuadernos de estudios africanos, número 17, enero/marzo de 1952.

BLAY, Eva Alterman. *Judeus na Amazônia*. In: SORJ, Bila (org.). *Identidades Judaicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, p. 33-66, 1997.

BLAY, Eva Alterman. *Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil*. Tempo Social. São Paulo, v. 21, n.2, p. 235-238, 2009.

BORDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade Religiosa no Brasil do século XIX: Uma Análise a partir do jornal Ultramontano O Apóstolo (1866-1891)*. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

CASTRO, Raimundo Nonato de. *Cenário político e caricaturas de oposição em Belém do Pará 1920-1927*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, v. 04, n. 02, p. 49-66, jul./dez. 2017.

CORRÊA, Emilio Manuel da Silva. *Judaísmo e judeus na legislação portuguesa: da medievalidade a contemporaneidade*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura das Religiões) – Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. *Na ilhargá da Fortaleza, lá tem o regatão, os significados dos regatões na vida do Amapá-1945 a 1970*. Belém: Açai, 2008.

FALBEL, Nachman. *David José Peres: uma biografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Lucas de Mattos Moura. *Judeu da Amazônia, brasileiro no Marrocos: migração e identidades entre 1890 e 1910*. Revista Augustus, v. 22; n. 43, p. 151-160, jan. jun. 2017.

FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. *Comunicação e História: A imprensa de Belém no alvorecer do século XX*. Revista Brasileira de História da Mídia. Belém, v. 1, p. 33-40, 2012.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses 1822-1922*. Revista Margens/UFPA. Abaetetuba, v.2, n. 3, p. 245-266, 2005.

GALINSKIN, Ana Lúcia. *Judaísmo e identidade judaica*. Interações: cultura e comunidade. Uberlândia, vol. 3, n.4, p. 25-33, 2009.

GOMES, Aline Luiza Fernandes. *Representações da primeira guerra mundial na imprensa paraense: cidade e cotidiano (1914-1918)*. X Simpósio Nacional de História, Belém: Paka-Tatu. P. 621-634, 2016.

GRUN, Roberto. Identidade e representação: os judeus na esfera política e a imagem na comunidade. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, ano 9, 1994.

GUIMARÃES, SOUZA. Jacqueline Tatiane da Silva, Marlucy do Socorro Aragão. *A educação da criança na república paraense: as propostas de José Verissimo*. Revista Latino-Americana de História, Dossiê, Vol.5, n. 15, p. 11-25, 31 jul. 2016.

HAIM, Zafrani. *Deux mille ans de vie juive au Maroc*. Historie, religion et magie, Casablanca: Editions EDDIF, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomas Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro, 11ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NORONHA, Andrius Estevam. *O uso da prosopografia para o estudo de elites locais; o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul*. In: HEINZ, Flavio M. (org.). *História Social de Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HELLER, Reginaldo Jonas. *Judeus do Eldorado: reinventando uma identidade em plena Amazônia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

LEONE, Alexandre. *A sinagoga como espaço religioso e comunitário*. REVER-Revista de Estudos da Religião, v. 19, n. 1, p. 119-131, jan. abr. de 2019.

LIBERMAN, Maria. *Os “Hebraicos na Amazônia”*. Boletim do Arquivo Judaico Brasileiro. Nº 44, jun. 2011.

LINS, Wagner. *“A mão e a luva”*: judeus marroquinos em Israel e na Amazônia; similaridades e diferenças nas construções étnicas. 2010. 266 f. Tese (Doutorado em Letras Orientais) Programa de Língua hebraica, Literatura e Culturas Judaicas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2008.

MENDES, Paulo. *O Marquês de Pombal e o perdão aos judeus: inquisição, legislação e solução final da questão do perdão aos judeus com o novo enquadramento jurídico pombalino*. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MIZRAHI, Rachel. *A Multiculturalidade Otomana: imigrantes judeus do Império Otomano no Brasil*. Revista de Estudos Orientais nº 6, p. 117-129, 2008.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. *Maçonaria, poder e sociedade no Pará da segunda metade do século XIX: 1850-1900*. 2014. 242 f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

NOGUEIRA, Dina Paula Santos. *Identidade e tradição: Um estudo sobre as mulheres da comunidade judaica de Manaus*. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

NORONHA, Andrius Estevam. *Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966)*. 2012. 371 f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NOVINSKY, Anita. *Os judeus que construíram o Brasil: Fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. *A kipá e o cocar: A rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara*. 2019. 213 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

OLIVEIRA, Julia Souza. *A Columna e o sionismo no Rio de Janeiro em princípios do século XX: reflexões a cerca de uma comunidade em construção*. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

POIZAT, Denis. *L'ouvre de l'alliance israélite Universelle pour l'éducation adaptée*. Penser l'éducation, 2014.

PÓVOA, Carlos Alberto. *A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo: a imigração do Bom Retiro ao Morumbi*. 2007. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SÁ, Eneida Damasceno Borges de; ALMEIDA, José Ferreira de; MARQUES, Carlos Alberto Viana; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. *Religião e política: Imigração judaica para o Estado do Amapá*. *Revista Plurais*, v. 9, n. 2, p. 150-171, 11 set. 2019.

SANTOS, Alan Christian de Souza. *O senador militar-poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930)*. 2020. 536 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2020.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. Editora: T.A Queiroz Ltda. São Paulo, 1980.

SIMON, Sergio Daniel. *Kol Israel- A Voz Sionista na Amazônia*. Revista Morashá. São Paulo, abril de 2019. Disponível em: <http://www.morasha.com.br>. Acesso em: 10/07/2019.

SCHEINBEIN, Cássia. *Línguas em Extinção: o hakitia em Belém do Pará*. 2006. 335 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

SMITH, Francisco Pereira; GARVÃO, Rodrigo Fraga. *Economia e Política na Amazônia brasileira (séculos XIX-XX)*. In: Revista Estudos Amazônicos. V. 9, n. 1, p. 157-179, 2014.

SORJ, Bernardo. Sociabilidade brasileira e identidade judaica. In: SORJ, Bila. *Identidades judaicas no Brasil Contemporâneo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago. V. 2000, p. 9-31, 1997.

SOUZA, Tatiane Santos de Souza. *Além da letra da lei: conversões obrigatórias ao Islã, (in) tolerância religiosa e dilemas judaicos na Igueret Hashmad de Maimônides, século XII*. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1993.

APÊNDICE

PESQUISAS SOBRE JUDEUS NA AMAZÔNIA

Título da Dissertação/Tese	Autor	Local e ano	Observações
Línguas em Extinção: o hakitia em Belém do Pará.	Scheinbein, Cássia	Belo Horizonte, 2006.	Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG
“A mão e a luva”: judeus marroquinos em Israel e na Amazônia; similaridades e diferenças nas construções. Étnicas.	Lins, Wagner	São Paulo, 2010	Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Língua hebraica, Literatura e Culturas Judaicas Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Identidade e Construção: história e memória de judeus no Amazonas	Almeida, Maria Ariadina Cidade	Manaus, 2012	Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas/UFAM
Entre a Cruz e a Estrela de Davi: problematizando as identidades judaicas no Brasil Imperial.	Silva, Antonio Gutemberg da	Campina Grande, 2013	Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande/UFCG
Identidade e Tradição: Um estudo sobre as mulheres da comunidade judaica de Manaus.	Nogueira, Dina Paula Santos	Manaus, 2015	Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Amazonas/UFAM
Judeus em Óbidos-PA: imigração, história e ressignificação.	Fábio, Fabiana Gomes	Santarém, 2019	Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA
A KIPÁ E O COCAR: a rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara	Oliveira, Claudemilson Nonato Santos de	Manaus, 2019	Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas/UFAM



Prefeitura Municipal de Macapá

em 9 de Novembro de 1931

N.º

Sr.

R E L A T O R I O apresentado ao Exmo. Snr. Major
Interventor Federal no Estado do Pará, pelo Prefei-
to Municipal de Macapá.

Macapá, 9 de Novembro de 1931

Arch.
B

Gabinete do Interventor

Pará, 4 de Janeiro de 1932
 N.º 8 LIVRO 47A
 DESP. Relatórios 775

Macapá, 9 de Novembro de 1931

Exmo. Snr. Major Interventor Federal

Relatório

ARQUIVE-SE

Em 22 do mez proximo findo tive a honra de communicar a V.Excia., por telegramma, a minha posse no cargo de Prefeito deste Municipio para o qual dignou-se V.Excia. me nomear por acto de 9 do mesmo mez.

A posse seguiu-se o exame da escripturação, que consta apenas de um livro "Caixa", tendo verificado a existencia de um saldo de Rs. 2.278\$673 a cargo do respectivo thesoureiro.

)o(

Secretaria

E' regular a organização da Secretaria da Prefeitura. Resentia-se, porem, de alguma reforma, que acabo de fazer, no sentido, especialmente, de se poder apurar de momento o estado financeiro da Prefeitura, com o controle das verbas da Receita e Despesa. Dessa forma não poderá haver excesso de dispendio em qualquer verba, pois o lançamento regular accusará o saldo existente em cada verba bem como dará orientação ao Prefeito na confecção do novo Orçamento pela demonstração clara e prompta do quanto é arrecadado ou dispendido em cada verba.

Da falta desse livro, que poderemos chamar "Livro Mestre", é que talvez se tenha originado o excesso de gastos nas verbas, conforme demonstração junto.

Em casos especiaes, a verba pode ser excedida. Deve, porem, o gestor do municipio estar a par da necessidade que venha occasionar esse excesso e suppril-a antecipadamente com uma

verba suplementar, autorizada por quem do direito.

No espaço de 26 do passado até hontem, procedi a uma revisão, tanto quanto me foi possível, na escripta, desde o principio do anno, afim de organizar o livro mencionado e tirar a demonstração junta, pela qual V.Excia. poderá conhecer de momento o estado financeiro do municipio e as suas possibilidades para o novo orçamento.

)o(

Medidas de economia

Como medida de economia e attendendo a que o serviço do Secretario e Thesoureiro podia ser desempenhado por um só funcionario, resolvi extinguir um desses logares, bem como o de dactylographo, que julgo desnecessario, tão diminuto é o serviço respectivo.

Em consequencia da medida acima, nomeei o actual thesoureiro para o cargo de Secretario-Thesoureiro com um augmento de cem milreis em seus vencimentos, que eram de Rs. 250\$000.

Deste acto, de que havia dado sciencia a V.Excia., resultou uma economia para a Prefeitura de Rs. 320\$000 mensaes, ou sejam menos Rs. 3.840\$000 no proximo orçamento.

Nos varios serviços municipaes fiz tambem alguns cortes especialmente na limpeza publica cuja verba orçamentaria, que era de cinco contos de reis, verifiquei se achava ultrapassada em mais do dobro, em consequencia das derrubadas de matagacos nas antigas ruas, praças e terrenos baldios que os meus dignos antecessores foram forçados a fazer a bem da hygiene local.

)o(

Fiscalização

Dependendo da actividade da fiscalização do interior a boa arrecadação dos renditos municipaes e consequentemente o equilibrio das verbas orçamentarias, convidei, por uma portaria, os respectivos fiscaes a comparecerem á Prefeitura com a possivel ur-

gencia afim de prestarem suas contas e receberem novas instruções e novo material, de accordo com a reforma que fiz nesse departamento, e para cujo fim trouxe de Belem os respectivos talonarios.

Felizmente não se fizeram esperar e até hontem quasi todos já tinham recebido as devidas instruções. Os poucos que faltam moram a grande distancia e virão opportunamente.

Para melhor regularizar o serviço de fiscalização, especialmente de castanhas, torna-se indispensavel a aquisição de uma boa lancha, comprada ou fretada pelo menos durante a safra.

)o(

Campo do cacao

Iniciei o preparo do terreno no dia 26 numa extensão de vinte mil metros quadrados (2 hectares), em boa-matta, proximo á cidade e ao igarapé, para facilitar as sahidas em canoas, podendo comportar mais de cem mil plantas.

Conto tel-o queimado e prompto ao fim destinado, com um barracão no centro, até 15 de dezembro.

Logo depois dessa data já haverá fructos novos, com os quaes iniciarei a sementeira.

)o(

Obras municipais

A mais importante é a reconstrucção do antigo predio da Prefeitura.

Ha a consignação de Rs. 16.000\$000, na lei orçamentaria para essas obras e o orçamento executado pela Repartição de Obras Publicas é de Rs. 15.556\$670.

Nenhum destes, porcm, pode servir de base a essa reconstrucção.

O primeiro, como todos os orçamentos feitos por leigo, apresenta apenas dados approximados, que não habilitam a uma despesa exacta, previa.

O segundo, apczar de feito por engenheiro competente,

não foi feito com dados obtidos in loco, pois faltou-lhe tempo para um exame minucioso, pois em sua passagem á noite por esta cidade não poderia obter os esclarecimentos necessarios.

Assim é que, por exemplo, o reparo nas calhas da platibanda e cobertura do edificio, comprehendendo substituição do madeiramento deteriorado, está orçado em Rs. 450\$000.

O madeiramento dos ares, que é todo de mahuba, está inteiramente deteriorado, inclusive a cumieira. O forro do salão do Jury está todo escorado de baixo para cima, para evitar um desabamento, medindo somente esta parte 13m,40 x 8m,66.

Este reparo é inadiavel, porquanto, entrando o inverno, será inevitavel o desmoronamento dos ares do salão, vindo com isso a soffrer os reparos já feitos.

Como verá V.Excia. pela demonstração junto, já foi despendida a importancia de Rs. 12.683\$900, não estando ainda a obra em metade.

Contando com o resto da verba e com a dotação que deve ser consignada no proximo orçamento, tenho activado os trabalhos, esperando ter, pelo menos, a cobertura concluida até 15 de dezembro, já tendo providenciado sobre a madeira que falta, a qual é de maior medição.

)o(

Illuminação publica

A illuminação da cidade é em parte electrica, por um pequeno motor a gazolina, e, em parte, com lapeões a kerozene.

Seria mais economico, aproveitando o material electrico já existente, installar um conjugado a vapor, o qual daria a energia para illuminar bem a cidade, fornecendo ainda luz a particulares cuja renda auxiliaria a despesa em mais do 30 %.

Melhorando a que estava sendo feita, estendi mais a rede de fios e mudei, augmentando alguns dos postos, substituir os de madeira tosca por postos apropriados que mandei fazer.

Outra grande vantagem traria uma installação a vapor,

que seria de interesse vital para a localidade. Seria facil obter de uma das fabricas de beneficiamento de sementes oleoginosas, de que este municipio é o maior productor, a montagem de um partidor e uma estufa que seriam accionados pelo motor da luz.

Dahi resultaria dar vida nova ao commercio local, já tão depauperado e trabalho á população, que está morrendo de inanição.

O municipio, por sua vez, tambem muito lucraria na fiscalização da sahida do producto.

)o(

Limpeza publica

Estando exgottada esta verba que era de 5.000\$000 e ainda excedida em 5.648\$050, pelas razões adiante expostas, resolvi suspender esse serviço enquanto durar o verão.

)o(

Saude publica

O estado sanitario da cidade é regular, registrando-se raros casos de impaludismo.

A cidade está limpa e livre das capoeiras nas antigas praças, ruas e fterrenos baldios, que impediam a livre passagem do ar e serviam de viveiro aos mosquitos, serviço esse feito pelos meus dignos antecessores, com safrificio de verba, mas com real vantagem para a salubridade local.

Existe ainda uma faixa de matta, marginando o igarapé da Fortaleza, no qual se contam mais de 50 assacuzeiros.

Sendo, porem, uma necessidade derrubar essa matta que constitue um foco de miasmas, mandei iniciar esse serviço, cujo dispendio não irá a mais de quatrocentos milreis.

Essa despeza correrá pela verba "Melhoramentos do Porto", não só porque essa verba se acha descarregada, como tambem porque o referido Igarapé está em continuação ás obras já feitas sob essa

rubrica.

O Posto Sanitario está fochado por ter se retirado para Belém o guarda que exerce as funções de Commissario de Hygiene.

Sobre este funcionario pesam serias accusações pela maneira de proceder no exercicio de seu cargo, a accusações estas averiguadas em parte pela policia local a pedido do Snr. Secretario da Saude Publica, a quem já foram comunicadas.

Em uma localidade como esta, de tão difficil transporte para logares de recursos medicos, penso que o Posto Sanitario devia estar provido de medicamentos apropriados ás molestias que já se tornaram endemias como tambem a sua direcção devia ser confiada a um enfermeiro ou pharmaceutico de reconhecida competencia.

)o(

Instrucção Publica

Deixa tudo a desejar a instrucção publica neste municipio.

Na cidade funcionam quatro escolas, sendo uma mixta, duas elementares masculina e feminina e uma nocturna.

Os professores são leigos e por occasião da visita que fiz no dia 28 cheguei a constatar o atraso dos alumnos. Basta ver que pelas notas dos exames a que assisti, um ou outro pode passar para o 3º anno elementar, o que indica o nenhum aproveitamento do ensino.

Os termos do exames procedidos entre 15 e 20 ainda não estavam lavrados pelo professor designado, que é o Secretario do Conselho Escolar.

No interior do municipio, que é vastissimo e onde ha uma grande população escolar, não existe uma só escola, razão porque o numero de analphabotos é enorme.

O regimen actual não pode comportar tal situação, que é um crime contra os nossos fóros de povo civilizado, pelo que se

impõe a criação de escolas para as quaes já tenho designados os locais, tendo recebido offercimento gratuito de casas para as escolas.

O mobiliario das escolas da cidade é simplesmente vergonhoso.

As cadeiras são de armações de ferro, tendo porem a madeira toda deteriorada pelos longos annos de serviços.

Em peiores condições estão ainda as bancas e poltronas dos professores.

Constatando com a approvação de V.Excia., mandei reunir tudo em uma casa e contractei um operario para fazer os reparos, os quaes constam de pintura a esmalte das armações de ferro e mudança da madeira, que aqui se encontra a preço razoavel.

Penso que a reforma geral do material escolar custará no maximo um conto de reis.

)o(

Alimentação publica

Conforme telegraphiei a V.Excia. o serviço de abastecimento de carne á população era explorado por dois senhores que se diziam marchantes. Alem de sujeitarem a população a consumir carne de gado imprestavel, cobravam para embarque, um imposto de Rs. 2\$000 por cabeça.

Da resposta de V.Excia. ao meu telegramma, dei conhecimento ao publico que exultou de satisfação pela liberdade que lhera era concedida. O gado, porem, passou a ser examinado antes da matança, o que tem dado logar a serem rejeitadas varias vezes por imprestaveis e o que a população tinha alimentação sadia, pois o gado actualmente abatido é o melhor possivel.

No mercado havia falta de entradas de peixe e fructas occasionadas pelo imposto de entrada.

Ainda em beneficio da população, suspendi a cobrança do

alludido imposto que em nada adianta ao municipio e que muito aproveita ao pobre lavrador ou pescador que o deixa de pagar, alem de concorrer para a fartura da cidade.

)o(

Policia

O destacamento local é composto de 5 praças e um cabo, com os quaes o municipio despende annualmente a importancia de Rs. 6.840\$000.

Essa importancia pode ser reduzida a Rs. 4.320\$000 com a exclusão de dois guardas, que são perfeitamente dispensaveis, dada a falta de serviço.

A delegacia de policia funciona em 2 compartimentos de uma casa particular, pelos quaes a Prefeitura paga o aluguel mensal de Rs. 12\$000.

O Quartel e Cadeia funcionam em um pardieiro infecto, sem luz e sem hygiene.

A casa de que fazem parte os compartimentos occupados pela Policia é construida de pedra e cal, bem localizada e perfeitamente adaptavel aos misteres acima. Penso que o Estado poderia adquiril-a por modica importancia.

)o(

Porto de desembarque

É este um dos maiores melhoramentos com que se poderia dotar esta cidade.

Infelizmente uma ponte no littoral é quasi impossivel.

A praia mede de largura, do caes á baixa mar, cerca de quatrocentos metros.

Mesmo tentando fazer uma ponte de 100 metros, nada adiantaria pois nessa distancia, segundo as medições e sondagens que acabo de fazer com a maré alta, neste tempo de verão, nem ao menos

evita o ridiculo do costumado desembarque em carroça.

O meu antecessor fez construir uma pequena ponte e galpão na margem do Igarapé, para o serviço de canoas que entram de maró cheia e que bons serviços vem prestando.

Temos, entretanto, outro porto de desembarque para o qual estou dirigindo as minhas vistas.

E' o "Porto do Céu" na margem do rio Matapy o mesmo por onde desembarcou o material da Estrada de Rodagem.

Para isso bastaria um pequeno serviço de terraplanagem e o emprego de um caminhão que fará a viagem em 40 minutos.

Si V.Excia. achar viavel facilmente será posta a ideia em execução.

)o(

Industria Pecuaria

E' bem animadora a industria pecuaria neste municipio, precisando apenas para melhora-la e dar-lhe expansão, o amparo dos poderes publicos.

Os campos como V.Excia. sabe são vastissimos e excellentes. O numero de gado bovino é mais ou menos de 20.000 rezes, em poder de cerca de sessenta fazendeiros e criadores, dos quaes doze já se acham matriculados na Prefeitura que lhes expediu a respectiva caderneta.

Com o fim de conhecer de suas necessidades e saber quaes as providencias a tomar para o seu desenvolvimento, estou fazendo um convite aos mais importantes criadores, afim de se reunirem aqui em meados de dezembro e com elles trocar ideias sobre a criação de uma Estação de Monta e outros melhoramentos que v.Excia. achar convenientes e a aconselhar.

)o(

Castanhas

A maioria dos commerciantes especialmente de Mazagão fi-

cou sem castanhaes para o seu costumado trabalho; vindo esta aggravar a já muito má situação do commercio local, que mantém pessoal por muito tempo á espera da safra.

Annunciado que os contractos de castanhaes seriam feitos no Municipio e depois annullada esta decisão, para serem feitos na Repartição em Belém, e estabeleceu-se a confusão por forma a uns menos experientes e outros sem recursos deixarem de ir fazer seus requerimentos, ficando assim sem trabalho.

Entretanto, pessoas inteiramente extranhas ao Municipio tem feito contracto de excellentes collocações.

Si essas collocações não foram rigorosamente fiscalizadas, para que cada requerente entre na posse apenas do que requereu, então jamais os centros serão explorados porquanto os requerentes tendo a sua disposição uma area sem medição, limitam-se a estender o seu pequeno pessoal pelas margens dos rios somente.

Tenho em mão dados perfectos sobre antigos limites entre Mazagão e Almeirim, croquis da situação de castanhaes, cachociras, varadouros, etc., de que estão de posse illegalmente algumas pessoas por não os terem adquirido dos legitimos possuidores que é o Estado ou particular que possuisse documentos legais, que lhe dessem esse direito.

)o(

Sub-Prefeitura de Mazagão

De passagem estive nessa localidade que se acha quasi em completo abandono.

As informações colhidas pouco abonam os seus dirigentes.

Isso, entretanto, me parece que já não era extranho ao meu digno antecessor, pois encontrei por conferir e visar os balancetes daquela Sub-Prefeitura desde Setembro.

)o(

Fortaleza

Visitei demoradamente esta fortificação, percorrendo

todas as suas dependencias e examinando o material ainda existente.

E' realmente doloroso ver entregue á acção devastadora do apuizeiro uma reliquia nacional de tamanha importancia.

Não penso em uma reconstrucção. Entretanto, a sua conservação se impõe aos bons patriotas.

Si para conservar pequeninas cousas em um museu, faz-se ás vezes uma grande despesa, não se explica deixar de se fazer uma pequena despesa annualmente para conservar tão grande monumento da nossa historia colonial.

Julgando essa limpeza uma necessidade, expedi hontem uma turma de trabalhadores para inicial-a, na parte onde o matto é mais alto até que V.Excia. determine a melhor forma de ser feita.

)o(

Concessões de terras

Existem no Municipio duas grandes concessões de terras, cedidas ainda no governo João Coelho. Uma pertence a Aprigio Cravo á margem direita do rio Matapy e a outra ao fallecido Commandante Emilio Hess á margem esquerda do mesmo rio.

)o(

Cartorios do Registro Civil

Os cartorios da cidade funcionam regularmente.

Os do interior são actualmente em pequeno numero, porquanto, tendo-se-lhes tirado a faculdade de preparar os papeis de casamento, e servir de tabellião, ficam quasi sem funcção, pelo que tem os serventuarios respectivos, entregue, na maioria, os cartorios a seu cargo.

Alem disso, os livros de registro custam cerca de 100\$000 quantia esta que não podem absolutamente dispendir pelo estado actual das cousas, quando tenham de adquiril-os, por havorem terminado os em que serviam para esses registros.

Registro de nascimentos pagos são raríssimos e de obitos não se contam 2%.

Para que o Estado tivesse um bom serviço de registro civil seria necessario interessar os escriptores das circumscripções no interior a promoverem esses registros mediante o pagamento de tanto por termo lavrado, pago pelo Governo e devidamente regulamentado o assumpto para evitar qualquer fraude.

Impõem-se, tambem, a necessidade de que as Prefeituras regulamentem os enterramentos nos cemiterios do interior, que nem ao menos teem um encarregado.

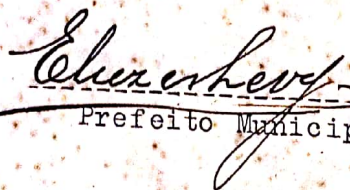
Exigir pagamento ou multas das partes é contraproducente porquanto 95% allegam miserabilidade.

Si aos municipios fosse commettida a incumbencia de organizar os seus serviços de Registro Civil e de Estatistica é possivel que Macapá o fizesse nesta gestão de modo a satisfazer, mais ou menos, essa imprescindivel necessidade.

Terminando peço a V. Excia. me releve a extensão e as minudencias o que acabo de expôr, pois julgo do meu dever ser claro, leal e sincero com o governo que me honrou com o cargo de confiança, especialmente neste Municipio que encerra as maiores possibilidades e elementos para um grande desenvolvimento economico, commercial e industrial, bastando que os poderes publicos lhe prestem a necessaria assistencia administrativa e moral.

Apresento a V. Excia. os meus protestos da mais alta estima e consideração.

Respeitosas saudações.



Prefeito Municipal.